

Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann

**O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E OS BOTOCUDO: A POLÍTICA  
INDIGENISTA ATRAVÉS DOS RELATÓRIOS (1912 – 1926)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História do Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.: Ana Lúcia Vulfe Nötzold

FLORIANÓPOLIS  
2005

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold primeiramente, pelo seu profissionalismo, por ter proporcionado esta oportunidade de tornar-me estudante de mestrado e por mostrar-me o interessantíssimo trabalho dos etno-historiadores.

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, grande incentivadora para a formação de profissionais.

Aos meus familiares pelo estímulo, compreensão e longas conversas a respeito do tema. Em especial à minha mãe Gemma, por ter lido e também corrigido meu trabalho.

À prima Edeli Kübin Sardá, pelo seu auxílio prestado a mim, em buscar a maior parte dos documentos aqui utilizados, que seriam eliminados na condição de lixo.

## RESUMO

Desde a data em que foram contatados no início do século XX, os Botocudo passaram por um grande processo de modificação cultural. Por diversas vezes o Estado interveio para encontrar uma solução à questão indígena, principiada quando o primeiro europeu pisou em solo brasileiro. Chegado o século XX, a situação dos indígenas começaram a se agravar, devido à ocupação das terras do interior brasileiro, e as poucas exploradas no sul do país. Uma vez o Estado impossibilitado de encontrar os povos indígenas de maneira amigável, a solução foi financiar o seu extermínio, até ser denunciado internacionalmente. O governo resolveu reverter o quadro difamatório e criou em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI-LTN). Este trabalho demonstra um pouco da atuação do SPI-LTN para com os Botocudo de Santa Catarina. A dissertação **O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo – A política indigenista através dos relatórios: (1912 – 1926)**, escrita por Rafael Hoerhann, trabalha-se as décadas de dez e vinte (1912 – 1926), através dos relatórios elaborados pelo encarregado do órgão no Vale do Itajaí em Santa Catarina. Esses relatórios foram as principais fontes utilizadas nesta pesquisa, principalmente dos anos de 1916, 1917, 1919, 1920, 1921 e 1922, anos até então nunca pesquisados, pelo simples fato de que só existe um exemplar de cada qual e não foram disponibilizados ao público porque permanecem em acervos particulares.

Palavras-chaves: Botocudo, SPI, pacificação e relatórios.

## ABSTRACT

Since the Botocudo were contacted in the twentieth century, they suffered a great cultural modification process. For many times, the state intervened to find the right solution for the native Brazilian people issue, which was started when the first European arrived in Brasil. In the beginning of the twentieth century, the native Brazilian people were facing a very difficult situation, due to the land occupation in the countryside of Brazil by the foreigners, and also the land in the south of Brasil that had not been explored yet. Once the state was unable to reach native people in a friendly way, the solution was to sponsor their extermination. This happened until there was an international denunciation. The govern decided to reverse the situation, and created the SPI institution in 1910. In this work, it was shown a little of the SPI involvement with the Botocudo, during 14 years (1912–1926), based on the SPI of Santa Catarina manager's reports. In this work, only the the first two decades (1912-1926) were analysed, taking in consideration the reports written by the person responsible for Itajai Valley department in Santa Catarina. These reports were the main source analysed in this research, considering especially the years 1916, 1917, 1919, 1920, 1921 and 1922, which had not been researched before, due to the fact that there is only one sample of each report available, because they remain in private domain.

Keywords: Botocudo, SPI, pacification and reports.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	x
LISTA DE ANEXOS .....	xi
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I: OS PRIMÓRDIOS DA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA E A QUESTÃO DAS TERRAS	
1.1. Ocupação das terras e legislação colonial.....	15
1.2. As leis do Império e o tratamento para com os povos indígenas .....	20
1.3. A República e a criação do SPI-LTN .....	32
CAPÍTULO II – A FUNÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS	
2.1. Ideologia e os primeiros passos do SPI-LTN .....	37
2.2. Governo Vargas e sua política indigenista .....	46
2.3. Decadência e fim do SPI .....	53
CAPÍTULO III – A PACIFICAÇÃO DOCUMENTADA NA PRIMEIRA DÉCADA: O QUE OS RELATÓRIOS NOS DIZEM	
3.1. Os primeiros tempos da Pacificação .....	57
3.2. A revolta dos Botocudo no Posto Plate e a promoção da paz .....	84
CAPÍTULO IV – A DÉCADA DE 1920 NOS RELATÓRIOS: COTIDIANO E A CRIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DUQUE DE CAXIAS	
4.1. O Posto Duque de Caxias perante sua decadência .....	92
4.2. Anos melhores .....	99
4.3. A criação da Reserva Indígena Duque de Caxias .....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	119
ANEXOS .....	125

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Maria Korikrãh Gensch -----	7
<b>Figura 2</b> – Mulher Botocudo e gramofone -----	62
<b>Figura 3</b> - Expedição de canoa pelo rio Plate -----	65
<b>Figura 4</b> – Eduardo “Katanghara” -----	70
<b>Figura 5</b> – Primeiros anos da pacificação -----	76
<b>Figura 6</b> – Mapa do Posto Plate – 1917-----	77
<b>Figura 7</b> – Posto Plate – década de 1910 -----	80
<b>Figura 8</b> - Festa tradicional -----	82
<b>Figura 9</b> – Visita de Adolfo Konder -----	108
<b>Figura 10</b> – Território tradicional e Terra Indígena Ibirama -----	113

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	– Decreto nº. 736 de 06 de abril de 1936 -----	126
<b>Anexo 2</b>	– Decreto nº. 15 de 03 de abril de 1926 -----	140
<b>Anexo 3</b>	– Carta da diretoria da Sociedade Colonizadora Hanseática -1931 -----	142
<b>Anexo 4</b>	– Documento de instalação regional dos postos indígenas – 1911 -----	143
<b>Anexo 5</b>	– Relatório da Sociedade Colonizadora Hanseática – 1927 -----	145
<b>Anexo 6</b>	– Tradução da poesia Katanghara -----	146

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como finalidade projetar novas imagens sobre o processo de modificação cultural dos Botocudo nômades, caçadores e coletores para sedentários agricultores. Este povo fixou-se em 1914 no Posto Plate<sup>1</sup>, onde atualmente está localizada a Terra Indígena Ibirama entre os municípios de José Boiteux, Doutor Pedrinho, Vitor Meirelles e Itaiópolis, a 260 km do noroeste de Florianópolis e a 100 km do oeste de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Os estímulos para o desenvolvimento de um estudo sobre o tema procederam do primeiro contato com a documentação parcamente pesquisada, a partir da qual averiguou-se a possibilidade de acrescentar alguns dados às pesquisas existentes acerca sobre o grupo em análise. Os relatórios dos anos de 1916, 1917, 1919, 1920, 1921 e 1922, nunca foram pesquisados, pelo simples fato de que só existe de cada, um exemplar, os quais não foram disponibilizados ao público porque permanecem em acervos particulares.

O período estudado corresponde aos anos de 1912, quando a Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI-LTN)<sup>2</sup> reconheceu a delicada situação em Santa Catarina, até 1926, quando ocorreu a demarcação das terras para os indígenas em Santa Catarina e a oficialização da Reserva Indígena Duque de Caxias. Para fins de esclarecimentos, neste trabalho utilizamos a denominação Botocudo, pois trabalhamos em um período anterior a criação da atual nomenclatura, Xokleng, conforme será explicado posteriormente.

O trabalho foi baseado, sobretudo na documentação feita pelo encarregado do Serviço de Proteção aos Índios no Estado de Santa Catarina, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Esse personagem não muito conhecido por nossa história, junto de sua equipe, quatro funcionários do órgão e um casal de intérpretes indígenas provenientes do Estado do

---

<sup>1</sup> Principal posto da região da região do Vale do Itajaí localizado a margem do rio de mesmo nome. Foi renomeado em 1920 para Posto Indígena Duque de Caxias.

<sup>2</sup> Esse órgão ficou conhecido a partir de 1914, apenas como Serviço de Proteção aos Índios (SPI). As modificações que proporcionaram essa condição serão expostas no decorrer deste trabalho.



Paraná, foi o responsável pelo primeiro contato amistoso com os Botocudo em 1914. Eduardo Hoerhann ingressou no SPI-LTN aos quinze anos de idade no ano de 1912, na função de fotógrafo. Após dois anos de atuação, o SPI-LTN passava por uma fase de descrédito popular pelos seus exagerados gastos e por causa de sua inoperância. Santa Catarina necessitava urgentemente impedir que os indígenas continuassem seus ataques nos arredores das colônias. Frente a essa realidade foi organizada uma expedição em 1913 liderada pelo capitão Alípio Bandeira que se fixou em Joinville. Com excesso de falhas cometidas por esta liderança, Hoerhann, por se destacar dos demais membros da comitiva tornou-se líder. No ano posterior Hoerhann e sua equipe receberam a tarefa de contatar os Botocudo de hábitos nômades, os quais eram promotores de assaltos aos colonos na região do Alto Vale do Itajaí.<sup>3</sup> Essa experiência será abordada com maiores detalhes no terceiro capítulo deste trabalho.

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann nasceu em freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1897. Seu pai, Miguel Hörhann foi instrutor de Artilharia na Imperial e Real Marinha de Guerra da Áustria até 1884, e Capitão-Tenente da Armada Nacional. Sua mãe, Carolina de Lima e Silva Aveline, pertencia à aristocracia militar do Estado do Rio de Janeiro.

Após viver mais de um ano dentro da comunidade dos Botocudo, Hoerhann conseguiu convencê-los a se radicarem na região do Rio Plate e a abandonar as investidas contra os colonos. Completada a pacificação, Hoerhann se preocupou em legalizar uma área territorial para os indígenas, ao considerar que as terras que ocupavam eram propriedades legais da Sociedade Colonizadora Hanseática. Ao mesmo tempo, Hoerhann aproveitava a solidão das matas atlânticas para aprofundar seu conhecimento no estudo de línguas, como o alemão, italiano, espanhol, inglês e latim, além de se aprimorar nos idiomas indígenas das comunidades Botocudo, Guarani e Tupi.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> GOMES, M. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990, p.68.

<sup>4</sup> Cf. *Ibidem*.

Hoerhann manteve assídua correspondência com diversas autoridades científicas nacionais e estrangeiras, pois também estudava Antropologia, Medicina, Botânica e Agronomia. Além da assistência médico-farmacêutica prestada aos Botocudo, assistia à população das cidades próximas ao posto, que isoladas dos meios rápidos de comunicação e da assistência médico-hospitalar, estava sujeita a contar com a própria sorte para sobreviver a qualquer enfermidade que fosse acometida.<sup>5</sup>

Hoerhann publicou diversos artigos sobre pesquisa e estudo realizados sobre botânica e zoologia, em revistas especializadas e nos jornais do Estado, assim como também, poesias no idioma alemão. A sua grande e inédita produção antropológica e histórica a respeito da região do Alto Vale do Itajaí, constantemente revisada por mais de cinquenta anos, e também sua biblioteca e seu museu, foram destruídos pela enchente provocada pela a barragem sobre o rio Hercílio, na barra do rio Dollmann. Eduardo Hoerhann deixou a liderança do posto Indígena Duque de Caxias em 1954, e recebeu, o título de cidadão honorário dos municípios de Presidente Getúlio, Rio do Sul e Ibirama. Faleceu na cidade de Ibirama no ano de 1976.<sup>6</sup>

Neste trabalho discutiremos o conteúdo dos relatórios elaborados por Eduardo Hoerhann em um período de catorze anos, apesar de Hoerhann ter ocupado a liderança do SPI por quatro décadas (1914 – 1954). Os poucos anos selecionados para o presente estudo justificam-se pelo parco tempo disponível para realizar as pesquisas e analisar detalhadamente as fontes. No entanto estes catorze anos nos permitem ter uma noção de como o trabalho do SPI operava e se os objetivos estavam atingindo as pretensões do governo.

O que nos motivou a realizar este trabalho foi a disponibilidade dos relatórios estudados e ante a isso, perceber a possibilidade de ampliar a discussão sobre a pacificação dos Botocudo e a política indigenista, lançando mão dessas novas fontes: os relatórios.

---

<sup>5</sup> Cf. Idem. p. 69.

<sup>6</sup> Cf. Ibidem.

Os documentos e os relatórios utilizados nesta dissertação foram localizados em uma residência no município de São José – Santa Catarina – no ano 2000. Tal residência pertence ao filho mais novo de Eduardo Hoerhann, Edmar de Lima e Silva Hoerhan<sup>7</sup>, que reside há mais de quinze anos em Brasília. Quando Hoerhan esteve em Santa Catarina no ano citado, em uma visita a sua outra casa no município de São José/SC, pude perceber que em pequeno quarto, havia grande quantidade de papéis que pertenceram a Eduardo Hoerhann, meu bisavô.

Em 2002 Edmar Hoerhan alugou sua casa por telefone, pois se encontrava em Brasília, e pediu para mim e minha prima Edeli Kübin Sardá para despacharmos seus pertences ao seu irmão mais velho, residente em São José, Setembrino Hoerhann. Nessa ocasião eu pude tomar conhecimento do conteúdo dos papéis e livrá-los de uma grande fogueira que os novos residentes da casa atearam. Como estavam em péssimas condições, foram considerados por estas pessoas leigas como lixo.

Com o consentimento de Setembrino Hoerhann os documentos foram direcionados para a residência dos meus pais - em São José - e estão sendo organizados e conservados por mim. Futuramente penso em microfilmá-los a fim de disponibilizá-los ao público.

Os estudos anteriores sobre os Botocudo, os quais envolvem sobretudo o seu processo de pacificação, não incluíram os relatórios em seus dados, apenas os citam esporadicamente em poucas linhas. Tal acontecimento é explicado pela razão das cópias micro-filmadas de alguns desses relatórios<sup>8</sup> estarem disponíveis apenas no Museu do Índio localizado no Estado do Rio de Janeiro. Entrementes os descendentes de Eduardo Hoerhann conseguiram manter intactos menos de um terço desses documentos. O restante foi destruído pela enchente que atingiu a casa de Eduardo Hoerhann dois anos após o seu falecimento, ocorrido no ano de 1976. Essa seria a razão que nos levou a escolher este recorte temporal para a realização da presente pesquisa.

---

<sup>7</sup> O nome de família desta pessoa grafa-se com apenas uma letra “n”.

<sup>8</sup> No Museu do Índio estão disponíveis os relatórios dos anos 1914, 1915, 1918, 1923 – 1929.

Com o intuito de definir alguns conceitos científicos para facilitar a compreensão deste trabalho, começaremos com o de civilização. Essa palavra significa para as ciências humanas uma parte essencial do que entendemos como cultura. Destaca-se que todos os povos possuem cultura, pois se trata de um fenômeno não-natural que não se origina de leis físicas e biológicas. Cultura é uma construção histórica, seja vista como concepção ou como uma dimensão do processo social. É um produto coletivo da vida humana, não apenas no sentido de percepção da cultura, mas também por sua relevância:

...se pensarmos cultura como dimensão do processo social podemos também falar em cultura numa sociedade primitiva, em cultura das sociedades indígenas brasileiras, por exemplo. Mas notem também que nem cultura é a mesma coisa lá e aqui, nem seu significado é igual em ambos os casos. Apenas neste sentido genérico de serem dimensão do processo social, é que se pode falar igualmente em cultura. Como se tratam de sociedades com características que as diferenciam bastante, o conteúdo do que é cultura, a dinâmica da cultura, a importância da cultura – tudo deve variar bastante.

Mas vejam que essas sociedades indígenas encontram-se em interação crescente com a sociedade nacional, passam a participar de processos sociais comuns, a partilhar de uma mesma história. Nesse processo suas culturas mudam de conteúdo e significado. Elas podem ser marcas de resistência à sociedade que as quer subjugar, tomar suas terras, colocá-las sob controle. Ao mesmo tempo, é inevitável que incorporem novos conhecimentos para que possam melhor resistir, que suas culturas se transformem para que as sociedades sobrevivam.<sup>9</sup>

Logo, não poderemos aplicar o vocábulo *civilização* e suas variações gramaticais somente àqueles que vivem nas cidades, pois dentro destas características culturais também se enquadram os povos indígenas. Apesar disso, sabemos que por muito tempo esta classificação, *civilizado* ou *civilização* sempre serviu como forma de segregação aos povos que não possuem os mesmos traços culturais, seja a religião em comum, a forma de governo e leis para impor a moral, a ordem e as penalidades. Ao mesmo tempo em que servia para comparar e classificar os indígenas como selvagens, bárbaros, mal-educados, vagabundos e outros termos pejorativos. Portanto, o verbete em questão e seus derivados são utilizados entre aspas quando nos referimos a todos os personagens não indígenas.

Embora entendemos que as Ciências Humanas, principalmente a História, a Antropologia e a Etno-História possuam conceitos muito mais profundos e específicos do que aqueles encontrados em dicionários, preferimos usar a palavra *pacificação* no seu sentido matricial, ou seja, ato de tranquilizar, promover a paz. Não queremos cometer o

---

<sup>9</sup> SANTOS, J. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 45-46.

mesmo equívoco do Governo Federal do início do século XX em interpretar o comportamento dos indígenas como perturbação desnecessária da tranquilidade das colônias, e que por isso, era de extrema necessidade serem “pacificados”. Existiu por muitos anos uma agressão recíproca entre colonos e indígenas, e o SPI deveria fazer o seu trabalho de maneira que os Botocudo pudessem entender a contrastante variação cultural de forma positiva. Deveria também haver uma pacificação de ambos os lados, Botocudo transformados em fazendeiros produtores vivendo amistosamente com colonos imunes de seus preconceitos incrustados.

Nesse sentido não encontramos espaço para a palavra *amansar*, a não ser que estejamos falando do lado colonizador, menos cortês, que ainda patrocinava a matança desmedida aos Botocudo. Não podemos confundir *pacificação* com *domesticação*, pois o sinônimo desta última corresponde perfeitamente à interpretação dada por estudiosos do assunto ao ato de trazer a paz. Frente a isso optamos em não usar o vocábulo *pacificação* entre aspas.

Em relação às fontes, essas são basicamente relatórios elaborados pela chefia do Serviço de Proteção aos Índios entre os anos de 1912 e 1926. Eles foram elaborados pelo encarregado do Posto Indígena Plate. Os relatórios são originais porque nessa época enviavam-se cópias mimeografadas para a sede principal do SPI-LTN localizada na cidade do Rio de Janeiro. Em alguns relatórios, entre os exemplos, o ano de 1917, pode-se encontrar mapas anexos mostrando a localização dos variados tipos de culturas cultivadas no Posto.

Entre os livros utilizados, podemos citar alguns que foram escritos pelo antropólogo Sílvio Coelho dos SANTOS relacionados à ocupação catarinense e aos Botocudo. Destacamos **Índios e Brancos no Sul do País – A dramática experiência dos Xokleng**, como sua obra mais importante, por ser seu trabalho mais completo a respeito do tema, no qual o assunto é tratado desde os primeiros registros referentes à presença dos Botocudo, até a política inicial da FUNAI, nos fins dos anos sessenta. Ainda existe a análise da trajetória do Serviço de Proteção aos Índios, seu início, seu apogeu, sua decadência seguida

pela extinção. O livro **Índios Xokleng – Memória Visual** é um resumo ilustrado do primeiro trabalho citado, direciona-se bem mais ao público leigo do que à comunidade acadêmica. Seu mérito maior resume-se em algumas informações atualizadas sobre o cotidiano deste grupo indígena. Seu terceiro livro utilizado por nós foi **A Integração do Índio na Sociedade Regional**, no qual há referências importantes sobre os Botocudo e o trabalho governamental de integrá-los às comunidades circunvizinhas.

Abaixo podemos ver Maria Korikrã Gensch, em 1918, quando Hoerhann promoveu um encontro com seus pais biológicos. Maria faleceu vítima de tuberculose no ano de 1936.



**Fig. 1:** Maria Korikrã Gensch na casa de seu pai em Blumenau. (Acervo: Rafael Hoerhann).

A monografia do Doutor GENSCH, **Die Erziehung eines Indianerkindes – Pratischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage**<sup>10</sup>, publicada em Berlim em 1908, conta a sua experiência de adoção de Maria Korikrân, capturada pelos bugreiros. A fotografia anterior foi feita por Eduardo Hoerhann, quando este promoveu o encontro de Maria com seus pais biológicos em 1918. Maria faleceu vítima de tuberculose em 1936.

Esse livro, escrito em alemão, foi importante para esse estudo, pois além do relato da experiência de adoção, apresenta o primeiro dicionário que traduz algumas palavras do idioma indígena pertencente ao tronco lingüístico Jê para a língua alemã. O acesso ao dicionário, possibilitou a comunicação entre equipe do Serviço de Proteção aos Índios com os Botocudo em 1914.

O livro **Jungle People - Kaingang tribe of the highlands of Brazil**,<sup>11</sup> de Jules HENRY, é a obra mais clássica referente ao tema. Tal autor conviveu diretamente com os Botocudo, residindo na casa do chefe do SPI, Eduardo Hoerhann e de sua esposa Francisca Hoerhann, ao longo de dois anos, na década de 1930. HENRY teve a oportunidade de registrar o trabalho do SPI com os Botocudo aos princípios impostos à nova condição cultural proporcionada pelo contato com habitantes não indígenas. Este estudo mostra olhares antropológicos sobre a experiência de pacificação e o relacionamento entre a equipe do Serviço de Proteção aos Índios e os indígenas contatados. De acordo com Rodrigo LAVINA,<sup>12</sup> a obra **Jungle People** de HENRY é a principal publicada sobre a sociedade Botocudo tradicional. HENRY descreveu a sociedade Botocudo desde a organização social e econômica até a cultura material do grupo, fixando-se também nas questões de parentesco, questões ritualísticas, psicológicas e lingüísticas.

Todavia optamos em não trabalhar com Jules HENRY devido ao cientista se voltar mais aos aspectos da antropologia e da etnologia. HENRY lida principalmente com

---

<sup>10</sup> A educação de uma criança indígena – modelo prático para a solução da questão indígena sul-americana.

<sup>11</sup> O povo da selva – a tribo Kaingáng dos planaltos do Brasil

<sup>12</sup> LAVINA, R. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etno-História e Sugestões para arqueólogos**. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 1994. Dissertação de Mestrado. p.31.

características físicas e peculiaridades culturais dos Botocudo, observações essas, que não são a principal proposta deste trabalho. Os aspectos aprofundados por HENRY, estes já haviam sido registrados por Eduardo Hoerhann há quase duas décadas antes de o cientista tomar conhecimento dessa comunidade indígena de Santa Catarina. As observações feitas por E. Hoerhann encontram-se em uma carta<sup>13</sup> e foram suficientes para a elaboração desta pesquisa. Não se considerou necessário dissertar profundamente sobre a cultura tradicional e material. Na carta há referências aos rituais, a funções na comunidade de acordo com a idade e o gênero de cada membro, descrições sobre suas moradias, vestes, armas, seus utensílios, alimentação, as caças preferidas, a hierarquia, os costumes, o nomadismo, a mitologia, etc.

Fizemos ainda a utilização de clássicos da antropologia brasileira como **Índios e a Civilização** de Darcy RIBEIRO, um ensaio geral sobre a condição dos indígenas no território brasileiro, desde a colonização até os dias atuais. A obra trata, sobretudo a questão da integração do indígena na sociedade “civilizada”, seja da forma imposta, seja da espontânea. Outro clássico, **História dos Índios do Brasil** sob a organização de Manuela Carneiro da CUNHA que abrange assuntos gerais em torno da realidade do indígena, escritos por antropólogos, etnólogos e historiadores, que formam textos relevantes reunidas em uma só. Também de M. CUNHA, citamos **Legislação indigenista no século XIX**, livro essencial para o estudo sobre a interferência estatal na questão indígena: o controle das populações pela elaboração e cumprimento das leis, o extermínio, o destino das comunidades, imposição de valores coloniais e demais fatores discutidos.

Outro livro importante utilizado foi **O índio no mundo dos brancos**, de Roberto Cardoso de OLIVEIRA. A obra possui definições antropológicas de cultura e fricção inter-étnica principalmente. Definições essas que foram necessárias para melhor desenvolvimento do terceiro capítulo, no qual usamos os termos explicados pelo autor.

---

<sup>13</sup> Cf. HOERHANN, E. [Carta] . 1921, **Luiz Bueno da Horta Barboza**. Ibirama: Posto Duque de Caxias, 1921.



Os Botocudo são um povo pouco conhecido pela maioria das pessoas que vivem no Estado de Santa Catarina. Foram assim classificados muito antes da época do primeiro contato amistoso no Estado em 1914, e foram renomeados para Xokleng no decorrer dos anos sessenta. De acordo com o **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**,<sup>14</sup> botocudo seria todo indígena que utiliza o botoque, um enfeite labial característico de várias comunidades indígenas, inclusive os Kaingáng de Santa Catarina. Tal enfeite era utilizado apenas pelos membros do sexo masculino da sociedade indígena, a partir dos três anos de idade. Portanto, Botocudo acabou se tornando o nome que identificaria esse grupo indígena.

Outras denominações foram atribuídas a esta etnia pelo colonizador, originário principalmente de Portugal. O nome vulgar que tanto conhecemos, bugre, de acordo com o estudioso belga naturalizado brasileiro P. MABILDE (1806 – 1892), tornou-se comum nos primeiros anos da colonização das terras brasileiras pelos portugueses. MABILDE afirmou em sua obra **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados da Província do Rio Grande do Sul. 1836 – 1896**,<sup>15</sup> que provavelmente essa taxionomia surgiu da palavra *pucri* pronunciada pelos indígenas. Os Coroados<sup>16</sup> faziam o uso desta palavra aos gritos, quando precisavam alertar os demais companheiros de um perigo iminente. Ela não possui uma tradução equivalente a alguma palavra da língua portuguesa, mas poderia significar algo como “alerta”. A partir daí, o estudioso belga concluiu que os portugueses interpretaram *pucri* como “bugre”, perpetuando o termo até os dias atuais. Uma outra origem provável, e pouco comentada, seria proveniente da classificação dos remotos habitantes da Bulgária, pois estes eram conhecidos por seu comportamento nada

---

<sup>14</sup> Cf. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [Supervisionado por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira] Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971. Paginação ausente.

<sup>15</sup> Cf. MABILDE, P. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados da Província do Rio Grande do Sul. 1836 – 1896**. São Paulo: IBRASA. 1983. p. 7-8.

<sup>16</sup> Nome dado aos indígenas do sul brasileiro devido a sua maneira de tratar os cabelos. Por esse nome eram conhecidos todos os indígenas que usavam este corte característico, nas demais regiões do país, onde igualmente se encontravam no Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, etc. De acordo com os levantamentos de Pierre Mabilde.

cordial e por sua característica bélica. Em sua língua nativa, búlgaro significa povo vândalo e guerreiro. A Igreja Católica logo tratou os búlgaros como sinônimos de sodomitas.<sup>17</sup>

Atualmente, a designação mais aceita pela comunidade científica para classificar os Botocudo é Xokleng. Esse nome provavelmente foi usado pela primeira vez no início do século XX pelo antropólogo E. SCHADEN (1913 – 1991) e estabelecido pelo também antropólogo S. SANTOS. Segundo esse autor<sup>18</sup>, o termo “Xokleng” provém do enfeite labial – tembetá. Xokrén e Xokleng significam na concepção de S. SANTOS, taipa de pedra. O antropólogo utilizou o termo como o mais correto para classificar a etnia. Porém a autodenominação utilizada pelo grupo seria *Kóingãng*, que significa apenas “homem”.<sup>19</sup> A preocupação em nomear comunidades indígenas sempre aconteceu por iniciativa dos “civilizados”. Para Eduardo Hoerhann há a versão que “os índios eram profundamente ególatras, somente eles eram gente!”<sup>20</sup> Logo, o termo *Kóingãng* serviria apenas para a sua auto-classificação. Uma outra hipótese existente para a origem da atual denominação Xokleng surgiu alguns anos após a pacificação: era comum no inverno a comunidade de guerreiros Botocudo se dividirem em dois grupos, sendo que um se designava a coletar pinhões nos planaltos e outro permanecia nas cachoeiras para a prática da pesca. Cachoeira significa *tscho*<sup>21</sup> e *clén* poderia ser interpretado como filho. Portanto, xokleng era como se chamavam os homens pertencentes ao grupo pescador, ou filhos da cachoeira\*.

De acordo com os registros de Hoerhann, a década de 1830 é considerada como marco dos primeiros assaltos, dos quais os Botocudo são os protagonistas. Nessa época o governo criou as Tropas de Pedestres que tinham como principal função afugentar os indígenas dos locais onde estavam atuando. Onde houvessem assaltos praticados pelos

---

<sup>17</sup> Cf. LAROUSSE, P. *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siecle*. 15 vol. , Paris, Administration du Grand Dictionnaire Universel , s.d. Vol. II, p.1077.

<sup>18</sup> Cf. SANTOS, S. **Índios e Brancos no Sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme. 1973. p.30.

<sup>19</sup> Cf. GUÉRIOS, R. O Xokrén é idioma Caingangue. In: **Arquivos do Museu Paranaense**, IV, abril, 1945. p. 323.

<sup>20</sup> JANKE, N. O índio deve ser encarado como ele é: como índio. **O ESTADO**, Florianópolis, 27, out. 1973.

<sup>21</sup> *Tschóma* significa cachoeira de acordo com o dicionário do Dr. Gensch.

\* Versão de Eduardo Hoerhann, segundo seu filho Setembrino Hoerhann.

Botocudo contra fazendeiros e colonos, as tropas eram logo enviadas à região. Existia apenas a ordem de dispersão, que evidentemente não era respeitada.

Sempre, por ocasião de um assalto de índios, organizavam-se grandes turmas de expedicionários, tanto, por iniciativa particular, como até oficial, que em suas “batidas”, pelo modo mais bárbaro, assassinavam centenas de índios. Em seu regresso, exibiam então nos centros populosos, mulheres e muitas crianças de suas pobres vítimas, como “tropheo heróico”, e prova incontestável de que a chacina de um acampamento de índios, havia sido completa. Traziam, destes pobres sobreviventes, armas e utensílios de toda a espécie, que pertenciam às infelizes vítimas, surpreendidas quando no mais profundo somno.<sup>22</sup>

Esse trabalho foi completamente em vão e conseguiu aumentar o ódio entre brancos colonos e os indígenas, pois os ataques continuavam a serem recíprocos. Em um primeiro momento, os criadores dessas tropas tinham como meta principal conquistar a confiança dos Botocudo ou, ao menos, afugentá-los sem violência. O que realmente conseguiram promover foi o contrário: chacina e hostilidade.

Alguns anos mais tarde, o Brasil abriu suas portas para receber considerável leva de imigrantes europeus. Desde então os contatos entre colonos e indígenas tornaram-se inevitáveis, fazendo o país sofrer pressões políticas a fim de proteger os imigrantes oriundos principalmente da Alemanha e Itália. Esses países, recém centralizados politicamente, exigiam do governo brasileiro a segurança de seus emigrados, não aceitando a possibilidade dos mesmos serem vítimas dos indígenas. Isso forçou os governantes do Império a tomarem medidas drásticas para acabar de vez com os freqüentes assaltos por parte dos indígenas aos colonos europeus. O país então começou com sua política de perseguição aos indígenas para que eles não impedissem o progresso das colônias. Com a Proclamação da República em 1889, criou-se uma outra realidade em função da racionalidade nacionalista e positivista sobre o trato com os povos indígenas do Brasil. A filosofia de Augusto Comte, de caráter humanista, foi aos poucos sendo assimilada pelos governantes do país.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> HOERHANN, E. **Carta a ...** Documento citado.

<sup>23</sup> Cf. SANTOS, S. op. cit. p.30.

Os positivistas, em sua maioria militares, intelectuais, membros da classe média e da burocracia imperial, reconheciam que o principal problema dos indígenas era a segurança de suas terras. Muitas comissões provinciais encarregadas de regulamentar, pela demarcação, as terras das comunidades indígenas, quase sempre não cumpriam o seu papel. De acordo com a proposta dos positivistas, os indígenas deveriam ser possuidores de nações livres e soberanas, e que fossem organizadas em Estados.<sup>24</sup>

Durante o XVI Congresso Internacional de Americanistas realizado no ano de 1908, em Viena, o naturalista Albert Frič<sup>25</sup>, proveniente da antiga Tchecoslováquia, apresentou um extenso trabalho denunciando as atrocidades que se praticavam contra os indígenas do Sul do Brasil. De acordo com SANTOS<sup>26</sup>, Frič alertou que os indígenas eram mortos sem piedade, pelo ataque dos bugreiros patrocinados pelas companhias de colonização, pelos latifundiários e pelo governo. Isso repercutiu em toda a Europa, causando intermináveis debates no Brasil: “A violência praticada contra os Xokleng pelas ‘patrulhas de bugreiros’ teve repercussão negativa, o que fez com que o Governo Provincial modificasse um pouco a estratégia enviando verbas para a ‘catequização’ e ‘civilização’ através de aldeamentos, sendo escolhido o Braço do Sul, atual Rio do Sul para o estabelecimento de um desses aldeamentos.”<sup>27</sup>

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo que no primeiro abordamos a política indigenista, que se inicia a partir de 1530, quando a Coroa portuguesa passou a explorar os recursos naturais e o tratamento aos povos encontrados na colônia. Muitas leis foram criadas para amenizar o choque do encontro destas duas culturas distintas, assim como a de legitimar as vastas terras localizadas pelos colonizadores. Também tratamos a situação vivenciada pelos indígenas sob a égide léxica do Brasil imperial e republicano.

---

<sup>24</sup> Cf. GOMES, M. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes. 1988. p. 82-83.

<sup>25</sup> Pronuncia-se ‘Fritch’.

<sup>26</sup> Cf. SANTOS, S. **Os índios Xokleng – Memória Visual**. Florianópolis: ed. UFSC e Itajaí: ed. UNIVALI. 1997. p.11.

<sup>27</sup> Cf. NÖTZOLD, A. L. V. VIEIRA, E. A ocupação do espaço. In: KLUG, J, DIRKSEN, V. **Rio do Sul – Uma História**. Rio do Sul: UFSC, 2000. p. 28.

No segundo capítulo dissertamos a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. O pensamento humanista, base essa de sua doutrina e também de sua aplicação para o tratamento dos povos indígenas, assim como seu apogeu, as adversidades enfrentadas desde seu princípio, a desilusão por parte dos líderes e a sua extinção, foram os tópicos nesse capítulo.

O terceiro capítulo está caracterizado basicamente pela utilização direta de fontes primárias. Os documentos nele mencionados fazem parte de um espesso material cujo conteúdo é formado principalmente por relatórios mensais e cartas, muitas elaboradas pelo encarregado do SPI catarinense, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. O capítulo em questão, concentra mais na realidade dos Botocudo, a partir do estudo baseado nos relatórios de Eduardo Hoerhann. Além disso, foram abordados o primeiro contato entre funcionários do SPI-LTN e indígenas no ano de 1914 e as primeiras conseqüências ocorridas após cinco anos desse acontecimento.

No último capítulo está relatada a decadência do SPI logo nos primeiros anos de 1920, e a esperança de melhora – quando alguns governantes catarinenses demonstraram interesse em reverter a péssima situação do órgão. Também foi abordado o processo político que criou a Reserva Indígena Duque de Caxias em 1926, a qual possibilitou a legalização de um território para os Botocudo.

As fotografias não foram referenciadas porque se desconhece a autoria das mesmas. A figura 3 é a única que possui informações a respeito em seu verso.

No final do texto, acrescentamos alguns anexos que poderão auxiliar futuras pesquisas a respeito do tema, uma vez que os documentos originais não estão disponíveis em arquivos públicos.

## CAPÍTULO I – OS PRIMÓDIOS DA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA E A QUESTÃO DAS TERRAS

Este gentio parece que não tem conhecimento do princípio do Mundo, do dilúvio parece que tem alguma notícia, mas como não tem escrituras, nem caracteres, a tal notícia é escura e confusa: porque dizem que as águas afogaram e mataram todos os homens, e que somente um escapou em riba de uma Janipaba, com uma sua irmã que estava prenhe, e destes dois têm seu principio, e que dali começou sua multiplicação. – Pe. Fernão Cardim – 1625.

### 1.1. Ocupação das terras e a legislação colonial

Oficialmente o Brasil teve suas terras localizadas pelos ibéricos em 1500, sendo que por volta de trinta anos após este feito, aconteceu o início de sua exploração. Em meados do século XVI o Brasil era um território assustador para aqueles que aqui aportavam, pelo seu vasto tamanho, fauna e flora exótica e também pela existência de pessoas adaptadas a esse meio fantástico. Para muitos europeus, essas terras eram inviáveis de habitação, mas para outros com visão mais ampla, existia a possibilidade não só de exploração dos recursos naturais, como a ampliação de terrenos cultiváveis.

ASSUNÇÃO<sup>28</sup> cita que desde cedo alguns viajantes vindos da Europa sugeriram, após confirmarem a abundância de novos alimentos, uma inclusão de vegetais e variados tipos de carnes na dieta do Velho Mundo. Com os primeiros contatos interétnicos, também houve o interesse de subjugar os nativos para que esses se tornassem cristãos, quando não escravos a serviço dos colonizadores. O pau-brasil foi o principal produto explorado após os primeiros anos da localização das terras brasileiras. Seu comércio era feito pelo sistema

---

<sup>28</sup> Cf. ASSUNÇÃO, P. A terra dos Brasis: Um tapete de Flandres jamais visto. In: **Estado e Controle Social**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 2001. v. 21, n.40. p. 219.

de feitorias, não havendo necessidade naquele momento de uma colonização. Para ASSUNÇÃO, os primeiros estrangeiros que conseguiram manter contato pacífico com os nativos americanos foram os jesuítas espanhóis. Porém, CABRAL defende que em 1869 foi publicada uma relação autêntica da viagem, acompanhada de uma análise que concluiu que a terra brasileira visitada pelo navegador francês Binot Paulmier de Gonneville foi São Francisco do Sul em 1504. Gonneville descreveu a sociedade indígena do local com detalhes do seu modo de vida e de sua cultura<sup>29</sup>, fazendo-nos crer que o navegador francês e sua expedição entraram em contato com os indígenas de forma pacífica. A aliança de Gonneville com os indígenas foi tão intensa que ele levou o filho do cacique à França:

[...] o dito chefe Arosca consentiu que um de seus filhos jovens, o qual se dava bem com os do navio, viesse à Cristandade, já que se prometia ao pai e ao filho trazê-lo dentro de vinte luas ao mais tardar; pois assim eles contavam os meses. E o que lhes dava mais vontade: faziam-no crer, àqueles que viessem do lado de cá, ensinariam a artilharia: o que eles desejavam intensamente, para poderem dominar seus inimigos: como também a trazer espelhos, facas, machados e tudo o que viam e admiravam dos cristãos: o que era prometer-lhes tanto como prometer a um cristão ouro, prata, e pedrarias, ou ensinar-lhes a pedra filosofal.<sup>30</sup>

Porém pouco antes da estada deste francês, Pero Vaz de Caminha, na expedição de Pedro Álvares Cabral, deixou registrado em sua conhecida carta que os portugueses conseguiram conquistar a amizade dos indígenas. Caminha contou as características físicas desses habitantes e o novo hábito de se misturarem aos marinheiros, criando com isso um vínculo amistoso. Os indígenas puderam inocentemente assistir a celebração da segunda missa rezada, na qual uma grande cruz foi fincada ao solo, símbolo do poder e da salvação do ocidente.<sup>31</sup>

Entretanto para ASSUNÇÃO, Dentre aqueles que aqui estiveram no passado, o grupo dos jesuítas foi mais cauteloso no quesito de registrar a natureza da nova terra. Procuravam sempre descrever os quatro elementos, terra, água, fogo e ar. Além disso, conseguiram também levar ao Velho Mundo o modo de vida de algumas comunidades da

<sup>29</sup> Cf. CABRAL, O. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1970. pp. 20 - 22.

<sup>30</sup> PERRONE-MOISÉS, L. **Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503 – 1505**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 24.

<sup>31</sup> Cf. Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil, Lisboa, Imprensa Nacional, 1974. In: GAGLIARDI, J. **O Indígena e a República**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. pp. 25-26.

América. É claro que eles relataram em seus registros apenas o que conviveram, sem preocupação com as formas científicas. Existem muitos escritos sobre ataques indígenas aos exploradores, conforme narrou o conquistador espanhol Alpiçqueta Navarro. Navarro escreveu que em uma de suas incursões interioranas pelo Novo Mundo na segunda metade do século XVI, os membros da comitiva foram atacados pelos indígenas. Num caso como esse, os conquistadores espanhóis e portugueses, muitas vezes possuíam somente mel para usarem de forma medicinal. Com o passar dos anos, descobriu-se muitas ervas que quando ingeridas possuíam efeito purgante. Com seu uso pôde-se restabelecer o equilíbrio orgânico dos enfermos em estados crônicos<sup>32</sup>.

A fixação nestas terras por portugueses aconteceu de forma sistemática, porém não oficializada. Aqueles que aqui vieram para buscar riquezas, fazer conhecimento superficial da região, ou mesmo por serem criminosos em seu país de origem, acabaram em grande número se estabelecendo constituindo famílias, muitas vezes com as indígenas. Desde então os desbravadores de Portugal entendiam que os indígenas eram um assunto do Estado. Missionários de ordens regulares, párcos, procuradores de aldeias, inspetores, sertanistas e outros, atuavam em trabalhos de atração somente com a autorização estatal. As representações tutelares construídas por esses práticos atuadores da colonização, proporcionaram tonalidades diferentes à história da tutela como instituição. O que permitiu também permitiu várias maneiras diferentes de intervenção na vida do indígena, assim como um maior conhecimento gradativo da natureza de suas comunidades. Cada trabalho exercido pelas funções citadas promovia interpretações distintas de quem e de que modo deveria lidar com os indígenas, sejam eles vistos como população ou mão-de-obra aos interesses da Coroa.<sup>33</sup>

Para Rita ALMEIDA a Lei de 26 de julho de 1596 é uma das mais antigas entre aquelas que asseguravam a liberdade dos indígenas e atribuía tutela aos missionários da Companhia de Jesus. Era uma tarefa mais complexa do que uma simples tutela. Nela caberia ao jesuíta monitorar os trabalhos dos indígenas dentro das comunidades

---

<sup>32</sup> Cf. ASSUNÇÃO, P. op.cit. p. 227.

<sup>33</sup> Cf. ALMEIDA, R. **O diretório dos índios – Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. pp. 35-36.



construídas, com direito a pagamentos a cada dois meses de serviços prestados. Nessa lei foi criada a função de “procurador do gentio”, cargo que deveria ser ocupado por um clérigo durante três anos. Um serviço pago pelo Estado e vinculado aos governadores. Em cada comunidade colonial existia um “juiz de aldeia”, que era uma pessoa de origem portuguesa – isso era uma exigência – a qual cabia o julgamento de demandas entre indígenas e moradores.<sup>34</sup>

Segundo RIBEIRO o reconhecimento aos indígenas como os legítimos donos das terras, existe através de um alvará desde 1680. Tal direito é confirmado e ampliado pela lei nº 6 de 1755<sup>35</sup> porém, antes desta data os indígenas estavam subjugados na condição de escravos coloniais e nunca puderam usufruir dos direitos garantidos por lei. Esse período foi marcado por uma contradição entre os interesses dos colonos, dispostos a manterem o indígena como força motriz nos trabalhos braçais, e os interesses dos missionários, favoráveis à separação total das comunidades que estivessem no seu controle. Às normas do Regimento de primeiro de abril de 1680 os indígenas ficariam libertados da escravidão, inclusive os prisioneiros de guerra; fato que ocasionou a ampliação no tráfico de escravos africanos. Pensou-se até em criar governos autônomos nas aldeias desde que os indígenas fossem cristãos, com seus próprios párocos e demais líderes. Já o Regimento das Missões de primeiro de dezembro de 1686, refletiu uma disputa mais acirrada para o controle dos indígenas. No Regimento estão inclusos aspectos ambíguos, como a lei que procurou atender os conflitantes jesuítas e moradores. Os padres da Companhia de Jesus passaram a exercer um poder maior sobre a situação dos indígenas, não somente no campo religioso, mas também político e administrativo.

Os moradores eram representados por meio de duas pessoas eleitas pela Câmara, que junto do governador, o superior das missões e dos párocos das aldeias, passaram a decidir sobre a repartição dos indígenas. A maioria dos indígenas engajados nas missões e nas comunidades regionais estava livre do trabalho escravo através das proteções léxicas governamentais. Porém um alvará de 28 de abril de 1688 anulou todos os esforços

---

<sup>34</sup> Cf. Idem. ALMEIDA, R. p. 36.

<sup>35</sup> Cf. **Relatório da Inspeção de São Paulo à diretoria do SPILT**. 1912. In: RIBEIRO, Darcy. Op. cit. p.218.

conseguidos pelos regimentos de 1660 e 1668. Isso no sentido da preservação dos indígenas através de sua incorporação aos empreendimentos coloniais, de acordo com as mesmas leis que regiam os direitos dos trabalhadores livres. O alvará passou a permitir casos especiais à captura de indígenas cujo destino seria o trabalho escravo.<sup>36</sup>

Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como marquês de Pombal, em seu governo, na posse de ministro do reino, conseguiu criar uma legislação favorável aos dois interesses divergentes entre a Igreja e o Estado. Em 14 de abril de 1755 foi decretado o primeiro alvará que incentivava, entre outros termos, o casamento inter-racial e igualava os indígenas aos colonos no trabalho e nos direitos. Em junho do mesmo ano, a missão dos jesuítas para com as comunidades indígenas foi considerada ilegal. A proibição vigorou inicialmente no Pará e Maranhão, e depois do alvará de 8 de maio de 1758, estendeu-se para todo o Brasil.<sup>37</sup> O alvará de 3 de setembro de 1759 pôs um fim no confronto entre Estado e Companhia de Jesus, pois decretou a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os domínios coloniais. Há a estimativa que 112 religiosos foram expulsos do Brasil deixando para trás uma estrutura construída desde 1549, incluindo hospitais, bibliotecas, colégios, residências, igrejas e missões indígenas<sup>38</sup>.

A legislação pombalina preocupava-se com a educação, a liberdade do indígena e a sua preparação para o ingresso na vida “civilizada”, ao mesmo tempo em que o suprimia de sua cultura. O tronco lingüístico Tupi foi proibido, tornando o português a língua oficial da colônia, e as aldeias foram transformadas em vilas. Foi a primeira tentativa estatal de resolver a questão indígena sem o uso da força física. As práticas governamentais criadas e assumidas por Pombal possuíam a finalidade de legitimar a ocupação no território brasileiro e criar uma unidade nacional com hegemonia portuguesa. Pombal, governante pioneiro em pensar na elaboração da nacionalidade brasileira, porém em 1777, foi destituído de seu cargo em virtude da morte de Dom José I. Em pouco mais de vinte anos, toda a legislação aplicada pelo estadista foi abolida pelo governo vigente. Com a extinção de suas leis, o período de relativa paz teve o seu fim decretado e, aos poucos, a violência foi instaurada

---

<sup>36</sup> Cf. ALMEIDA, R. Op.cit. pp. 39-43.

<sup>37</sup> Cf. PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 92-105.

<sup>38</sup> Cf. SOARES, A. **O Marquês de Pombal**. Brasília: UnB, 1983, p.213-216.

novamente como método de aproximação com os indígenas. A Carta Régia de 13 de maio de 1808 é um exemplo de extrema contundência no tratamento dos povos indígenas<sup>39</sup>:

... desde o momento em que receberdes esta Minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre, em todos os anos, nas estações secas, e que não terá fim senão quando tiverdes a felicidade de vos ver assenhorear das suas habitações, e de os capacitar da superioridade das minhas Reais armas, de maneira tal que, movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz, e sujeitando-se ao doce jugo das leis, e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as imensas variedades de índios, que nestes meus vastos Estado do Brasil se acham aldeados...<sup>40</sup>.

O rei D. João VI estava disposto a resolver o problema através do uso da força física promovida pelo seu exército, pois agora havia legalizado a aniquilação dos indígenas relutantes e a incorporação dos incapacitados de resistência na sociedade, como trabalhadores do reino. Para o rei, não era permitido a ninguém presente em suas terras a liberdade de viver num regime livre de suas leis e punições. Com o seu retorno para Portugal depois de catorze anos desta Carta Régia ter sido declarada, D João VI deu espaço para a independência da colônia portuguesa.

## **1.2. As leis do Império e o tratamento para com os povos indígenas**

Com a independência do Brasil em 1822 a facção liberal tomou consciência da necessidade de aplicar uma política indigenista imperial. Dentre os fatores que influenciaram essas decisões, podemos citar a ação missionária da Igreja e a visão laica dos governantes, de acordo com as regras do positivismo.<sup>41</sup> Na Constituição portuguesa, elaborada no ano da emancipação brasileira, existiam cinco projetos sobre a questão indígena encaminhados por deputados brasileiros, mas os projetos citavam os indígenas apenas porque estava incluso que o governo deveria apoiar as instituições caridosas, possuidoras da função de se dedicar aos indígenas. Pouco antes da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro de D. Pedro I recebeu a missão de auxiliar na fundação de um governo nacional, impedir a separação das províncias, coordenar os impulsos revolucionários num sentido construtivo e preparar a ruptura com a antiga

---

<sup>39</sup> Cf. GAGLIARDI, J. op.cit. p. 28-29.

<sup>40</sup> Carta Régia, 13, maio 1808. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p.38. In: Idem.

<sup>41</sup> Cf. Ibidem. p. 30.

metrópole. Já de início, deparou-se com duas decisões de extrema relevância: a primeira era ordenar o chanceler-mor desembargador do paço, a partir daquela data – 21 de janeiro – não mais fazer remessa das leis vindas de Portugal à qualquer repartição, sem que fossem antes submetidas ao conhecimento do príncipe regente, para que esse pudesse determinar sua execução de acordo com as circunstâncias da realidade brasileira. A segunda, datada do dia 30 do mesmo mês, concitou os governos provisórios de todas as províncias a promoverem a união das mesmas com sujeição à regência de D. Pedro.<sup>42</sup>

Após a Independência do Brasil, no ano de 1822, os indígenas ainda eram marginalizados não só pela sociedade, mas também pelo governo Imperial. Na Europa o estilo romântico<sup>43</sup> ditava as novas tendências literárias e isso refletiu também na literatura brasileira. Nossos poetas românticos foram os únicos que tentaram melhorar a imagem do indígena, tornando-o muitas vezes personagem principal de seus escritos. A idéia do “bom selvagem”, nobre, corajoso, leal e guerreiro, permaneceu apenas registrada nos escritos românticos, e não conseguiu mudar a mentalidade dos governantes do Império.<sup>44</sup>

Em 1823, na obra **Apontamentos para Civilização dos Índios Bárbaros do Império do Brazil**. Andrada e Silva apresentou várias propostas relacionadas ao problema indígena à Assembléia Constituinte. Seus planos surtiriam resultado em longo prazo e baseavam-se nos costumes consolidados construídos desde a localização das terras brasileiras. Andrada e Silva pretendia transformar indígenas e negros em cidadãos do Império, ao substituir o regime da escravidão pelo trabalho livre assalariado. Defendia piamente a miscigenação como grande aliada de um processo civilizador, no qual os traços culturais portugueses prevaleceriam frente às outras etnias existentes no Brasil. “Os casamentos mistos, entre brancos, mulatos e índios, para misturar as raças, unindo os interesses de todos numa só nação.”<sup>45</sup> Entre suas propostas podemos citar o comércio como forma de aproximação entre brancos e indígenas. Em uma etapa seriam trocados

---

<sup>42</sup> Cf. SOUSA, O. **José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970. p.118.

<sup>43</sup> Estilo literário popularizado por Goethe primeiramente na Europa na primeira metade do século XIX e mais tarde no Brasil (1836) com Gonçalves de Magalhães. Sugeriu a criação de um herói que pudesse representar a legitimidade da cultura nacional e, no caso do Brasil, o indígena foi escolhido por ser considerado genuinamente brasileiro.

<sup>44</sup> Cf. MOISES, M. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1971. p.174.

<sup>45</sup> Cf. GAGLIARDI, J. op.cit., p.31.

produtos silvestres por espelhos, anzóis, ferramentas de ferro, etc., para que pudessem começar a ter noção do “meu” e do “teu”. Posteriormente seriam organizadas, feiras no interior das aldeias onde os indígenas e súditos do imperador pudessem negociar seus produtos cultivados. O trabalho de catequese ficaria como responsabilidade de um colégio de missionários, que enviaria às comunidades, missões de contato, mais conhecidas como Bandeiras.

Clérigos instruídos sobre as línguas nativas, conhecedores das culturas indígenas seriam os principais encarregados da aproximação e “amansamento”. Eles teriam poder político e seriam auxiliados por forças militares aquarteladas nas proximidades das aldeias, prontas para agir a qualquer momento. No contato com indígenas afastados do mundo “civilizado” e considerados bravios, o religioso deveria estar presente para persuadi-los com presentes e promessas, com a ordem de que velhos e adultos não deveriam abandonar seus hábitos abruptamente. Os indígenas deveriam aprender a prática da agricultura, tanto para o sustento próprio como também para a comercialização.<sup>46</sup> Estas idéias faziam parte do extenso e pretensioso empreendimento de Andrada e Silva para a elaboração de um país regido pela ordem voltada ao desenvolvimento político, econômico e cultural. Projetos importantes, no entanto ao serem apresentados à Assembléia Constituinte, provocaram forte resistência no país recém criado.

Não obstante, as oligarquias locais contrariaram o ministro e o próprio D. Pedro I e excluíram seu projeto modernizador da Constituição de 1824, quando forçaram o Imperador a dissolver a Assembléia Constituinte.<sup>47</sup> O novo esboço da Constituinte Brasileira de 1823 diferenciou-se muito pouco da Constituição portuguesa do ano anterior. Houve apenas uma menção referente aos indígenas, presente no título XIII, art. 254: “A Assembléia terá igualmente cuidado de crear Estabelecimentos para Catechese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros, e sua educação religiosa, e

---

<sup>46</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>47</sup> Cf. GOMES, M.P. **Os índios e o Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. p. 79.

industrial.”<sup>48</sup> Enquanto que o documento Constitucional outorgado de 1824, não contém uma única referência a respeito dos indígenas.<sup>49</sup>

Apesar de as idéias de Andrada e Silva não terem sido incluídas no projeto da Constituição de 1823, e muito menos na outorgada Carta Magna do ano posterior, elas foram aproveitadas alguns anos mais tarde na tentativa de solucionar a problemática questão. A proposta de integração do indígena às comunidades regionais e urbanas foi o principal paradigma utilizado pelas diversas ações governamentais entre a primeira metade do século XIX e início do século seguinte.

Alguns anos após a Constituição imperial ser definida, o Brasil tornou-se habitável praticamente em toda a sua extensão litorânea, e cada vez mais os indígenas eram mortos ou empurrados para o interior do país. Os indígenas foram ignorados até o momento em que cresceu o interesse de se ocupar também as regiões mais inóspitas do norte brasileiro, como a região sul. Sobre essa última, podemos afirmar, que estava com a parte central e oeste habitada apenas por sertanejos, e deveria muito em breve receber grandes levas de imigrantes europeus. Entretanto foi somente no ano de 1845 – em Santa Catarina havia colônias alemãs desde 1828 – que se tentou estabelecer as diretrizes sérias, para o controle dos indígenas aldeados. Embora esta questão tenha sido muito debatida pelo menos durante trinta anos antes do estabelecimento dessas leis, e depois foi ignorada pelos novos governantes. A administração imperial lançou sua ordem exigindo que cada presidente de província informasse a situação e o comportamento dos indígenas e ainda destacasse as melhores terras para o estabelecimento de aldeamentos.<sup>50</sup>

Com o auge do neocolonialismo, no decorrer do século XIX, a África, o Oriente e a América do Sul, foram vistos como territórios misteriosos e com muitas riquezas a se explorar. Tanto no sentido dos recursos naturais como do estudo dos traços culturais dos povos nativos, ainda considerados selvagens. Coube aos nossos dirigentes embebidos pelos

---

<sup>48</sup> Cf. CUNHA, M. (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora da USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 65.

<sup>49</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>50</sup> Cf. *Idem*, p.9.

ideais positivistas e evolucionistas formular ações políticas que iriam promover a “civilização” desses povos. Pois na concepção dos presidentes de Província, a lavoura precisava de muitos braços, visto que nessa época a possibilidade da chegada de grandes levas de colonos europeus para ocuparem o interior brasileiro era descartada e também estava forte a idéia humanista de abolir a escravatura. Com o entendimento de que o indígena vivia infeliz pelas matas ao agredir uns aos outros, quando não súditos do mundo “civilizado”, criou-se para fins de catequese, o Regimento das Missões, de 1845, e a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601 de 18.9.1850)<sup>51</sup>. O governo imperial promulgou a lei fundamental que pretendia disciplinar o regime fundiário. Essa Lei foi regulamentada em 1854 pelo Decreto 1.318 de 30.1. 1854. Aqui, citaremos alguns trechos relacionados à ocupação das terras:

A Lei de Terras, no seu artigo 3º, define o que se deve entender por terras devolutas:

- 1) as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal;
- 2) as que não se acharem sob o domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo geral ou provincial, não incurso em comisso, por falta das condições de medição, confirmação e cultura;
- 3) as que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas;
- 4) as que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas;<sup>52</sup>.

Tal lei serviu como estratégia do governo imperial para adquirir maiores riquezas através da ocupação pelos “civilizados”, que agora teriam de comprar suas terras, caso essas não tivessem sido legitimadas. No sul do país, a lei serviu para instalar as companhias de colonização a fim de preparar os terrenos para os futuros ocupantes estrangeiros. Como os imigrantes vieram aos milhares em um curto espaço de tempo, o lucro obtido através da criação da Lei de Terras pelo Império, e depois pelo governo republicado, atingiu somas vultosas em terrenos que já estavam ocupados pelos indígenas. O governo, ao criar essa lei, se preocupou apenas em promover a “civilização” dos indígenas com suas ineficientes formas de catequização.

---

<sup>51</sup> Cf. ROCHA, L. **O Estado e os índios: Goiás 1850 – 1889**. Goiânia: UFG, 1998. p.39-41.

<sup>52</sup> CUNHA, M. (Org.), op.cit. p.66.

O estudioso Francisco Adolfo de VARNHAGEN (1810 – 1878), possuía algumas considerações sobre os indígenas. Segundo ele:

... eram uma gente nômade, que vivia em ocas, de caráter violento, mantenedora de constantes guerras de extermínio entre si, bárbaros e sem sentimento patriótico. Eram da mesma raça, mas não conseguiram criar uma unidade nacional coesa aos modos dos Incas peruanos, por serem antes de tudo, vagabundos. Em sua sociedade os filhos não respeitavam as mães e só temiam os pais e tios, característica típica de laços familiares frouxos. No amor não havia sentimentos morais.<sup>53</sup>

O que nos indígenas prevalecia fisicamente, não era proporcional ao espírito frágil, porque VARNHAGEN os considerava “falsos, infiéis, inconstantes, ingratos, impiedosos, despudorados, imorais, insensíveis e indecorosos. Quando atingia a idade de trinta anos, o bárbaro havia adquirido vários hábitos negativos: hostilidade, antropofagia, a sodomia, a vingança, comiam terra e barro.”<sup>54</sup>

Com esses adjetivos referentes aos indígenas percebe-se que a visão deste autor era voltada de forma favorável ao eurocentrismo, ao português conquistador. A abordagem positivista e evolucionista que vigorava na época e que nutria as nossas elites intelectuais. Observações que serviam de argumento para “civilizar” esse povo errante, dando espaço para a interferência legal do Estado e desejo de acabar com esse modo de vida considerado agressivo. Sabe-se que VARNHAGEN era respeitado por grande parte dos estudiosos e pesquisadores brasileiros, apesar de ele ter sido combatido em muitas de suas idéias, como por exemplo, o uso de violência, para que os fins justificassem os meios. Porém, pressupõe-se que suas sugestões foram postas em prática pelo Estado, como capturar, catequizar e, enfim, “civilizar”.

Contudo não sabemos se os governantes do século XIX basearam suas leis nos escritos de VARNHAGEN e seus seguidores, ou se isso foi uma coincidência devido ao pensamento positivista “civilizador” muito influente naquele período da história brasileira. Seja como for, a Lei de Terras de 1850 começou a vigorar no momento em que foi regulamentada (1854) e passou a tratar devolutas todas as terras que não possuíssem escritura comprobatória de ter sido adquirida de forma legal, na qual o único meio seria

---

<sup>53</sup> REIS, J. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 35-36.

<sup>54</sup> Ibidem.



através da compra ou da posse legitimada, conforme foi comentado anteriormente. As terras devolutas eram entendidas para o governo imperial, como terras sem dono, por serem consideradas desocupadas. O indígena não era mais classificado como verdadeiro proprietário das terras, pois não as tinha adquirido pelas formas legais, de acordo com a legislação imperial.

Quando se deu o término da monarquia, um sistema de governo que não conseguiu se manter em um regime sem escravos, a Velha República iniciada em 1889, reforçou o ingresso de imigrantes no país para tentar suprir a necessidade de mão-de-obra. Ainda no fim do século XIX e início do século XX, no auge da imigração, a região sudeste era em grande parte habitada pelos Kaingáng, os quais ofereciam resistência aos novos residentes de seus territórios. Os ataques eram rechaçados com batidas financiadas pelos fazendeiros dispostos a permanecer nesses férteis locais da região. Os conflitos entre Kaingáng e “civilizados” iniciaram no coração de suas terras junto aos campos de Paranapanema, ocupados por criadores de gado. Essa região era habitada pelos seus tradicionais inimigos, os Oti-Xavante, mas seu extermínio deixou os campos livres para os ataques aos Kaingáng.<sup>55</sup>

Desse modo, foram organizadas as primeiras incursões contra os indígenas, por parte dos criadores que sofreram seus ataques. A ocupação começou de maneira discreta e, em um primeiro momento não chegou a preocupar os indígenas, pois muitas fazendas com culturas de café se fixaram nos arredores das matas. Ademais uma ferrovia foi construída através de seus territórios sem que houvesse registros de conflitos, assim como muitos trabalhadores puderam avistar os Kaingáng atravessar as linhas férreas com comportamento pacífico, porém temerosos. Entretanto, tal fato não durou por muito tempo, pois a construção da ferrovia avançou em grande extensão nos territórios indígenas, que, acudados por todos os lados, começaram a promover ataques com maior frequência, vindo a criar grande pânico na população regional e nos trabalhadores ferroviários. Ainda nessa época diversas matanças foram realizadas na região o que ocasionou o desaparecimento de muitas

---

<sup>55</sup> Cf. RIBEIRO, D., *op.cit.*, p. 122.

comunidades Kaingáng, o que instigou o ódio e o estado de hostilidade permanente de ambos os lados.<sup>56</sup>

Em Santa Catarina, o choque entre colonos e indígenas agravou-se com a chegada de imigrantes europeus às porções de terras localizadas no interior do Estado. O processo de ocupação iniciado no litoral com uma política de catequese e povoamento foi mais expressivo e rápido do que o ocorrido na região do Vale do Itajaí e no oeste catarinense. Os indígenas litorâneos, segundo CABRAL<sup>57</sup> eram considerados como “o melhor gentio da costa” por aqueles que mantiveram contato. Afamados desta maneira porque não havia registros de práticas antropofágicas nem de maus tratos aos navegadores que em seu território aportavam. Os indígenas recebiam os estranhos vindos dos mares de forma simpática e muito bem negociavam com colonizadores. Aos poucos, de acordo com CABRAL, os indígenas deixaram tanto se contaminar pela cobiça para adquirir objetos desconhecidos, que chegaram ao extremo de negociar seus próprios semelhantes a fim de tornarem escravos dos portugueses. Afinal a penetração do território sul-americano não se deu em igualdade de condições na região nordeste do Brasil e nas regiões do sul.

O clima árido do nordeste, com vegetação rasteira e sem rios navegáveis entrava em contraste com as florestas ricas, campos e águas do sul. O indígena dessa primeira região era freqüentemente mais hostil e, portanto mais difícil de dominar.<sup>58</sup> Embora os encontros entre indígenas e colonizadores tenham acontecidas em épocas diferentes, os Botocudo não viam com bons olhos o contato direto ao mundo “civilizado”. Conheciam há tempos os malefícios trazidos pelos exploradores, traficantes de escravos, bandeirantes e demais freqüentadores das matas subtropicais. Logo combatiam quaisquer indivíduos que viessem a confrontá-los e, com freqüência assaltavam fazendas localizadas em seu território ocupacional.

Ao contrário de São Paulo, os imigrantes que aportavam em Santa Catarina eram estimulados a comprar um lote de terra para trabalhá-lo com a sua família. Isso veio a

---

<sup>56</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>57</sup> Cf. CABRAL, O., *op. cit.* p. 32.

<sup>58</sup> Cf. CARVALHO, D., RIEMER, A. **História das Américas**. Rio de Janeiro: Record, 1971. p. 50.

acarretar a formação de uma área com pequenas propriedades de exploração agrícola intensiva, que aos poucos se expandia para os territórios tradicionais dos Botocudo. Conflitos foram inevitáveis, pois, por um lado os indígenas defendiam suas terras, por outro, o colono as legitimava por título de propriedade.

A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo<sup>59</sup> foi por muitos anos a única empresa alemã dedicada à introdução de colonos no Brasil.<sup>60</sup> Entre os anos de 1850 e 1888, a empresa encaminhou quase vinte mil colonos à Colônia Dona Francisca em Santa Catarina, que fundaram posteriormente os núcleos coloniais de Joinville e São Bento do Sul. A partir de 1890 ficou explícito que essa Sociedade não possuía mais condições de continuar sozinha seu programa de colonização, a não ser que se fundisse com outra entidade mais poderosa financeiramente. Em 1890, Carl Fabri, gerente da empresa desde 1887, assinou um contrato com o Governo Federal que garantia a continuidade da futura sociedade. Nesse contrato entraram industriais e banqueiros de Berlim principalmente, que manifestaram grande interesse pela fusão. Existia na Alemanha, latifundiários não interessados na emigração, pois alegavam que dentro de pouco tempo faltaria no país mão-de-obra para a lavoura. Enfim, em 1894 duas das três maiores companhias de navegação transatlântica da Alemanha, junto com algumas grandes casas comerciais ligadas ao Brasil, fundaram um novo consórcio. Almejavam a união com a velha Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo para criar uma entidade de maior expressão em Santa Catarina.

Um ano após foi firmada em Florianópolis entre o Governo do Estado (sob a administração de Hercílio Luz) e Carl Fabri, representante da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, uma base para a futura colonização em larga escala. Em 1896, Axel Von Diringshofen em um requerimento para o governador, destacou as zonas de interesse para a Sociedade. Essas seriam terras devolutas que deveriam ser adjudicadas e vendidas, além das terras do Braço do Norte do rio Itajaí, terras na zona de Garopaba, no vale do

---

<sup>59</sup> “Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849” é o nome da empresa.

<sup>60</sup> Cf. RICHTER, K. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992. p. 14-15.

Itajaí-mirim, no sertão de São Bento, no município de Lages e Curitiba. No ano seguinte a instituição ficou conhecida como Sociedade Colonizadora Hanseática.<sup>61</sup>

Muitas das terras consideradas desabitadas eram o último refúgio dos Botocudo para a garantia de sua sobrevivência. A partir de então, intensificaram-se os confrontos com os imigrantes recém estabelecidos. Um exemplo concreto disso está descrito na carta citada de E. Hoerhann ao diretor do SPI, Luiz Bueno da Horta Barbosa:

Por todo o Valle do grande Rio Itajahy do Norte, entrando por todos os seus affluentes, a poderosa Companhia Hanseática, num avanço gigantesco, irrompe abrindo picadões, caminhos e estradas, demarcando centenas de colônias, que logo são ocupadas. Quanto a esta Companhia posso informar-vos, Snr. Director, que o numero de lotes, que era de quinhentos, subiu a quase mil e setecentos, após a pacificação.

A zona oeste do Posto, Rio Itajahy do Oeste, está sendo toda colonizada por iniciativa de três Companhias que medem as suas terras acompanhando o mesmo Rio d'Oeste, penetrando pelos valles dos rios Pombas, Pombinhas, Tayó e demais affluentes.

Ao sul, a Secção de Terras da Cia. Sindicato Agrícola, em toda a região de Rio do Sul e seus afluentes, está medindo e colonizando.

Ao norte, vindos da Moema, muitos colonos já se localisaram á margem da picada que vem ter directamente ao Posto, e se mais não penetraram, foi isso devido ao necessário veto do mesmo Posto. Ficou pois provado que com a acção do nosso Serviço neste Estado, tornou-se possível romper o grande circulo traçado pela tal “Bugergefahr”,<sup>62</sup> que entravava o avanço da colonisação e consequentemente o aproveitamento das melhores terras existentes em toda a região.<sup>63</sup>

De acordo com os relatórios de Eduardo Hoerhann, os Botocudo são descendentes de comunidades muito antigas que habitavam todo o interior do Brasil meridional: os Tapuia, pertencentes a grande nação Aimoré, sobrevivente até o século XVII. “Esta é a opinião que mais nos parece acertada, sendo elles portanto, os últimos sobreviventes d’aquella numerosa e guerreira nação, hoje representada por este grupo, que agora permanece nos acampamentos do Rio Plate.”<sup>64</sup> Sobre a original ocupação dos Botocudo, existe coerência com os estudiosos posteriores (etnólogos, arqueólogos e antropólogos) que se dedicaram a escrever a respeito destes indígenas.

---

<sup>61</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>62</sup> “Perigo dos Bugres” no idioma alemão.

<sup>63</sup> HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

O chefe do SPI deixou registrado que os Botocudo percorriam a vasta zona compreendida entre os rios Iguaçú e Uruguai até o Oceano Atlântico. Mantinham freqüentes lutas contra os desbravadores que exterminavam o seu principal alimento: a caça. Apenas em 1830 houve a preocupação (ou os registros anteriores se perderam, não se sabe exatamente) em registrar os assaltos praticados por esses indígenas. De acordo com os registros de E. Hoerhann, a década de 1830 é considerada como marco dos primeiros assaltos, dos quais os Botocudo são os protagonistas. O governo criou em 1836 as Tropas de Pedestres, cuja principal função era afugentar os indígenas dos locais onde estavam atuando. Onde houvessem assaltos praticados pelos Botocudo contra fazendeiros e colonizadores, as tropas eram logo enviadas à região. Existia apenas a ordem de dispersão, que evidentemente não era respeitada.

Sempre, por ocasião de um assalto de índios, organizavam-se grandes turmas de expedicionários, tanto, por iniciativa particular, como até oficial, que em suas “batidas”, pelo modo mais bárbaro, assassinavam centenas de índios. Em seu regresso, exibiam então nos centros populosos, mulheres e muitas crianças de suas pobres vítimas, como “tropheo heróico”, e prova incontestável de que a chacina de um acampamento de índios, havia sido completa. Traziam, destes pobres sobreviventes, armas e utensílios de toda a espécie, que pertenciam às infelizes vítimas, surpreendidas quando no mais profundo somno.<sup>65</sup>

Esse trabalho foi completamente em vão e conseguiu aumentar o ódio entre os brancos colonizadores e os indígenas, pois os ataques continuavam a serem recíprocos. Em um primeiro momento, os criadores dessas tropas, tinham como meta principal conquistar a confiança dos Botocudo ou ao menos afugentá-los sem violência. Porém, a eficiência das tropas não cessou os assaltos. Duas décadas mais tarde, o presidente da província João José Coutinho afirmou publicamente “a única medida, realmente eficaz, seria obrigar esses ‘assassinos e filhos de barbaros’ deixarem a floresta localizando-os em lugares dos quaes não pudessem fugir.”<sup>66</sup> Com essa declaração foi decretado oficialmente o “perigo indígena,” e fez o governo tomar sérias providências.

Sem demora surgiram as turmas de sertanejos experientes que possuíam a tarefa de se aproximar dos indígenas, e caso não pudessem fazer deles amigos, deviam afugentá-los sem lhes fazer mal algum. Em Blumenau, município onde os ataques indígenas eram mais

---

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Cf. RIBEIRO, D., op. cit. p., 157.

freqüentes foi nomeado Capitão do Mato o experiente Frederico Deeke, que em suas expedições sempre buscou atraí-los de forma amistosa para torná-los pacíficos e amigos. Não houve nenhum resultado almejado, visto que os Botocudo mantinham a sua freqüência de ataques e, por medida econômica, a turma de sertanejos deixou de atuar em 1879. Poucos anos adiantes, após tantos fracassos, foi fundada a Liga Patriótica na cidade de Florianópolis que tinha a finalidade exclusiva de resolver a questão indígena pacificando os Botocudo do Estado. Para essa função, José Bernardino da Silveira foi nomeado “pacificador.”<sup>67</sup> Silveira possuía duas mulheres indígenas, capturadas pelos bugreiros numa de suas batidas. Silveira seguiu para a região do Rio das Pombas (próximo de Ibirama) com a finalidade de fundar um pequeno posto de atração. Conforme descreveu Hoerhann, essa foi uma tentativa inteiramente nula, pois ao chegarem nas matas suas “esposas” fugiram sem que delas mais soubessem notícias. Provavelmente retornaram aos seus ao juntarem-se novamente em alguma comunidade próxima.<sup>68</sup>

Idêntico insucesso teve outro emissário da Liga, o “Pacificador” Albert Frič, que seguiu para um afluente do Rio Itajaí do Norte; nada conseguiu porque se limitava a colecionar artefatos indígenas entre os moradores coloniais. Desde 1868, as tentativas de catequese feitas pelos capuchinhos, Virgílio de Amplar e Estevão Vicenza, não lograram êxito nem em Lages nem na cidade de Itajaí. Esses religiosos não muito dedicados evitavam o embrenho as matas a fim de confraternizar com os Botocudo. A covardia desses religiosos permaneceu até o ano de 1885, quando finalmente foram retirados de cena<sup>69</sup>. Até então, todas as medidas governamentais eram de caráter não violento, mas o governo impaciente resolveu a partir do momento organizar batidas com finalidade de extermínio. O que o governo não havia conseguido resolver por inexperiência, passou a buscar resultados através do uso da força física.

Interessante assinalar que ao mesmo tempo em que o governo buscava soluções para este problema, os grupos de bugreiros nunca deixaram de atuar no Estado desde que iniciaram suas atividades. No princípio eram contratados por fazendeiros temerosos de

---

<sup>67</sup> A palavra “pacificador” encontra-se entre aspas neste documento.

<sup>68</sup> Cf. RIBEIRO, D., op. cit., p. 157.

<sup>69</sup> Cf. *Ibidem*.

novos ataques até que em pouco tempo passaram a trabalhar também para as companhias estrangeiras de colonização, contando com o apoio do Governo Federal.

### **1.3. A República e a criação do SPI-LTN**

Quando aconteceu em Viena o XVI Congresso de Americanistas, em setembro de 1908, houve grande expectativa de novidades por parte dos participantes desta conferência realizada a cada dois anos. O museu dessa cidade, afirmou que o representante do Brasil, Manuel de Oliveira Lima, era um dos mais completos do mundo em coleções de artefatos indígenas da América do Sul, incluindo vários objetos de comunidades indígenas brasileiras. A presença do Brasil no Congresso foi bastante relevante, pois além dos trabalhos que seriam apresentados pelos estudiosos, estava incluso também o de Paul Ehrenreich sobre etnografia do sul do Brasil. Em 14 de setembro, os delegados que participavam da seção matinal do congresso foram surpreendidos pelo eloqüente discurso de um jovem de vinte e sete anos, de nome Albert Frič. Frič começou a apresentação denunciando e responsabilizando os colonizadores brasileiros e europeus pelo genocídio das poucas comunidades indígenas restantes no país. Afirmou que a população nativa estava sendo aniquilada pela escravidão, captura e homicídio, que eram praticados nas emergentes colônias sul-brasileiras.<sup>70</sup>

Na região do sul do Brasil, contou Frič, alguns exímios negociantes compraram por preços baixíssimos grandes quantidades de terras que eram habitadas pelos Botocudo hostis, vendendo-as após terem acabado com a ameaça indígena, com lucros de até 1.500%. Frič defendeu que somente a intervenção estatal poderia proteger a população indígena e, com a devolução de mulheres e crianças aprisionadas durante as incursões de retaliação, seria possível acabar com esta difamatória realidade. Comentou, também, sobre o seu projeto de fundar uma reserva indígena em terras que haviam sido doadas pelo governo catarinense. Contudo, muitos indivíduos aguardavam receber concessões de terras nessa região. A imprensa local criticou seu projeto e o levou à difamação, o que o fez abandoná-

---

<sup>70</sup> Cf. GAGLIARDI, J., *op.cit.*, p.70.

lo. Frič aproveitou o momento para protestar contra seu afastamento do cargo de naturalista dos museus de Berlim e Hamburgo, ocasionado pela intervenção do embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro. Terminou seu pretensioso pronunciamento propondo, com grande habilidade aos cientistas que o ouviam, que em nome do congresso fosse feito um protesto contra esses atos desumanos.<sup>71</sup>

Eduard Seler, do Museu de Berlim, deu continuidade à sessão e tentou abrandar a situação que havia sido exposta. Sobre o extermínio dos indígenas procurou criticar algumas conclusões de Albert Frič a respeito das relações etnológicas e lingüísticas em algumas comunidades do Brasil meridional. Frič ao responder colocou em dúvida a veracidade dos dados apresentados como referência pelo cientista alemão. Seler, indignado, tentou protestar, mas foi interrompido pelo presidente da sessão, Karl von Den Steinen. Na sessão vespertina, o presidente do congresso, Wilhelm Freiherr von Weckbecker, disse que as denúncias de Frič à causa indígena interessavam aos americanistas, porém era um assunto que deveria ser resolvido pela ação governamental e não por um congresso científico. Com isso, cessaram as discussões e o caso foi considerado encerrado.<sup>72</sup>

Essa questão polêmica, apesar de ter sido divulgada pela imprensa européia, não recebeu a mesma atenção da imprensa brasileira. No Brasil, a discussão foi promovida pelos jornais paulistas e cariocas através de um artigo publicado na **Revista do Museu Paulista** que entrou em circulação no mês de setembro de 1908. Isso fez com que muitas entidades abraçassem a causa indígena e partissem a agir em sua defesa. Nessa revista, von Ihering diretor do Museu Paulista escreveu em seu artigo que os Kaingáng de São Paulo estavam atrapalhando o progresso da cidade: “Os atuais índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingangs são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que possa lançar mão, se não o seu extermínio.”<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Cf. Ibidem.

<sup>72</sup> Cf. Idem, p.71.

<sup>73</sup> IHERING, H. Antropologia do Estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, 1907, v, 7, p. 215. In: Cf. GAGLIARDI, J., op.cit., p.72.



Silvio de Almeida, um intelectual de destaque entre os positivistas de São Paulo, rechaçou a proposta de extermínio de von Ihering, quando publicou seu artigo no **Jornal do Comércio**. Almeida primeiramente construiu um quadro que caracterizou o indígena como elemento importante em diversas situações na história do Brasil e depois passou às críticas ao diretor do museu e ao seu país:

A teoria do dr. Herman Von Ihering, supondo implícita a máxima da justificação dos meios pelos fins, se reduziria à matança em nome da civilização: e a civilização não seria então mais do que o aproveitamento de alguns trechos de terra, mediante a aplicação de processos violentos e bárbaros.[...]

Custa crer que a moderna ciência, importada da Alemanha, não preconize outros expedientes que os dos colonos ultramarinos do século dezesseis.<sup>74</sup>

Vários protestos contra a afirmação do Doutor Ihering foram feitos e publicados seguindo a linha de Silvio de Almeida. Em 1909, Cândido Rondon tornou público o seu sentimento de repulsa às propostas sugeridas pelo Dr. Ihering através de um telegrama enviado a João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional. Rondon argumentou que exterminar indígenas que entravassem o avanço do progresso era pretexto de usurpadores dispostos a tomar as poucas terras que ainda restavam aos indígenas.<sup>75</sup>

Depois da polêmica, Herman von Ihering escreveu vários artigos para tentar abrandar o choque causado na opinião pública sobre suas considerações a respeito do trato para com os indígenas. Alegou que havia falado sobre extermínio apenas àqueles que atrapalhavam o progresso da “civilização”. Nada muito diferente daquilo que propôs em seu primeiro e chocante artigo escrito em 1907. Ainda pregava o uso da violência e da força bruta para o avanço da cultura urbana e o desenvolvimento das colônias. Sobre a crítica que recebeu da Congregação do Museu Nacional, von Ihering publicou sua defesa:

O protesto dirigido contra mim por causa do extermínio dos Coroados é absurdo, visto que este extermínio dos Coroados se efetua ano por ano, e pouco tempo há de decorrer até que os últimos Coroados bravios terão sucumbido nesta luta desigual contra a civilização moderna. Não é contra

---

<sup>74</sup> ALMEIDA, S. Divagações. O Estado de São Paulo, 12, out. 1908, p.1, col.1-2. In: GAGLIARDI, J., op.cit., p.72.

<sup>75</sup> Cf. GAGLIARDI, J., op.cit., p.72.

minha pessoa, mas contra o sistema oficial, até agora observado em relação aos indígenas, que tais protestos se devem dirigir.<sup>76</sup>

Além de sugerir o extermínio das populações indígenas e declarar-se injustiçado pelo bombardeio de críticas recebidas, von Ihering ainda juntou suas energias para criticar o projeto de Cândido Rondon, considerando-o insuficiente e escrito às pressas, com propostas inoperantes já muito utilizadas no passado. Argumentou que a ineficácia do plano Rondon estava baseado na assistência leiga e na brandura, como diretrizes para o relacionamento entre o indígena e o Estado. Tal procedimento era considerado inadequado por von Ihering, pois uma vez que deveria considerar o caráter desconfiado e traiçoeiro dos indígenas. Em seu projeto **Programa para tratamento dos índios do Brasil** está descrita a visão de von Ihering. Aqui citamos os trechos mais significativos, segundo GAGLIARDI:

- o relacionamento com os índios deveria ser visto como “um ato de nobreza e amor da raça vencedora para com a vencida”, uma vez que era irreversível o seu desaparecimento;
- a catequese deveria ser feita por missionários e fiscalizado pelo governo;
- os missionários deveriam ter o conhecimento da língua dos índios que iriam educar;
- a catequese e o ensino não deveriam ser impostos obrigatoriamente;
- o relacionamento dos índios deveria ser orientado pelos princípios da bondade e justiça;
- o cumprimento das leis deveria ficar a cargo das autoridades competentes;
- o governo deveria conceder aos índios o direito às terras que ocupavam, porém sem o direito de vendê-las;
- os índios passariam a ser considerados cidadãos, submetendo-se às leis vigentes no país;
- os índios deveriam prestar serviço militar, assim como pagar impostos, com exceção dos não-civilizados;
- os índios assaltantes, que impediam o desenvolvimento social, seriam aldeados se necessário pela força, por meio de bandeiras. Nessas tarefas seriam empregados os sertanejos acostumados com a vida no mato e com a índole dos índios;
- o Brasil deveria organizar um órgão objetivo de realizar expedições científicas, bem como organizar coleções etnográficas. Deveria servir de modelo o Ethnographical Bureau.<sup>77</sup>

Os ataques direcionados ao diretor do Museu Paulista surtiram surpreendente efeito ao seu discurso em prol do extermínio. No trecho citado acima podemos perceber a tentativa amenizada em prestar auxílio ao governo federal com suas vigorosas sugestões. Se não tivesse publicado sua opinião a favor do aniquilamento das populações indígenas, até poderíamos considerar seus escritos bem intencionados.

<sup>76</sup> IHERING, H. O extermínio dos indígenas ou dos sertanejos? *Jornal do Comércio*, 15/12/1908, p.2, col. 1-2. In: Idem. GAGLIARDI, J. Op.cit. p.p.77 - 79.

<sup>77</sup> Cf. Idem. GAGLIARDI, J. op.cit. pp. 84 - 85.

Entretanto, faz-se necessário destacar a delicada situação da época, que impedia o pensamento de manutenção do indivíduo com sua cultura original: as terras estavam sendo ocupadas, não havia espaço suficiente para duas culturas distintas e ignorava-se a possibilidade de criação de reservas indígenas. O próprio von Ihering se contradisse em afirmar que o governo deveria conceder o direito dos indígenas às suas terras tradicionais, mas sem ter a liberdade de negociá-las. Como então ficariam definidos seus direitos e deveres como cidadãos da república? Seriam obrigados a pagarem impostos, engolirem a fé cristã, servirem às Forças Armadas, seriam sujeitados às leis vigentes, e no entanto, não poderiam negociar suas propriedades. Essas sugestões contraditórias nos fazem pensar que von Ihering estava apenas preocupado em limpar seu pensamento – agora público – de soldado das expedições quinhentistas sul-americanas de Francisco Pizarro.

No momento Rondon estava mais preocupado em realizar um trabalho prático com o intuito de pôr um fim nesse problema de séculos, do que rebater as críticas de um naturalista teórico. O Estado aproveitou a vasta experiência pessoal do militar, conseguida no decorrer de vinte anos nos sertões do Mato Grosso, para que pudesse organizar expedições em todo o país a fim de resolver a questão da matança para com os povos indígenas. Assim em 1910 foi decretada a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, tema que será exposto no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO II – A FUNÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Coitados! Eles não têm historiadores: os que lhes escrevem a história ou são aqueles que, a pretexto de religião e civilização, querem viver a custa de seu suor, reduzir suas mulheres e filhas a concubinas: ou são os que encontram degradados por um sistema de catequese, que com mil raras exceções, é inspirada pelos móveis de ganância ou de libertinagem hipócrita, e que dá em resultado uma espécie de escravidão que, fosse qual fosse a raça, havia forçosamente de produzir a preguiça, a ignorância, a embriaguez, a devassidão e mais vícios que infelizmente acompanham o homem quando se degrada. Os escravos dos gregos e romanos eram de raça branca, e não sei se a história tenha conservado notícia de gente pior. Couto de Magalhães, 1876.<sup>78</sup>

### 2.1. Ideologia e os primeiros passos do SPI-LTN

Conforme foi comentado na introdução deste trabalho, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais nasceu sob o bandeira do nacionalismo da Velha República e como uma ferramenta para suprir as dificuldades relacionadas à questão indígena daquela época. A citada Lei de Terras de 1850, que tornou devolutas todas as terras não adquiridas legalmente, ou seja, pela compra e pela legalização estatal, incentivou o crescimento de empresas colonizadoras, dispostas a preparar imensos acres para serem ocupados pelos novos habitantes. Tais empresas – muitas delas patrocinadas pelo capital estrangeiro – eram as principais financiadoras do extermínio dos indígenas pela contratação de batedores do mato profissionais. Foi preciso mais de sessenta anos para que alguém chamasse a atenção dos governantes do país a fim de tentar reverter essa realidade.

No mesmo ano de 1850, a filosofia positivista passou a ser difundida na elite intelectual brasileira através da apresentação de alguns trabalhos científicos com base nos

---

<sup>78</sup> GENSCH, H. *Die Erziehung eines Indianerkindes – Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage*. Berlin, 1908. p.4.

alicerces dessa ideologia. Entre os locais onde ocorriam tais apresentações estão o Colégio Pedro II, a Escola Militar e a Escola Politécnica.<sup>79</sup> Porém, foi a Escola Militar o local onde houve maior divulgação da ideologia,<sup>80</sup> pois Benjamin Constant, um dos maiores propagadores do Positivismo, lecionou nessa instituição. Constant foi professor de muitos militares ilustres como Francisco Bueno da Horta Barboza, Alípio Bandeira e o próprio Cândido Mariano da Silva Rondon.<sup>81</sup>

Essa escola filosófica positivista surgiu na França, na primeira metade do século XIX, sendo idealizada por Augusto Comte. Em relação aos indígenas brasileiros, os positivistas entendiam que a sua integração na sociedade era importante para o povoamento e para a obtenção de mão-de-obra necessária à expansão civilizatória. De acordo com o Apostolado Positivista do Brasil, os indígenas ainda estavam na etapa “fetichista” da evolução humana e eram suscetíveis de progredir industrialmente, ao exemplo dos povos andinos, dos egípcios e dos chineses. Para isso bastava uma educação que lhes direcionassem às artes e indústrias da sociedade ocidental. Por esse motivo, não cabia ao governo qualquer atividade de catequese direcionada à conversão espiritual. Era preciso criar uma entidade de proteção aos indígenas, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão.<sup>82</sup>

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI-LTN), criado pelo decreto nº. 8072<sup>83</sup> começou a atuar nacionalmente no ano de 1910, como um órgão complementar do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Para dirigir o serviço foi convidado o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, devido a sua experiência de construção de linhas telegráficas em locais inacessíveis, e também pelo fato de ser militar, visto que o Exército era considerado como força protetora da Pátria. Rondon, positivista militante, orientava toda a sua vida segundo os postulados da filosofia de Augusto Comte. Já no ano de 1889, Cândido Rondon foi nomeado para a Comissão de

---

<sup>79</sup> Cf. LINS, I. **A História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Nacional. 1967. v. 322. p. 37.

<sup>80</sup> Entendemos ideologia como um conjunto de convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais e políticas relacionadas com a situação social dos seus representantes dentro da sociedade.

<sup>81</sup> Cf. Idem, p. 295-296.

<sup>82</sup> Cf. BIGIO, E. **Cândido Rondon – A integração nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000. p. 31.

<sup>83</sup> Cf. CARVALHO, D. *op.cit.* p. 157.

Construção da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia, que deveria levar adiante um projeto aprovado pelo governo imperial <sup>84</sup>. Com essa vasta experiência desbravadora, ele foi considerado apto para dirigir o SPI-LTN.

Recém-formado, recusou uma cátedra na Academia Militar, pois estava mais disposto em usufruir seus conhecimentos no comando de uma unidade militar com caráter construtivo e pacífico. Isso Augusto Comte havia sugerido para o advento do Estado Positivo, no qual os remanescentes dos antigos exércitos seriam aproveitados em funções de policiamento e nas grandes construções civis: a utilização pacífica do Exército no desbravamento dos sertões interiores; na construção de obras civis, como a linha telegráfica; na realização de projetos humanísticos como a proteção ao indígena. <sup>85</sup>

A partir de Comte, surgiu toda a ideologia justiceira nos altos escalões do Exército, cujas tropas com o seu comando deveriam penetrar no território dos indígenas considerados hostis, sem fazer o uso de armas mesmo quando atacados, em prol do ideal humanitário. As jornadas de Rondon, antes mesmo do seu engajamento no SPI-LTN, mostraram extraordinária eficiência pelos seus métodos persuasórios junto a grupos bravios, como os Nambikwara, e com isso puderam derrubar as velhas teorias a respeito da incapacidade indígena de adaptação a outro meio cultural e também ao uso justificado da força para a escravização e sua subjugação. Rondon foi então convidado para organizar e dirigir a entidade federal disposta a assistir os indígenas. Como diretrizes básicas do novo serviço, Rondon expôs os princípios idealizados em 1822 por José Bonifácio de Andrada e Silva os quais nunca foram realizados:

1. Justiça – não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos Senhores;
2. Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como usurpadores e cristãos;
3. Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja como perda de nossa parte;
4. Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos;
5. Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos e mulatos. <sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Cf. CUNHA, M., op.cit., p. 162.

<sup>85</sup> Cf. CARVALHO, D., op.cit., p. 157.

<sup>86</sup> RIBEIRO, D., op.cit., p. 155-156.

Novamente a miscigenação é vista como um recurso para facilitar a integração do indígena na sociedade brasileira. Idêntica situação aconteceu com os africanos e seus descendentes, que tão logo desembarcavam dos navios negreiros, eram obrigados a aprender o português, assimilar a fé cristã e trabalhar até a exaustão sob o estalo de um açoite. A diferença seria que, para os indígenas do século XX, essa prática deveria acontecer de maneira mais branda, excluindo qualquer interferência religiosa, como também os castigos físicos. A integração teria de ser através da disciplina, do trabalho e da fusão das etnias, pois as novas gerações aos poucos perderiam espontaneamente traços culturais (nomadismo, prática da caça e dos rituais, etc.), que para os positivistas atrasariam a almejada “evolução” do espírito humano.

Na época, a fundação do SPI-LTN foi considerada como uma grande vitória política da facção republicana contra o poderio da Igreja Católica. O Positivismo, além de inserir na bandeira nacional os dizeres “Ordem e Progresso”, conseguiu separar os interesses divergentes da Igreja e do Estado. Com isso, a criação do SPI-LTN é compreendida como parte do processo mais geral de secularização das instituições nacionais a qual começou a deslanchar logo nos primeiros dias da Proclamação da República. Para que a relação dos indígenas e o Estado fossem libertadas da interferência clerical, foi preciso retirar da mão da Igreja a função de catequizar os indígenas. A criação do SPI-LTN como entidade específica para os cuidados com os indígenas, acarretou uma modificação expressiva em virtude da ação governamental originária da época do Império.

Além de ter representado a expansão do controle do governo da República sobre as terras e as populações de indígenas e trabalhadores nacionais nelas dispersas, o SPI instalou um poder centralizado, próximo aos moldes da decisão do governo. Modificou também o elemento responsável pelo trato dos povos nativos instituindo o elo entre a ação burocrática de controle e governo dos mesmos e a construção da nação, forçando uma ruptura com a herança imperial, na qual se destacariam os diretores de indígenas, agregados aos presidentes de província e aos missionários, em seu trabalho de civilização e catequese.

A influente presença dos positivistas, quando esses ocuparam cargos importantes dentro do SPI, correspondia, ao menos em parte, à substituição do projeto de catequese pelo da proteção, e dos missionários, pelos militares no serviço direto com os povos indígenas. Esse processo civilizador, a partir de então sob a responsabilidade dos leigos, não possuía mais a função de converter os indígenas em novos cristãos, mas sim à formação de novos cidadãos. Para atingir tal objetivo existia uma etapa importante que era a transformação dos indígenas em mão-de-obra e sua inclusão na economia de mercado, o que liberava os sertões para o usufruto de particulares, ao mesmo tempo em que os transformaria em nacionais. Por esse motivo era imprescindível o trabalho de atração dos grupos que estavam isolados e arredios ou em estado de guerra. A estratégia militar utilizada foi a pacificação. Um conjunto de ações técnicas entraria em vigor incluindo a educação, o aprendizado em português, o ensino de técnicas agrícolas, o treino na pecuária e a demarcação de suas terras. A peça-chave para a execução dessas tarefas era o posto indígena, local onde se encontravam indígenas e funcionários do SPI, indicado como uma entidade de ação para a qual os indígenas seriam deslocados. Era onde seriam induzidos a deixar suas práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que participariam das atividades produtivas. Essas atividades não só iriam torná-los produtores rurais auto-suficientes, mas também promoveriam a manutenção da unidade do órgão responsável por elaborar maneiras de inclusão dos indígenas na economia local, mediante a comercialização dos excessos produzidos.<sup>87</sup>

Uma das razões pelas quais o Exército foi escolhido como força organizadora e monitora do SPI-LTN foi a sua natureza organizacional caracterizada pela construção da idéia de entidade salvadora da nação desde os tempos da Guerra do Paraguai. Nesse contexto, o engenheiro-militar foi ideologicamente encarregado de ‘construir’ as bases da nação, pois, além de contar com a formação profissional baseada nos mesmos conhecimentos do engenheiro civil, era-lhe ainda legitimado o uso da violência para exercer essa construção.

---

<sup>87</sup> Cf. GRUPIONI, L., op. cit., p. 36-39.



Assim estava definido o SPI-LTN pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (ver anexo n. 4):

Trata-se conforme o indica o seu proprio titulo, de um serviço de caracter altamente social em que o Governo Federal procua a um só tempo amparar e agremiar em nucleos isentos de miseria os humildes trabalhadores patricios. No primeiro caso a acção da Inspectoria limita-se a uma mera assistencia protectora, sem nenhum caracter de catechese e, portanto, sem nunhuma inffluencia directa nas crenças e costumes do indio, mas garantindo-lhe a liberdade e a subsistencia e defendendo-o indefectivamente de qualquer especie de opressão ou vexame por parte do civilisado. ...Além, portanto, das vantagens economicas que resultam do aproveitamento do indio como força productora e da conveniente systematisação do trabalho agricola foi com um sentimento de patriotica fraternidade que o Governo Federal instituiu o Serviço em questão, tendo justamente em vista aquelles brasileiros que mais precisam do seu auxilio. Aos indios fornecera esta Inspectoria alimentação, ferramenta e vestuario pelo tempo que for preciso; estabelecel-os-á em Povoações Indígenas ou tratara de assegurar-lhes, na fórmula do Regulamento vigente (Lei n. 8.072, de 20 de Junho de 1910), a possas das terras em que vivem, se assim preferirem.<sup>88</sup>

O SPI-LTN possuía a função, como o próprio nome sugere, de proteger todos os indígenas contactados, assim como de estimular novos contatos, e promover a fixação de trabalhadores rurais não estrangeiros. Poucos anos após o início das tarefas, os dirigentes do órgão perceberam que deveriam estar mais atentos à situação dos indígenas, por entenderem a necessidade de uma maior urgência na resolução desse problema específico.

A partir de 1914, a instituição passou a ser conhecida apenas como Serviço de Proteção aos Índios. Permanecia o caráter nacionalista, através do qual o Estado promoveria a proteção ao indígena, transformando-o em cristão, trabalhador rural; extinguiria o modo nômade de vida e tornaria o indígena capaz de se auto-sustentar. Sua criação proporcionou o reconhecimento do título dos indígenas às suas terras, assim como recebeu novo amparo legal. O ministro Rodolpho Miranda adotou a fórmula de Couto de Magalhães: “Não aldear, nem pretender governar as tribos; deixá-las com seus costumes, sua alimentação, seu modo de vida”<sup>89</sup>. Dentro dessas novas diretrizes, podemos citar as funções principais:

Art. 2.º, § 3 – Pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos indios e reciprocamente.

<sup>88</sup> **Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes.** Documento de instalação regional dos postos indígenas. 1911.

<sup>89</sup> CUNHA, M. (Org.), op. cit., p. 162.

Art. 2.º, § 4 – Fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para alterá-los senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes.

Art. 2.º, § 12 – Promover, sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados (Decreto n.º 9.214, de 15 de novembro de 1911)<sup>90</sup>.

Até o momento o indígena era considerado como pessoa em uma situação delicada, que deveria se tornar cristã, o quanto antes, para ser aceita no mundo “civilizado”. Mas com essa regulamentação, o governo brasileiro abriu mão, pelo menos através da lei, do dogmatismo religioso e da não aceitação de apenas uma fé religiosa. Outro fator importante no decreto era a proteção do indígena em seu próprio território. Durante séculos, várias comunidades indígenas foram deslocadas para os centros urbanos a fim de facilitar a utilização de mão-de-obra pelos colonizadores, e também porque uma vez fora de seu ambiente, não poderiam garantir com eficiência a sua sobrevivência, restando-lhes apenas fugir, ou se submeter aos trabalhos servis. O grupo responsável em contatá-los, deveria segui-los até sua comunidade e lá iniciar os trabalhos de pacificação e de nova adaptação cultural aos moldes da sociedade dominante.

A questão do trabalho e do bom exemplo dos funcionários do SPI para com os indígenas era um fator considerado de extrema importância pelos líderes do serviço, pois qualquer desvio por parte dos “civilizados” romperia com todos os avanços até o momento conquistados. Em Santa Catarina, com a expansão das poderosas empresas colonizadoras, havia grande oferta para trabalhadores braçais, o que retirava a disponibilidade de pessoal qualificado e de boa índole para os específicos serviços da ação indigenista estatal. É certo que as companhias de colonização pagavam muito melhor do que uma entidade cuja projeção era considerada inferior. Nessa missiva, E. Hoerhann deixou a sua versão a Luiz Bueno da Horta Barbosa:

As consideráveis empresas acima referidas naturalmente absorveram todo o pessoal operário disponível, e mesmo assim ainda procuram trabalhadores, disputando-os entre si, ofertando cada qual maiores salários. Desta circunstância, a colossal falta de operários em todo o município, e da qual também o Posto, muito se resente.

Compreende-se que, já pela sua natureza, o Posto luta com grandes dificuldades para conseguir pessoal prestável. Raros são os que querem trabalhar longe de suas famílias e dos povoados, mormente no meio de índios, correndo constante perigo. Ora, o único meio de vencer esta natural

---

<sup>90</sup> Ibidem.

relutância, seria empregar o mesmo systema, adoptado pelas taes Companhias colonisadoras, isto é, pagar aos operários um salario ainda superior ao que poderiam perceber em outros quaesquer trabalhos. Solução esta, que se torna impossível ao Serviço aqui, deante da insufficiencia dos recursos, de que dispõe. Peço venia Snr. Director, para citar-vos o seguinte facto: Na mesma picada que vae ter ao nosso Posto, estão trabalhando três grandes turmas, no alargamento da mesma, para a construção de estradas de rodagem. Nestas turmas, qualquer operário, percebe Rs. 5\$500 e 6\$000, e, nos serviços de pedreira, Rs. 7\$000 e 8\$000, diários, que lhes são pagos semanalmente. Nada mais evidente, que, desprezando as condições acima, se apresente alguém, disposto a se internar mais quatro horas no sertão para, no Posto, ganhar Rs.: 2\$500 e 3\$000; para ainda esperar pelo seu dinheiro. Dadas estas circumstancias, não pôde o Posto, sob forma alguma, competir com as vantagens offerecidas pelas já citadas companhias, resultando forçosamente ter-mos que acceitar, premidos pela absoluta necessidade, os notórios vadios que, expellidos de turma em turma, finalmente não tendo mais onde parar, se nos apresentam.

Dá-se pois, no Posto, exactamente o contrario do que devia acontecer: É o exemplo, o factor básico de toda nossa influencia sobre os índios, sendo portanto de incondicional importância, que as emergências, dar-lhes sempre os melhores exemplos. Alem de que, não se deve olvidar, que os exemplos dados aos índios agora, não são simplesmente um effeito transitório, mas calando em seus espíritos, poderosamente influirão em todo o seus futuro.<sup>91</sup>

A maior dificuldade do SPI, foi por um final nas invasões recíprocas, considerando que esta é uma realidade ainda não resolvida até hoje. O que existiu, pelo menos em Santa Catarina, foi uma cessação temporária de tais invasões por ambos os lados – indígenas e moradores regionais – desde quando ocorreu a demarcação da reserva no ano de 1926. Dessa data até 1954, quando a liderança do SPI foi substituída, houve um notado respeito pelas áreas limítrofes. Após isso, foi aberto espaço para o ingresso de companhias exploratórias dos recursos naturais, identificadas principalmente nas quase intocadas terras da reserva. Uma vez acontecido isso reiniciou o ciclo de invasões em busca de mais terras destinadas à prática da agricultura.

Através das novas leis, ficou também proibido o desmembramento da família indígena pela separação de pais e filhos, prática usada sob o pretexto de educação ou catequese. Uma atividade de herança colonial que ainda vigorava em diversas partes do país. Com o argumento de que só era possível salvar os indígenas pela catequização das novas gerações, os pais eram menosprezados e os filhos conduzidos às escolas religiosas. Na missão a criança era preparada para uma vida de “civilizado” e com isso abandonava seus hábitos tradicionais. Depois de alguns anos, quando voltava à sua sociedade, o indivíduo permanecia à margem dessa, por ser um adulto que não podia desempenhar um

---

<sup>91</sup> HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

papel útil à mesma. Por outro lado não conseguia viver entre os “civilizados” porque freqüentemente aconteciam fracassos nessas tentativas de readaptação. Na sua condição de “novo civilizado” era sempre tratado como “índio” o que acarretava em sofrimentos pelo preconceito e segregação.<sup>92</sup>

Rondon não participou da elaboração das diretrizes que definiram o diretório do SPI. Em princípio tornou-se diretor do serviço e depois orientador, sempre vigilante. Foi por causa de sua ação indigenista que o SPI pacificou quase todos os grupos indígenas, sempre com métodos persuasórios, com os quais a sociedade brasileira deparou-se em sua expansão. Dezenas de integrantes desse órgão, ideologicamente integrados, motivados pela sombra de Rondon, provaram, à custa de sua vida, que o slogan “morrer se preciso for, matar nunca” não era apenas uma frase teórica.<sup>93</sup> Como é o caso do chefe da unidade do Paraná, Fioravante Esperança, que morreu abraçado à haste da bandeira nacional quando foi flechado pelos Botocudo no ano de 1912.

Um dos métodos básicos e interessantes das diretrizes de Rondon é a visão evolucionista pela qual foi orientado. Tal visão proporcionou não apenas afinação da relevância funcional e da peculiaridade das instituições culturais, como a esperança de um desenvolvimento natural e gradativo ao indígena, na base de seus próprios traços culturais e na introdução gradativa de alguns traços dos “civilizados”. O melhor exemplo desse programa formulado por Luis Bueno da Horta Barbosa, anos mais tarde da criação do SPI, é destacado na citação de RIBEIRO:

O Serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos, ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos; conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução de ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos e dos meios de usar da arte e de coser, a mão e a máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro etc; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto ele tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo esse trabalho, resulta que o índio torna-se um melhor índio e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Cf. RIBEIRO, D., op.cit., p. 160.

<sup>93</sup> Idem.,p. 160.

<sup>94</sup> Idem.,p.160-161.

O SPI realmente acreditava na “melhora” do indígena incorporando-o aos valores ocidentais à sociedade. A persuasão era um dos métodos salientados para o auxílio nesse fim, pois o indígena não deveria ser forçado de maneira alguma a mudar seus hábitos tradicionais. Ele deveria compreender, espontaneamente, que seu ingresso na “civilização” era o melhor caminho para a sua sobrevivência. Uma vez realizado tal feito, o indígena passaria a pertencer à sociedade dominante com condições igualitárias de ascensão. Essa seria a etapa final de sua evolução, segundo os moldes criados pelos positivistas.

Em 1932 foi descrito no Diário Oficial todas as funções que deveriam exercer as lideranças dos postos indígenas regionais, como exemplo, parcialmente citamos:

Art. 17 – Os Inspectores Regionais são responsáveis, directa e immediatamente, por todos os trabalhos atribuídos á competência das Inspectorias, nas respectivas zonas, quer esses trabalhos dependam somente de sua iniciativa e sejam executados pelo pessoal subordinado á sua direção, quer exija a colaboração de funcionarios de outros serviços do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio e dos demais Ministerios ou de empregados e repartições estadoaes e municipaes.

Art. 18 --- Compete ao Inspector Regional: --

a) – determinar, dirigir, fiscalizar os trabalhos de todos os funcionarios com exercicio na Inspectoria, não só no que respeite ás attribuições da mesma Inspectoria, como ás determinações directamente recebidas do Ministro, ou dos directores geraes, nos termos do art. 2º, attendendo, pessoalmente, sempre que for possível, ás inspecções e encargos mais importantes;<sup>95</sup>

As funções mais práticas do serviço estavam nas mãos dos inspetores regionais ou dos chefes de postos indígenas. O cargo era de maior responsabilidade dentre todos os outros do SPI, pois os chefes designados deveriam entrar em contato com indígenas, mantê-los em um território determinado e fazê-los assimilar os conceitos básicos do positivismo para um melhor ingresso na sociedade regional. No próximo tópico, veremos as mudanças ocorridas na legislação do SPI, sob o governo de Getúlio Vargas.

## **2.2. Governo Vargas e sua política indigenista**

Na Carta Magna de 1934 surge pela primeira vez a questão indígena como matéria constitucional. O conhecido Itamaraty não esteve presente em nenhum documento sobre os

---

<sup>95</sup> **Diario Oficial.** 24 de dezembro de 1932.

indígenas, nem no Projeto do Governo, nem no Substitutivo da Comissão dos 26, composto de um membro de bancada de cada Estado do Brasil. A primeira emenda apresentada, originou-se na bancada amazonense exposta a 21 de dezembro de 1933, pelo deputado Álvaro Maia e mais três deputados, sob o número de 1.193.<sup>96</sup> Nesse mesmo ano, o Decreto n. 24.700 de 12 de julho transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o Ministério da Guerra, O Serviço de Proteção aos Índios. Entendia-se na época que o indígena como habitante das fronteiras, um elemento precioso por sua moral, robustez física e de fácil adaptação ao clima, deveria ser educado e chamado à nossa nacionalidade antes que os países limítrofes o fizessem. Como se tratava de questões fronteiriças e de resguardo de nacionalidade, o Ministério da Guerra foi considerado o órgão mais indicado para supervisionar e modernizar os métodos utilizados pelo SPI.

O ministério decretou as atribuições que lhe conferia o Art. 1º do Decreto nº. 19.398 de 11 de novembro de 1930. A partir de então, o Serviço de Proteção aos Índios passa a fazer parte do Departamento de Inspetoria Especial de Fronteiras e subordinado também ao Ministério da Guerra, cujos julgamentos de gestão trata o artigo 37 da Lei nº. 5.484, de 27 de junho de 1928. Entre outros exemplos citamos:

[...] Art. 2º - Será mantido o pessoal civil especializado no mesmo Serviço, sendo criadas as subdivisões administrativas necessárias ao bom encaminhamento dos trabalhos.

§ UNICO – Os cargos de direção serão providos, de preferência, por oficiais da ativa, ou reformados, com as vantagens que lhes forem arbitradas pelo Ministério da Guerra, observadas as limitações do Decreto n. 23.053 de 8 de agosto de 1933 e tendo as atribuições do art. 6º da Lei n. 5.484 de 27 de junho de 1928.

[...] Art. 4º - No período de Passagem de Jurisdição. O Ministério da Agricultura, por intermédio das Repartições competentes e dentro de seus recursos orçamentários, Prestará ao Ministério da Guerra todo o concurso de que o mesmo precisar para o desenvolvimento da lavoura e da criação de animais domésticos nos núcleos militares e povoações indígenas, fornecendo maquinas, instrumentos e ferramentas agrícolas, plantas, sementes e animais reprodutores adequados á cada região, bem assim o pessoal técnico necessário á organização e orientação dos trabalhos de sua especialidade.

[...] Art. 7º - O Ministério da Guerra fica autorizado a rever a legislação vigente para o Serviço de Proteção aos Índios, adaptando-a melhor aos interesses da nacionalização e defesa das fronteiras. Tal revisão – bem como a aplicação do art. 2º deste Decreto serão feitos sem aumento de despesa para o exercício financeiro de 1934-35.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> Cf. CUNHA, M., op. cit., p. 82.

<sup>97</sup> Diário Oficial de 9 de junho de 1934, p. 11.114. In: **Documento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 16º Inspetoria Regional, Estado de Santa Catarina.**

Havia na época o entendimento de que o Exército era a entidade mais preparada para assumir a liderança de assuntos delicados tais como a questão indígena. Se até o momento, o serviço que foi iniciado pela iniciativa militar, repassado para o Ministério da Agricultura em 1930 e retornado quatro anos mais tarde para as mãos dos militares, não havia criado maiores expectativas ao destino dos indígenas, embora não correspondesse ao ideal nacionalista de Getúlio Vargas, não seria em seu governo que a situação se reverteria.

No ano de 1936, Vargas aprovou, em caráter provisório, o Decreto nº 736 que visou novo regulamento às atividades do Serviço de Proteção aos Índios, inclusas as intenções de nacionalizar os indígenas. Aqui o citamos parcialmente devido a sua elevada extensão: (o documento está em anexo (1) no final desta dissertação):

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, anexo a este, assinado pelo General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro do Estado da Guerra.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 6 de Abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

Getulio Vargas/ General João Gomes

Art. 1º - O Serviço de Proteção aos Indios, constituindo órgão da Inspetoria Especial de Fronteiras, terá por fim:

a) – prestar aos indios do Brasil, proteção e assistencia, amparando ávida, a liberdade e a propriedade dos aborígenes: defendendo-os do extermínio, resguardando-os da opressão e da expoliação, bem como abrigando-os da miseria: quer vivam aldealdo, reunidos em tribus ou promiscuamente com civilizados:

b) – pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvicolas, com o objetivo de sua incorporação á sociedade brasileira.

Art. 2º) – A proteção, assistencia, defesa ou amparo que trata o art. 1º, deverão ser dadas na própria terra habitada pelos selvicolas, salvo os casos de afastameto por motivo de enchentes, secas, epidemias ou outras calamidades e motivos justificaveis: e terá por fim:

a) – promover a efetivação dos direitos e garantias que as leis vigente conferem aos índios;

b) – garantir a efetividade da posse de terras habitadas pelos indios, e de seu desenvolvimento futuro;

c) pôr em pratica os meios mais prontos e eficazes para que os civilizados respeitem as terras dos indios e vice-versa;

d) fazer respeitara organização interna das tribus, seus hábitos e instituições, só servindo para alteralos quando indispensável, com brandura e persuasão;

e) fiscalizar o modo como são tratados os indios nos estabelecimentos publicos ou particulares, leigos ou religiosos; nos termos do art. 47, do decreto n. 5.484, de 28 de julho de 1928;

f) exercer vigilancia e impedir que os indios sejam coagidos a prestar serviços ou sejam explorados de qualquer maneira, velando pelos contratos que forem feitos com eles para qualquer genero de trabalho, bem como assistindo e zelando para que não sejam lesados em suas relações comerciais e economicas com os civilizados, devendo ficar extatuido em taes contratos, sempre feitos por livre vontade dos indios, as seguintes obrigações essenciais por parte do contratante:

1º) – Estabelecer para os indios salarios suficientes ás suas necessidades, cujo pagamento deverá ser fiscalizado por funcionarios do Serviço de Proteção ao Indios;

- 2º) Facultar ao funcionario ou delegado do Serviço de Proteção aos Índios o exame da escrituração referente ao trabalho e transações dos índios, ficando claro que por motivo de dividas nenhum índio poderá ser retido ou preso, nem privado dos objetos de seu uso;
- 3º) não vender, dar ou proporcionar de qualquer modo, bebidas alcoolicas aos índios;<sup>98</sup>

Embora houvesse um interesse verdadeiro em proporcionar o bem-estar do indígena com essa nova legislação, ele ainda era tratado como uma pessoa irresponsável pelos seus atos. Grande parte desse decreto já estava sendo respeitada antes da revolução promovida por Getúlio Vargas.

Em Santa Catarina, dez anos antes da formulação destas novas leis, o SPI havia conseguido demarcar a área indígena onde não havia interferência externa por parte dos regionais, o que evitou em muito, o contato com o mundo “civilizado”. O trabalho indígena não era remunerado, o excedente de produção era comercializado para a aquisição de outros produtos para a utilização no Posto Indígena Duque de Caxias.<sup>99</sup> Mas, a partir desse novo decreto o indígena era obrigado a ser assalariado e os chefes dos postos não mais poderiam impedir a sua saída da área delimitada.

Uma vez passada a vanguarda indigenista e a idéia de que os militares deveriam ocupar os escalões mais altos da hierarquia do SPI, o Ministério da Guerra devolveu em 1940 a responsabilidade do Serviço para o Ministério da Agricultura. Os militares não conseguiram pôr em prática a “nacionalização” dos indígenas localizados em áreas fronteiriças. O Exército também não obteve êxito em extrair do governo maiores patrocínios para a modernização do órgão, e diante disso entrou em decadência no decorrer dos anos até ser extinto no final dos anos sessenta.

Durante a era do Estado Novo (1937 – 1945) de Getúlio Vargas, houve um interesse por parte dos governantes em promover o desenvolvimento de integração nacional<sup>100</sup>. Ou seja, realizar aquilo que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) estava fazendo há quase trinta anos. Vargas centralizou o poder federal, possibilitou a intervenção estatal na

---

<sup>98</sup> **DECRETO N. 736 – DE 6 DE ABRIL DE 1936.** Rio de Janeiro, 115º da Independência e 48º da República.

<sup>99</sup> Cf. **A Cidade**. 18,mar.1926. n. 26, Blumenau. p.1.

<sup>100</sup> Cf. GARFIELD, S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: Os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo,2000, n. 39, p. 15.



economia e na sociedade e fez um programa nacionalista. Sob esse âmbito os indígenas se tornaram interlocutores sociais que poderiam seguir e/ou contestar a política central. A partir desse momento, eles seriam defendidos por conterem as verdadeiras raízes brasileiras. No ano de 1940, Vargas visitou a comunidade dos Karajá e ficou conhecido na história como o primeiro presidente a realizar tal feito. Na visita, os Karajá praticaram um ritual singular de sua cultura e logo após cantaram o Hino Nacional diante da bandeira brasileira. Como bom populista e aproveitando o calor humano da ocasião, o presidente brasileiro segurou uma criança indígena no colo. Não contente ainda com a impressão que causou, Getúlio esboçou o interesse em civilizar uma aldeia Xavante ainda não contatada. Os Xavante eram considerados extremamente ferozes, mas o governo estava disposto a extirpar as raízes do nomadismo, bem como converter os indígenas e caboclos sertanejos em cidadãos produtivos. A tentativa de pacificação não teve o êxito almejado nessa sociedade indígena.<sup>101</sup>

Pouco antes do contato presidencial com os índios, em 1938 criou-se o projeto Marcha para o Oeste o qual foi dirigido pelo governo a fim de povoar e desenvolver o interior do Brasil. Essas distantes terras precisavam ser habitadas por agricultores para que o país, na idéia de Vargas, pudesse tomar o rumo para ser uma das nações mais expoentes do mundo. Um ano após, o presidente nomeou Cândido Rondon para a função de diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Sua função era promover a conscientização pública sobre a cultura indígena e a política estatal<sup>102</sup>.

A política do Estado Novo passou a considerar o indígena como possível trabalhador sertanejo, que proporcionaria a ocupação de todo o espaço nacional, principalmente áreas limítrofes com outras nações. Em 22 de novembro de 1939 o decreto-lei n.º 1794 criou o Conselho Nacional de Proteção ao Índio do qual fariam parte representantes do Museu Nacional, do Serviço Florestal e o diretor do SPI, além de quatro membros de alta reputação. Eles seriam designados pelo Presidente da República com o

---

<sup>101</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>102</sup> Cf. *Idem.*, p.16.

objetivo de estudar questões referentes à assistência e proteção dos indígenas, seus costumes e idiomas.<sup>103</sup>

No dia 16 de outubro de 1942 o SPI, vinculado ao Ministério da Agricultura, passou a operar com outro regimento através do Decreto 10.652. Entre outras finalidades, além de garantir a assistência e proteção aos indígenas, o órgão, agora com novo regimento, deveria promover a posse definitiva da terra, além de rechaçar o crime cometido contra os indígenas, demarcar seus territórios, estudar suas origens, idiomas, rituais e costumes. Ademais, o órgão proporcionaria aos indígenas, a idéia de que eles faziam parte da nação brasileira e que por isso, suas tradições deveriam ser mantidas, assim como o orgulho de sua etnia e comunidade.<sup>104</sup>

O SPI abandonou então a mentalidade de nacionalizar os povos indígenas através do exemplo e do trabalho, assumindo uma postura humanista. Essa movimentação protecionista conseguiu amplo espaço na imprensa da época, principalmente a partir de 1943 com a Expedição Roncador-Xingu, vinculada à Fundação Brasil Central, cuja função primordial era colonizar as inúmeras porções de terras no interior da região. Tal entidade trabalhou em parceria com o próprio SPI. Juntas demarcaram muitas terras e decretaram que os indígenas e suas famílias deveriam habitar no local, a fim de garantir a sua subsistência. O Serviço gradativamente promoveria à inserção do indígena no mercado regional.<sup>105</sup>

Para o SPI e seus funcionários, a década de 1940 não foi muito melhor que as anteriores quanto ao quesito de envio de verbas para a manutenção das metas integralistas. Rondon acumulou mais um cargo, cuja função deveria ter sido percebida ainda em 1910, quando assumiu essa imensa responsabilidade. Seth Garfield o descreve como um eficiente articulador político:

---

<sup>103</sup> Cf. LIMA, A. Governo dos Índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela C. da., op.cit., p. 168.

<sup>104</sup> Cf. GAGLIARDI, J. op. cit., p. 278.

<sup>105</sup> Cf. LIMA, A., op. cit., p. 168.

Inventando tradições, Rondon omitiu a deslealdade do índio para com o português e minimizou atrocidades cometidas contra os índios. Por exemplo, ele distorceu a narrativa de guerra dos portugueses contra os holandeses, ocorrida no século XVI no Nordeste. Ao citar relatos históricos, Rondon exaltou que os índios e caboclos confrontarem não só contra os holandeses como também contra uma coroa portuguesa covarde, preste a render-se e entregar o sagrado território brasileiro.<sup>106</sup>

Rondon, durante o Governo de Getúlio Vargas, empolgou-se ao máximo em exaltar seu amor pela Pátria. Antes da década de trinta o indígena não era tão salientado como personagem importante da História do Brasil. Até mesmo após a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no ano de 1910, o projeto de pacificação aos indígenas não era tratado com a devida seriedade, ao menos pelo órgão responsável por Santa Catarina. Isso é perceptível através da leitura de relatórios elaborados pela chefia do SPI nos anos de 1920, nos quais há registros da extrema dificuldade passada pelos funcionários em manter o posto sem o apoio do governo. Em 1928 houve outra tentativa para aquisição de verbas ao Posto Indígena Duque de Caxias, a qual foi frustrada segundo a seguinte explicação:

Recebi hontem vosso 29 communico Directoria pt Inspectoria ainda não dispõe numerario liquidação pedida pt Maior brevidade possivel remetterei novos recursos esperados: lei orçamentária, depende apenas expediente Thesouro pt Qualquer exigencia premende credores, agora só resultaria retardar normalidade dos pagamentos...

Communiquei por telegramma nº 10, desta data, os termos do vosso telegramma de 29 do corrente, a que se refere o acima transcripto, á Directoria deste Serviço no Rio de Janeiro, cujo empenho pedi no sentido de abreviar a vinda dos recursos orçamentais a esta Inspectoria afim de ser attendida, em tempo, a situação do Serviço muito premente, devido á pessima situação do commercio, que não comporta demora de pagamentos...

...Está pois, no próprio interesse dos que tem importâncias a receber do Serviço, nessa região, aguardam ainda por mais um pouco de tempo a liquidação dos seus creditos, sujeitos essencialmente a processos iguaes indispensaveis, máxime agora que o Governo acaba de sancionar o Decreto Federal nº 5.458 de 20 do corrente mez, auctorisa a abertura do credito de dez mil contos de réis para o pagamento de todas a dividas atrasadas de pessoal e material; sendo que tal credito vigorara até a final liquidação da sua importância. A sancção dessa resolução legislativa assegura, plenamente, que as mencionadas dividas atrasadas entre as quaes se acham não só as desse Posto como de outras dependências desta Inspectoria e deste Serviço, serão liquidadas dentro do menor prazo possível. Convem, ainda, mais uma vez, expliqueis isso mesmo claramente, a esses interessado, afim de que sejam evitadas perturbações inúteis e de efeitos contraproducentes.<sup>107</sup>

Essa carta mostra a real falta de verbas do SPI em nível federal, ainda não resolvida nos finais da década de 1920. O governo não conseguia se restabelecer das inúmeras dívidas contraídas e, portanto, só repassava verbas às entidades consideradas mais

<sup>106</sup> Idem. p. 17.

<sup>107</sup> DANTAS, J.(inspetor do SPI/PR) **Carta a E. Hoerhann**. 31 jan. 1928.

importantes do que o SPI. Para Santa Catarina o ano de 1928 foi apenas um marco para a insatisfação geral dos funcionários do órgão, agravando ainda mais a situação dos postos indígenas espalhados pelos Brasil.

### **2.3. Decadência e fim do SPI**

Em toda a sua existência no decorrer de 57 anos o SPI esteve por inúmeras vezes sujeito à extinção. Além de esbarrar com a falta de recursos, a entidade sofria desde o princípio pressões dos setores conservadores – principalmente do clero – devido ao seu caráter não-religioso promovido pela ideologia da república positivista. Em apenas um ano de atividades, o SPI enfrentou sua primeira crise quando o ministro da Guerra retirou quatro militares importantes que serviam à instituição e os devolveu aos quartéis.<sup>108</sup>

No ano de 1915, o SPI sofreu o primeiro corte de verbas com fins à assistência e proteção ao indígena que somente foram regulamentadas dez anos mais tarde. Como se não bastasse, ainda em 1924 o deputado paranaense Artur Franco propôs um projeto para a extinção do SPI em seu Estado e em Santa Catarina. Sua motivação se deu pela suposta má administração da Povoação Indígena de São Jerônimo, a qual era formada por três núcleos: José Bonifácio, Rodolfo Miranda e Capitão Osório.<sup>109</sup>

O problema foi gerado a partir da prática de alguns políticos que conseguiram criar através de um decreto, um município dentro das terras legalizadas para os indígenas. Essa foi uma artimanha da política que não aceitava que aquelas terras não poderiam ser comercializadas por estarem sob a subordinação do SPI. Mas com a criação do município as terras aos poucos foram sendo vendidas em lotes. Porém, o SPI interveio e denunciou publicamente essas manobras ilegais. O deputado Franco foi um dos interessados em comercializar tais terras, o que justifica sua disposição em tentar extinguir o SPI nos dois Estados. Na Câmara de Deputados o projeto surtiu interesse nas facções políticas dispostas

---

<sup>108</sup> Cf. GAGLIARDI, J., *op.cit.*, p. 280.

<sup>109</sup> *Ibidem.*

a devolver a tutela do indígena para a Igreja. No entanto, o lado positivista do governo conseguiu bradar mais alto, argumentando o sucesso do SPI nessas regiões, ao mesmo tempo em que expôs os interesses implícitos do projeto. Rondon manifestou-se publicamente e pôde tornar possível a superação da crise e a manutenção da integridade do órgão.<sup>110</sup>

Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937) que a administração do SPI passou para a responsabilidade de três ministérios e teve suas diretrizes modificadas por várias vezes. Foi a época de maior decadência e desestruturação do Serviço. A década de 1940, conforme foi exposta, em nada melhorou essa situação, apenas conseguiu desestimular muitos funcionários valorosos, engajados por se identificarem com a causa indígena. Poucos desses, permaneceram em atividade devido à distorção da ideologia que servia como suporte para enfrentar os obstáculos encontrados. O embasamento teórico de que o indígena sairia de sua condição natural e aos poucos chegaria ao estágio ideal de “civilização” não condisse com a realidade. O próprio Rondon assumiu para o etnólogo E. Schaden o erro cometido, pois no final da década de 1940, o militar acreditava que a retirada do indígena de sua natureza apenas o desajustava e violava a genuína condição do ser humano. Ao contrário de nacionalizar o indígena, Rondon afirmou que a sua cultura deveria ser preservada e não violada como o governo e o SPI vinham fazendo no decorrer de trinta anos.<sup>111</sup>

Na ditadura de Getúlio Vargas foi criado o Conselho de Fiscalização, cuja relevância não era o indígena em si, mas o que ele representava na época de reafirmação nacional, quando o Estado integrou seus territórios e centralizou seu poder:

Os índios, juntamente com a fauna e flora, representavam o que de genuinamente havia de origem nacional e é nesse sentido que deveriam ser preservados. Mas do que índios reais, o que estava em pauta era a sua contribuição simbólica à nacionalidade brasileira, e uma contribuição que era vista como parte do passado. Daí o empenho em promover a coleta de artefatos desses representantes primeiros da nação, coletar e depositar em museus para ficarem disponíveis às futuras gerações. É assim como herança, que eles importavam ao Conselho, cujas ações visavam a proteção de seus testemunhos.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Cf. Id. *Ibidem*.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 282.

<sup>112</sup> GRUPIONI, L., *op.cit.*, p. 268.

O trabalho do SPI em pacificar os indígenas para torná-los cidadãos da nação getulista era interessante – na teoria – de ser debatido entre os membros dos governos nacional e internacional. Porém o que não se tinha conhecimento na época era que a falta de verbas prometidas pelo Estado impossibilitaria, em muito a realização de diversos termos teóricos que estavam prontos para serem colocados em atividade. Como se não fosse suficiente, apesar dos esforços de Rondon para a recuperação do SPI no governo Vargas, a maioria dos líderes do órgão, incluindo também o próprio Rondon, estava desacreditada na possibilidade de integração do indígena à “civilização”.

As últimas tentativas de salvamento do SPI aconteceram entre 1950 e 1954, na gestão de José Maria da Gama Malcher, que contratou etnólogos para assumirem a direção das principais divisões da entidade. O caráter positivista foi substituído pela orientação científica vigente. De início, a experiência conseguiu elevar o SPI a um dos pontos mais altos de sua história. Entretanto, o órgão sofreu novamente outra ruptura por ter se tornado objeto de cobiça dos partidos políticos e acabou sendo entregue à direção do Partido Trabalhista Brasileiro em 1955. Por consequência da atitude enérgica de alguns servidores do SPI, em dois anos, conseguiu-se sua libertação da influência direta dos partidos políticos. Infelizmente seus últimos anos administrados pelos militares, não mais movidos pelos princípios da filosofia positivista, foram os piores de sua história, principalmente com o golpe de Estado em 1964, o qual acarretou no encerramento definitivo de suas atividades três anos mais tarde.<sup>113</sup> GAGLIARDI expõe esse acontecimento de maneira mais detalhada:

O golpe de Estado ocorrido em 1964 aguçou ainda mais as contradições vividas pelo SPI. Do ponto de vista econômico, uma das razões que motivou o golpe foi a criação de mecanismos institucionais ideais para acelerar a acumulação do capital. Para a população indígena, este fato novo significou a intensificação da expropriação de suas terras, mais doenças, mais massacres. A situação adquiriu tamanha gravidade, que em 1967 o ministro do Interior, General Albuquerque Lima, encarregou o Procurador-Geral Jader Figueiredo de investigar as atividades do SPI, sobre as quais pesavam acusações de corrupção. Após uma longa e minuciosa investigação, foi elaborado um relatório de 5,115 páginas, em vinte volumes, apresentando provas de corrupção administrativa e massacre de grupos indígenas inteiros.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Cf. RIBEIRO, D., op. cit., p.168.

<sup>114</sup> GAGLIARDI, J., op.cit., p. 284.

Em Santa Catarina, a dificuldade encontrada pelo Serviço em manter a ideologia e o romantismo positivista também foi vultuosa. Uma vez que nada se conhecia sobre os Botocudo, seus hábitos culturais, sua língua e a localização de suas comunidades, pode-se imaginar a dificuldade de se colocar postos de atração em locais estratégicos. A tarefa mais complexa era a de fazer os postos funcionarem, pois não havia técnica nenhuma e nem mesmo a presença de modelos a serem seguidos. Os dirigentes do SPI não sabiam o que fazer para contatarem os indígenas e muito menos como mantê-los após o contato estabelecido. É neste terceiro capítulo que iremos descrever os primeiros seis anos dessa tentativa de pacificação.

## CAPÍTULO III – A PACIFICAÇÃO DOCUMENTADA NA PRIMEIRA DÉCADA: O QUE OS RELATÓRIOS NOS DIZEM

...Talvez meu querido pai, depois de ler esta narração, e numa ligeira conjunção de pensamentos, o Sr. condene o índio; e, isto acontece unicamente, por ignorar meu pai, o que tem passado esta raça infeliz. As notícias que lhe chegam às mãos são: Os índios mataram! Os índios roubaram! E os índios saquearam! É, e quem faz o papel de “sofredor” é o colono ou enfim o pseudo civilizado. Carta de E. Hoerhann ao seu pai. 1913.

### 3.1. Os primeiros tempos da Pacificação

Com o rápido processo de ocupação imigrante, o indígena passou a não ter mais escolhas para garantir a sua sobrevivência nas matas. O local onde antes havia abundância de caça e alimentos coletáveis tornou-se cada vez mais competido com os habitantes das colônias em expansão. Os imigrantes precisaram desmatar para construir suas casas e preparar os terrenos para as práticas agrícolas. Como os Botocudo eram freqüentemente hostilizados e temidos pela maioria dos habitantes dos centros urbanos e agricultores, passaram a tratar os colonos como inimigos. Os freqüentes confrontos étnicos acontecidos, de certa forma foram previsíveis, pois quando o Brasil abriu suas portas para acolher os imigrantes, seus governantes possuíam conhecimento da existência de comunidades indígenas presentes nos territórios a serem ocupados. A propaganda feita no exterior, exaltando as belezas naturais de nossa terra, assim como a sua incrível fertilidade destinada a atrair novos ocupantes estrangeiros, possivelmente ignorou a existência dos Botocudo. Em virtude do seu nomadismo, a presença desses indígenas não era considerada pelos colonos prestes a ocupar sistematicamente os territórios do sul do Brasil. Para adentrarmos ao tema, precisamos definir alguns conceitos a fim de haver maior compreensão do mesmo.

*Fricção interétnica* para OLIVEIRA é um conceito muito amplo para ser explicado em poucas palavras. Basicamente podemos defini-lo como a interação de grupos



tribais e sociedades nacionais. Embora o autor saliente que nem todas as culturas se enquadram nos termos mencionados: tribal e nacional.<sup>115</sup> Neste estudo fazemos uso da expressão mencionada, quando tratamos das relações agressivas entre Botocudo e os habitantes das colônias. Contato *interétnico* também está definido como choque entre duas culturas distintas, porém não necessariamente de forma belicosa.

O estudioso WACHTEL<sup>116</sup> nos define os tipos de aculturação conhecidos, acontecidos desde que um determinado povo entrou em contato físico com um outro. Para que haja aculturação é necessário, no mínimo, a participação de duas culturas diferentes, que pode acontecer por imposição da cultura dominante ou de forma espontânea. Como exemplo da aculturação imposta, podemos citar a situação da maioria dos povos existentes antes da chegada dos europeus na América. É perceptível que muitas coisas os indígenas adquiriram de forma espontânea, como WACHTEL nos esclarece, nem tudo que foi trazido por estes colonizadores pioneiros era visto com desconfiança ou algo negativo. No caso dos Botocudo contatados no início do século XX, eles se tornaram pescadores, embora o peixe fosse considerado repulsivo, assim como tornaram-se também especialistas na confecção de projéteis de ferro. Até nas épocas mais contundentes da colonização, sempre existiram povos que cooperaram com colonizadores vindos não somente da Península Ibérica, mas também da Europa central, no caso, holandeses e franceses. Eles poderiam por troca de informações ou objetos cobiçados (metais preciosos, peles de animais, etc.), adquirir armas de fogo, panelas de metal, tecidos, espelhos, ferramentas de ferro, entre outros. Assim, por imposição ou espontaneamente, vários aspectos da organização social, religiosa e até política das populações indígenas absorveram valores ocidentais e entidades cristãs, até o momento desconhecidos por esses povos.

Todos aqueles habituados a estudar a História do Brasil, seja no colégio, na universidade ou apenas em leituras informais, costumam perceber certa redundância. Isto no sentido de conquistar terras, explorá-las, fazer com que a população local assimile a nova cultura imposta, quando não exterminá-la por completo. No caso dos indígenas em

---

<sup>115</sup> Cf. OLIVEIRA, R. **O índio no mundo dos brancos**. Campinas – SP: UNICAMP, 1996. p. 34.

<sup>116</sup> Cf. WACHTEL, N. A aculturação. In: LE GOFF, J., NORA, P. **História – Novos Problemas**. 2º ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. p.116.

questão, esses passaram pelos dois processos. Primeiro a tomada de suas melhores porções de terras pelos colonizadores europeus, marco inicial de seu extermínio contínuo e, depois, o trabalho de integração proporcionado através do Serviço de Proteção aos Índios. Sobre isso Silvio Coelho dos SANTOS escreveu:

Os Xokleng somente a partir de 1850, data da fundação de Blumenau e marco do início da colonização dos vales litorâneos de Sta. Catarina, começaram a travar contato sistemático, se bem que belicoso, com os imigrantes europeus que se localizavam em seus territórios tradicionais. A sua pacificação se iniciou em 1914, quando um grupo foi “atraído” no alto vale do Itajaí no Norte e aldeado em Duque de Caxias.<sup>117</sup>

Com a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, estabeleceu-se que as terras que eram possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais fossem cedidas a empresas particulares para o estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras. Seriam consideradas desocupadas todas as terras não adquiridas por compra ou tomadas pelo governo. Com isso, os territórios ocupados pelos indígenas eram considerados devolutos e, portanto, propriedades do governo imperial.<sup>118</sup>

A idéia principal do SPI-LTN era estabelecer um contato amistoso com os Botocudo, a fim de amenizar os ataques sofridos pelos imigrantes oriundos principalmente da Alemanha e Itália. Esse foi um dos principais motivos que levou a direção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais a ser mais atenciosa com a região sul do Brasil. A região sudeste, principalmente o Estado de São Paulo, também recebeu uma esmerada atenção do órgão, pois neste Estado havia grandes massacres de populações indígenas. Tais massacres eram justificados pelo término da estrada de ferro que visava à ligação do oeste paulista com a cidade de São Paulo.<sup>119</sup> No Estado catarinense, o tratamento do governo para com os Botocudo não foi diferente à realidade de São Paulo. No início do século XX, a Estrada de Ferro Santa Catarina começou a ser construída,

<sup>117</sup> SANTOS, S. **A Integração do Índio na Sociedade Regional**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1969. p.8.

<sup>118</sup> Cf. Publicada na Secretaria do Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850 – José de Paiva Magalhães Calvet. Registrada a folha 57 do livro 1 dos Atos Legislativos. Secretaria do Estado dos Negócios do Império em 2 de outubro de 1850. – Bernardo José de Castro.

<sup>119</sup> Cf. MELATTI, D. **Aspectos da organização social dos caingangues paulistas**. Brasília: FUNAI, 1976. p. 87.

invadindo grandes porções de terras pertencentes aos indígenas, os quais foram duramente perseguidos a fim de não “atrapalharem” as construções das ferrovias.<sup>120</sup>

O estabelecimento de uma unidade operante do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em Santa Catarina deu-se no ano de 1912. Nessa época, o SPI passava por uma crise de descrédito perante o governo e a opinião pública em decorrência dos exagerados gastos do tesouro público, sendo ainda acusado de inoperante. Para tentar mudar essa situação, Cândido Rondon organizou a expedição do Capitão Alípio Bandeira, com o objetivo de pacificar os Botocudo de Santa Catarina. No início do ano de 1913 a expedição chegou a Joinville, onde se estabeleceu.<sup>121</sup> O tenente José Vieira da Rosa foi nomeado inspetor e responsável pelos levantamentos destinados à elaboração da Carta Itinerária do Estado. O militar, em alguns dias de serviço deixou registradas as primeiras dificuldades enfrentadas:

Convidado pelo notável homem de ciência e distinto soldado coronel Candido Rondon para o cargo de Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, entrei em exercício dois dias depois da nomeação, marchando para norte do Estado, a fim de efetuar o reconhecimento da zona habitada pelos índios, conforme a ordem expressa da Diretoria Geral. Ao chegar à vila de Tijucas, porém devido ao desastre sucedido aos muares, dos quais em 24 horas morreram 11, atacados pela epizootia ainda reinante, se bem que combatida, tive de parar alguns dias [...].<sup>122</sup>

Em 1912 os Botocudo em Santa Catarina ainda não haviam sido contatados amistosamente e promoviam amiúdes ataques, principalmente em grandes latifúndios. As dificuldades encontradas pelo Serviço de Proteção aos Índios de acordo com as afirmações de SANTOS (1973) eram basicamente duas: a primeira, demonstrar para os indígenas as intenções pacíficas do órgão; a segunda dificuldade partia das populações coloniais que ameaçavam acabar com todo o trabalho do Serviço de Proteção Índios em virtude de preocupações econômicas e de segurança.<sup>123</sup> Em seguida, a estratégia adotada pelo Serviço de Proteção aos Índios era a de criar diversos pontos de atração, a fim de contatar amistosamente os Botocudo, com a finalidade básica de desviá-los dos assaltos praticados

---

<sup>120</sup> Cf. HOERHANN, R.; TOMASINI, D. Transportes e comunicações. In: KLUG, J.; DIRKSEN, V. **Rio do Sul – Uma História**. Rio do Sul: UFSC, 2000. p. 177.

<sup>121</sup> Cf. GOMES, M., op. cit. p. 68.

<sup>122</sup> ROSA, J. Notas do arquivo. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. cit. p.127-128.

<sup>123</sup> Cf. Idem, p.143.

pelos mesmos contra os colonos. Para tanto, foram criados três pontos estratégicos de atração: o Posto Plate (esse na foz do rio de igual nome), afluente do Rio Hercílio ou Itajaí do Norte; O segundo na região do Alto Krauel, na bacia do Alto Rio Dollmann; E o terceiro, provavelmente às margens do Rio Deneke, onde se abriu uma picada de 30 km de extensão.<sup>124</sup>

Os pontos de atração eram construídos após a derrubada de extensas áreas de mata virgem que, quando secas, eram queimadas e plantadas com milho (a conhecida técnica coivara). Desse modo, os funcionários do SPI-LTN pretendiam atrair os Botocudo para o um dos Postos e garantiriam-lhes um meio de subsistência. Junto com essas roças eram construídos diversos ranchos de pau-a-pique cobertos de palha. Somando-se as instalações, constava-se a construção de torres altas para a observação, a fim de detectar a presença dos indígenas. Junto a essas construções, os funcionários usavam como tática o emprego de grandes gramofones com música, em particular o hino nacional, ligados diariamente ao máximo volume e tocados à manivela em cima de carroças que circulavam nos arredores dos postos de atração.<sup>125</sup>

Essa estratégia fracassou no contato com os indígenas de Santa Catarina, contrariando a reação das demais comunidades do Brasil, visto que os Botocudo assustados destruíram o aparelho com seus bastões de madeira.<sup>126</sup>

Na seguinte foto, podemos ver uma mulher Botocudo posando ao lado do modelo de gramofone utilizado para atrair os indígenas.

---

<sup>124</sup> ABBOTT, R. Documento citado.

<sup>125</sup> HOERHANN, E. entrevista concedida a Rádio Blumenau e Rádio Estadual de Ibirama nas comemorações do 70º aniversário de Ibirama. Ibirama, 1968.

<sup>126</sup> ZIMMERMANN, P. Os índios em S. Catharina no município de Blumenau. O valle do rio Hercílio. Uma expedição interessante. **O ESTADO**, Florianópolis: n. 64, 27, jul.1915.



**Fig. 2:** Mulher Botocudo e o Gramofone. (Acervo: Rafael Hoerhann).

Em um documento<sup>127</sup> está relatado o serviço prestado pelos funcionários do SPI no local onde foram construídos postos de atração durante o ano de 1913. Nessa época contava-se com o auxílio do Exército para a proteção dos funcionários. Tencionava-se na atrair os indígenas para o Posto Plate a fim de se conseguir os aldeamentos. Com freqüência era feita a navegação dos rios locais e também expedições pelas matas com o intuito de encontrar os Botocudo. De acordo com os escritos, nada foi encontrado além de poucos vestígios às margens do Rio Hercílio e de seus afluentes. Com isso o inspetor Raul Abbott pôde concluir que os indígenas eram nômades, caçadores e coletores, o que o fez crer, que possivelmente, não os encontraria com facilidade. Apesar das claras decepções de não ter completado sua missão, o inspetor planejava ao menos dar continuidade às aberturas de estradas para facilitar a chegada de mantimentos e o acesso às colônias locais:

<sup>127</sup> Cf. ABBOTT, R. [Carta] **Relação dos serviços materiais feitos pela Inspetoria de Proteção aos Índios.** 1913.

Esta inspeção levou em Setembro uma expedição, que partindo da linha Moema desceu pelo vale do rio do Bispo afluente do Itajahy do Norte, atravessou este e com rumo S.SO; foi ter ao lendário morro Itayó onde supunha-se reducto dos humildes Botocudos. Infelizmente não foi encontrado vestígio algum que demonstrasse a existência de numerosos índios nessa região, nem mesmo que por allí houvesse transitado nestes últimos annos. Encontramos acampamentos provisórios todos nas margens do rio Hercílio e de seus afluentes, o que demonstra que os índios que aqui apparecem são índios nômades, caçadores.<sup>128</sup>

A atuação de Eduardo Hoerhann começou com o pedido de demissão de Raul Abbott em 1914, depois de ter se cansado de suas inúmeras incursões sem êxito<sup>129</sup>, ao exemplo do relato da citação acima. Nesse mesmo ano, o problema indígena foi reconhecido como único e específico e o SPI começou a tratar exclusivamente dele<sup>130</sup>

Eduardo ingressou no serviço em 1912 graças a uma carta dirigida pelo Doutor Generino dos Santos - pessoa com grande influência política na época - a Manuel Tavares da Costa, chefe da segunda seção do SPI-LTN. Neste trecho Generino expõe as qualidades do jovem Eduardo e sua ânsia para engajar na instituição:

[...] dotado da bem mais formada natureza e do mais alto espírito cavalheiresco; pois achando-se actualmente empregado n'uma bôa casa allemã, deseja, entusiasmado pelos brilhantes successos da comissão Rondon, e com assentimento paterno, seguir-lhe o exemplo, auxiliando-o na cathechese dos nossos aborígenes que ainda vivem na selva brasileira. Muito desejaria servir junto delle mesmo; caso porém, seja de todo impossivel, muitissimo grato lhe ficaria se V. lhe podesse obter um modesto lugar junto a algum de nossos correligionários que, como elle, se dedicam de corpo e alma, a esta nobre e patriótica cruzada civilizadora.<sup>131</sup>

Não se sabe por que Hoerhann saiu do conforto de sua família para ingressar no SPI-LTN, pois era de origem urbana e provavelmente só havia ouvido falar a respeito dos indígenas com os quais viria a contatar e conviver. Eduardo Hoerhann possuía boa formação educacional e escolar e, por isso, em pouco tempo, apesar da parca idade, ele conseguiu se destacar dos demais membros do grupo de Santa Catarina.

<sup>128</sup> Ibidem..

<sup>129</sup> As razões pelas quais Abbott foi substituído ainda permanecem imprecisas. Na missiva de Eduardo Hoerhann ao seu pai, em dezembro de 1913, há relatos de inúmeras incursões sem êxito acontecidas entre outubro e dezembro do mesmo ano. Além disso, está registrado o descontentamento da maioria dos funcionários do SPI-LTN que ameaçavam abandonar o Serviço, caso não houvesse aumento salarial.

<sup>130</sup> As modificações do caráter administrativo mantiveram, contudo, as linhas gerais daquele regulamento. As principais foram estatuidas pelo decreto-lei nº. 3454 de 1918 que transfere a outros serviços os dispositivos referentes a trabalhadores nacionais. (H. Oliveira – 1947), A. Ribeiro (1943) e V. de Paula (1939 - 1941).

<sup>131</sup> SANTOS, G. **Carta dirigida a Manuel Tavares da Costa Miranda, chefe da segunda Seção do SPI-LTN.** 1912.

No sétimo dia do mês de julho em 1914, Eduardo Hoerhann assumiu a responsabilidade do posto provisório de São João, localizado na cidade de Indaial. Em uma carta ele recebe a nomeação de encarregado do posto e, em anexo, as orientações de seu superior, o inspetor José Maria de Paula, de como deveria prosseguir para ter sucesso em seu dever de localizar os Botocudo e pacificá-los:

I – Esforçar-se por todos os meios ao seu alcance para que seja inteiramente restabelecida a tranquilidade entre os colonos e nacionaes naquella região, especialmente os que se acham localizados nas zonas onde deram os ultimos assaltos em S. Maria, onde colonos aterrorizados tambem abandonaram as suas moradias.

II – Fiscalizar os serviços de abertura de picadas e concertos das mesmas que forem empreendidas pelos colonos da região de modo a evitar attritos de consequencias sempre lamentaveis entre colonos e indios bravios.

III – Promover expedições ás zonas de Liberdade e S. Maria ou em região vizinha, que lhe parecer conveniente procurando pelos meios ao seu alcance, e seguindo os melhores...<sup>132</sup> em o nosso Serviço, estabelecer comunicação pacifica e amistosa com os indios bravios.

IV – Proceder sempre com maior cautela e prudencia em sua expedição, evitando precipitação e imprudencias, prevenir desastres e evitar sacrificio de quem quer que seja.

V – Explicar aos moradores da região os fins do nosso Serviço de maneira a obter a sua cooperação quer moral, quer material, na obra da pacificação do selvagem.

VI – Communicar-se frequentemente com este Inspector, a priori comunicará todas as occurrencias importantes, que se derem no decorrer do serviço.

VII – Attender a qualquer outro serviço imprevisto de natureza dos que lhe forem confiados, mesmo em zona differente das mencionadas nestas instrucções.<sup>133</sup>

Alguns meses após o recebimento dessas instruções, Eduardo Hoerhann mudou a sua estratégia para dar início ao processo de contato com os Botocudo. Do seu acampamento situado no alto rio Benedito, partiu na manhã do dia 7 de setembro de 1914, com a intenção de atravessar toda a área compreendida entre os rios Benedito e Itajaí do Norte. Tal área era totalmente desconhecida pelos colonos e pelas companhias colonizadoras e, portanto, considerada propícia por Hoerhann para encontrar os indígenas.<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> Palavra ilegível.

<sup>133</sup> Cf. PAULA, J. [Carta] **Instruções fundamentaes para o Serviço do Posto S. João**. 1914.

<sup>134</sup> Cf. HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

Na foto seguinte está Eduardo Hoerhann, junto do casal de Kaingáng e sua pequena filha, em uma expedição pelos arredores do Rio Plate. A fotografia foi tirada em fevereiro de 1914, por Mâncio Ribeiro, um outro funcionário do órgão.<sup>135</sup>



**Fig. 3:** Expedição a canoa pelo rio Plate. (Acervo: Rafael Hoerhann.).

A região entre os rios Benedito e Itajaí do Norte já havia sido em outra oportunidade, vistoriada por Hoerhann, e pôde encontrar muitos indicativos da estada dos Botocudo. Hoerhann subiu o rio Benedito com sua equipe, quatro funcionários do Serviço e o indígena paranaense Préiyê para atuar de intérprete. No caminho encontrou picadas e verificou que uma dessas seguia exatamente o rumo por ele marcado, ou seja, para o rio Plate, enquanto que a outra possuía rumo para o norte. A primeira picada por ser mais

---

<sup>135</sup> As informações a respeito da fotografia estão contidas no verso da mesma. Ainda há na fotografia os elogios à mulher Kaingáng por sua compostura, e à pequena filha do casal indígena pelo comportamento e graciosidade.



estreita e menos trilhada pôde-se constatar que os levaria até a comunidade dos Botocudo e então a equipe seguiu em frente.<sup>136</sup>

Depois de três dias a pé por esse caminho, vestígios recentes da presença indígena foram novamente encontrados. Porém, percebeu-se que os Botocudo utilizavam os dois trilhos encontrados, sendo que o mais estreito era utilizado para o embrenho nas matas e o segundo, para facilitar o transporte dos objetos retirados das colônias. Uma vez distantes e longe das perseguições, os Botocudo mudavam sua rota e tomavam a picada estreita pela sua inacessibilidade e seguiam até sua aldeia. A equipe percebeu que os indígenas não se encontravam mais no local e decidiu retornar no dia seguinte para Hamônia. Nessa cidade, em 21 do mesmo mês, a turma tomou conhecimento de que o posto de atração nas margens do Rio Plate havia sido atacado pelos Botocudo, mas toda a equipe do SPI que estava presente no local conseguiu escapar. Os expedicionários retornaram para o mato em direção ao Posto Plate. No dia seguinte encontraram o Posto em chamas e completamente destruído.<sup>137</sup>

Aqui citamos, em parte a experiência de Hoerhann – narrada por ele mesmo em uma missiva já citada – acerca desse primeiro contato em 22 de setembro de 1914:

[...] Examinado minuciosamente tudo, encontrou mais adiante, nas cinzas de uma destas fogueiras, grandes rastos de homens indubitavelmente recentíssimos. Dispertando-lhe a atenção este importante achado, quiz Eduardo, mostrá-lo ao interprete, que ficára atrás, mas no momento em que se voltava a chamá-lo, subitamente ouviu um formidável brado. Virando-se, instantaneamente, para verificar donde este partia, viu saltar de traz de um tronco de arvore, um homem inteiramente nú, armado de arco e flechas. De cima de um pequeno morro em frente, na beira do matto, este indio de grande estatura, com voz atoadora e gestos ameaçadores, fazia-lhe um grande ‘discurso’. Logo em seguida, mais dois homens, também nus e armados de arco e flechas, saltaram de traz de outros troncos, ficando a direita e a esquerda do primeiro, encotando então os tres, um formidável vozerio por completo incomprehensível. [...] Tendo avançado uns cincoenta passos, forem porem Eduardo intimado a parar, pelos indios que exaltados, collocaram as flechas nos seus arcos, estirando-os com pontaria feita. [...] Dirigiu-se então Eduardo, a elles, em lingua dos indios paranâenses, porem, sem resultado. [...] Chamou então Eduardo, o indio Preiê, que ficára atrás, a certa distancia, perguntando-lhe se entendia alguma cousa, ao que este lhe respondeu que não. [...] Avançou resolutamente Eduardo, para a frente e vendo que os indios iam-no flechar, sacou o paletot e a camisa, mostrando-se com o tronco nú e os braços estendidos, falando n’outra lingua indigena que tinha aprendido.<sup>138</sup>

<sup>136</sup> HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

<sup>137</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>138</sup> “Eram palavras do vocabulario do Dr. Gensch, colligidos por elle, e que Eduardo tinha estudado inteiramente de cór, formando com estes vocábulos, pequenas phrases, em lingua dos indios botocudos.” Nota de Eduardo Hoerhann presente no fim do texto desta carta.

Os índios, com seus arcos sempre retezados, promptos a desferir suas flechas, no mínimo instante, atenderam a atitude de Eduardo, que seguidas vezes repetiu a mesma frase, na outra língua. Por fim, calaram-se os índios escutando atentamente conversando, depois, em voz baixa entre si. O índio de grande estatura, perguntou então, claramente:

- Hôliké, o que significa, - como é, repita.

Eduardo, que entendera esta palavra, repetiu novamente toda a frase, o mais nitidamente possível. Os índios, que o escutavam, conversaram entre si, em voz baixa, novamente, rindo-se por fim, um deles. Sempre falando, quis aproximar-se mais dos índios, sendo porém, outra vez ameaçado, pelos índios, que de novo, começaram a falar, uma frase que terminava sempre em – “ti-púuu”, batendo eles na coxa esquerda. Pela palavra (onomatopaica), e pelo gesto que faziam, compreendeu Eduardo, que se referiam ao seu facão que trazia na cintura, do qual nem mais se lembrava. Este facão tinha cabo e guarnição de metal branco, que brilhava no sol, julgando por isso os índios, tratar-se de uma arma de fogo: “ti” = artigo o, e “púuu”, = tiro, estampido. Tirou o facão da bainha, e segurando-o pela ponta da lâmina, lhes disse: - Kôniáhama, tipúuu tom. = é um facão, não uma arma de fogo. E com isto quis, entregar-lhes o mesmo, como prova de amizade, dizendo: - Amonem, Amonem tchóro, = quero vos dar, procurando aproximar-se dos índios.<sup>139</sup>

Assim começou a “confraternização” do Serviço de Proteção aos Índios com os Botocudo. O total desconhecimento cultural desses indígenas por parte dos engajados do serviço proporcionou o acontecimento do fato inesperado descrito na citação acima. Pensou-se que o Kaingáng do Estado do Paraná poderia ser utilizado como intérprete para facilitar o contato com os Botocudo. Como podemos perceber os indígenas pertencentes a comunidades diferentes não compartilhavam o mesmo idioma, apesar de alguns anos mais tarde ficar conhecido que os dois grupos lingüísticos se originam do mesmo tronco lingüístico Jê. Eduardo Hoerhann logrou seu sucesso por ter se antecipado e se dedicado a aprender essa língua indígena através do dicionário elaborado pelo Dr. Hugo Gensch.

Hoerhann foi levado pelos Botocudo, permaneceu com eles por aproximadamente um ano e nove meses. Quando retornou seu contato com o mundo “civilizado” solicitou de imediato presentes para cativar a confiança dos grupos mais arredios, de acordo com Edmar Hoerhan, filho caçula de Eduardo Hoerhann.<sup>140</sup> Por causa de seu porte físico, Hoerhann recebeu um nome Botocudo. Aqui ele refere-se a si mesmo,<sup>141</sup> a partir do que os indígenas lhe disseram: “O seu primeiro nome, Catanghára, pelo qual é denominada a mais elástica e resistente madeira que conhecem, para fazer os seus arcos. Explicaram minuciosamente a Eduardo, que lhe davam este nome, por seu físico, tão forte, elástico e resistente, como

<sup>139</sup> HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

<sup>140</sup> Cf. HOERHAN, E. Entrevista concedida a Eliana de Mendonça. Florianópolis. 1980. p.12.

<sup>141</sup> Em seus textos, Eduardo Hoerhann escreve em primeira pessoa ou cita seu próprio nome quando está se referindo a si mesmo.

essa madeira.”<sup>142</sup> E por causa de sua personalidade, Hoerhann recebeu um segundo nome, *Meng'ê*, ou onça-negra, considerado o animal mais bravo e feroz existente no território histórico dos Botocudo.<sup>143</sup>

Quando o contato interétnico foi estabelecido em 1914, não aconteceu a aceitação por parte dos indígenas de se fixarem em um território determinado não aconteceu imediatamente. A partir do momento os Botocudo limitariam o seu direito de ir e vir por toda a extensão das matas. Por um lado, perderiam em grande parte a sua liberdade, mas por outro, estariam livres de serem mortos pelos bugreiros ainda atuantes em determinadas áreas, ou até mesmo pelos colonos regionais.

O Serviço de Proteção aos Índios conforme dito anteriormente, foi criado no âmbito de ideais nacionalistas e teve como mentor o militar positivista Candido Mariano da Silva Rondon. Rondon estava convicto de que a única forma de salvar os povos indígenas de seu desaparecimento era integrá-los à sociedade dita civilizada. Isso aconteceria de forma sistematizada, na qual o primeiro passo seria fixá-los em um território em comum, para depois poder transformá-los em agricultores subsistentes. Mentalidade essa que deveria ser seguida por todos os chefes de postos espalhados pelas matas brasileiras.

Segundo o que foi escrito, na introdução deste trabalho, a respeito dos quase dois anos de convívio de Eduardo Hoerhann com os Botocudo, podemos especular sobre a ausência de relatórios entre 1914 e 1915. Registros desse período aparecem apenas em uma carta datada de 1921,<sup>144</sup> na qual a experiência foi recontada por Hoerhann. Não podemos ter certeza se foram feitos relatórios desses anos no mesmo padrão daqueles escritos a partir de 1916, os quais apenas se encontram micro-filmados, no Museu do Índio no Rio de Janeiro. Podemos perceber que a pacificação contada de maneira épica pela literatura antropológica não foi tranqüila nos primeiros dias pós-contato, nem em seus primeiros anos:

---

<sup>142</sup> HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> Cf. Ibidem.

Foram os índios se familiarizando com a nossa presença, e como nenhuma resistência se oppusesse a todos os seus actos, bem convencidos que estavam da sua absoluta superioridade em numero e em armas, impunham-se como senhores. Atravessaram então Eduardo e seus camaradas, verdadeiro regime de escravidão. Principalmente ao primeiro, que conheciam como cabeça da reduzida turma, inflingiam toda a sorte de maos tratos, obrigando-o aos mais penosos trabalhos, durante todo o dia e até durante a noite. Não se tratava muitas vezes de trabalhos úteis, mas de meros caprichos, só para patentearem serem elles os senhores. Assim faziam-no por exemplo, cortar colossaes arvores, de rija madeira unicamente para provar a sua resistência e perícia.<sup>145</sup>

**O Estado** publicou uma reportagem elaborada através dos registros de dois homens que visitaram os Botocudo no ano de 1915. A expedição realizada por Augusto Zuttlow, inspetor do Telégrafo Nacional e seu companheiro Martin Bischof, chefe do Tráfego da Estrada de Ferro Santa Catarina, tinha a intenção de averiguar se os indígenas contatados naquela região eram realmente os famosos Botocudo arredios ou se não passavam de uma farsa. Os dois homens foram convidados por Hoerhann, na época único funcionário do SPI, na região do vale do rio Hercílio – pertencia ao município de Blumenau – para se certificarem de que as pessoas que viviam no local eram de fato os Botocudo e não os Coroado “mansos” ou mesmo uma turma de sertanejos, de acordo com o que julgava o senso comum:

Como já dissemos o fim da viagem era constatar de visú que não se tratava de bandoleiros ou índios Coroados mansos dos aldeamentos de Palmas como muita gente pensa dos quais atribuía aos assaltos e roubos feitos por diversas vezes em Pouso-Redondo, etc. mas de verdadeiras inçolas da selva, completamente bravios, para expor os resultados das observações por nós feitas, solicitarmos a atenção do poder competente para a catechese dos gentios que habita as florestas do nosso Município, á qual até bem pouco tempo o governo ligou o maximo interesse em beneficio do índio, do colono, e de que depender em grande parte a boa marcha da colonização neste Estado.<sup>146</sup>

A seguir temos uma foto de Eduardo Hoerhann, datada de 1915, posando a caráter para a imprensa.

---

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> ZIMMERMANN, P. Os índios em S. Catharina no município de Blumenau. O valle do rio Hercílio. Uma expedição interessante. **O ESTADO**, Florianópolis: p. 2, nº 64, 27, jul. 1915.



**Fig. 4:** Eduardo “Katanghara.” (Acervo: Rafael Hoerhann).

A imprensa tomou conhecimento da expedição acontecida no mês de junho por intermédio de Paulo Zimmermann, Superintendente de Blumenau na época, que apresentou um texto elaborado a partir dos escritos dos dois viajantes. Esses não conseguiram permanecer indiferentes ao contraste cultural descoberto e, perplexos, descreveram o comportamento dos indígenas. Relataram que seus brados eram semelhantes aos das feras selvagens, tanto quanto era chocante a maneira como abatiam os animais – interpretada como pura crueldade desnecessária – e os seus hábitos alimentares. Os viajantes relataram ainda que foi em vão, após o repasto, pedir aos indígenas uma demonstração de suas danças típicas. A recusa foi justificada em virtude das dores de estômago e cabeça adquiridas pelos excessos alimentícios. Segundo os visitantes os Botocudo demonstraram grande interesse pelas suas vestes. No entanto, Hoerhann explicou aos indígenas que eles só possuíam as

roupas do corpo e que suas mulheres ficariam muito tristes se eles retornassem nus aos seus lares. Desse modo, os Botocudo não conseguiram adquirir as roupas dos visitantes.<sup>147</sup>

A expedição também foi objetivada como um alerta ao governo para garantir as verbas necessárias e dar continuidade aos trabalhos de pacificação:

O Sr. Eduardo conseguiu o maximo de seus esforços pela coragem e abnegação que tem empregado como tivemos ocasião de presenciar nos dois dias que estivemos entre os selvicolas. E de certo é elle o homem que poderia levar tudo a um bom fim, se o Governo neste momento critico continuar a fornece-lhe os meios de bem poder empregar a sua actividade em beneficio do aborigens.<sup>148</sup>

No ano seguinte após a expedição, os relatórios revelam algumas maneiras encontradas pelos indígenas para resistir à aproximação e à amizade dos funcionários do SPI. Nesse período Hoerhann não era mais o único funcionário do órgão, já se constatava descrita a presença de uma turma. Tomaremos como exemplo o ano de 1916, sendo que em janeiro está registrada uma ocorrência:

[...] tendo reinado a maxima cordialidade por parte dos indios que chegavam a convidar muito amigavelmente todo o nosso pessoal para assistir á solenidade. Só depois da retirada, dias depois de uma parte do grupo, permanecendo no Posto os outros, conhecidamente os mais intrataveis, recommçaram as suas antigas manifestações hostis. Assim planejaram desta vez, por mais de uma vez, incendio proposital de um dos grandes galpões, por nós construídos, estabelecer uma grande confusão da qual poderia previr, de quando julgaram um descuido de defesa por nossa parte, do qual com bom exito, o utilizariam. Aparentaram elles grande pavôr e desespero, dando alarme com brados ensurdecadores cercando todos elles o galpão que estava sendo impediosamente devorado pelas chamas, exigindo que nossa turma fosse “socorrel-os”, levando água para extinguir o fogo. Elles porem nada faziam n’este sentido, procurando unicamente ocultar as suas armas que todos tinham promptas ás mãos, á luz das lanternas que phantasticamente os illuminava. Foi por demais grosseira a toda esta farça para um conhecedor de sua psychologia como é o encarregado do Posto, e portanto absolutamente nada conseguiram, á não ser que toda a turma olhasse com a maior atenção aquelle sinistro, mas falso espetáculo.<sup>149</sup>

Tal episódio foi possivelmente, fruto de uma tentativa de chamar a atenção daqueles que estavam ocupados com as festividades acontecidas em um outro acampamento. Podemos sugerir a partir do que foi relatado, que os indígenas praticantes desse falso acidente não eram bem quistos pelo resto da comunidade. Contudo, devemos notar que

---

<sup>147</sup> Cf. Ibidem.

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de janeiro, 1916.

dentro de um grupo amistoso sempre existiram indivíduos não dispostos a não aceitar a nova realidade proposta pelo SPI e, portanto, tentavam com frequência mudar a opinião da maioria. Hoerhann deixou claro no relatório do mês de janeiro que repreendeu os indígenas de maneira rígida, dizendo-lhes que se quisessem novos galpões eles mesmos teriam de construí-los. E adiante justificou sua atitude: “[...] pois uma mera repreensão de nada teria valido, dado a insistência dos botocudos, que d’esta maneira não teriam a mínima hesitação em pôr a cinzas todo o Posto.”<sup>150</sup>

Há também no relato, essa observação sobre os indígenas menos adaptáveis: “são estes que constantemente não só se limitam em procurar infringir o regime estabelecido no Posto, como também ainda procuram, por todos os meios, insubordinar os demais, já um tanto afeiçoados a nós [...]”<sup>151</sup>.

No mês de março do mesmo ano houve outra ocorrência de incêndio em ranchos pelos Botocudo. A atenção do encarregado foi chamada com potentes gritos e com uma tímida aproximação depois de terem pedido diversas vezes, para que ninguém lhes fizessem mal. Quando os Botocudo foram interrogados, eles explicaram que isso fazia parte de um antigo hábito deles: incinerar as moradias dos entes queridos mortos, assim como todas as vestes e os seus utensílios. Tal prática não foi censurada, mas uma outra foi denunciada por pelos próprios: Contaram a Hoerhann que um grupo dos seus, em uma de suas incursões pelos pinheirais, subiu ao campo e foi até uma casa que julgou desabitada. No local os integrantes mataram uma novilha, um porco e os carnearam. Pela direção indicada, Hoerhann supôs ser uma residência da linha colonial de Moema. Ele reprovou o ato descrito, explicando aos Botocudo as conseqüências inconvenientes que poderiam surtir e o enorme perigo que correram.<sup>152</sup>

Esse foi um período em que se combatia fervorosamente as incursões nas terras ocupadas pelos colonos em busca de caça ou para qualquer outra atividade. Ademais a execução dos trabalhos no mês de março foi dificultada pela ausência de grande parte dos

---

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Ibidem. Mês de abril, 1916.

<sup>152</sup> Cf. Idem. Mês de março. 1916.

adultos do grupo, pois estavam nos pinheirais do Estado do Paraná. O SPI estava penava com o corte de verbas iniciado em 1915, que espelhava a dificuldade de manter os indígenas dentro do Posto, uma vez que havia a escassez de alimentos e de demais artigos necessários. Por falta de medicamentos adequados, a gripe vitimou nesse mês um casal de adultos e uma criança. Uma das soluções encontradas para sanar a falta de alimentos foi, como está descrito neste relatório, incrementando o exercício da pesca:

Um pequeno progresso que leva os índios de um certo modo para a vida dossil, ao pelo menos lhes garante os meios de alimentação, é a disposição que mostram em aprender a pescar seguindo nossas instruções. Principalmente as mulheres mas também as crianças maiores, já se dedicam á pesca com linha, caniço, etc., mostrando grande prazer nesta útil ocupação.<sup>153</sup>

Pode se considerar uma grande mudança cultural, este incremento da atividade pesqueira, pois se sabe através de relatos, que os Botocudo não estavam habituados a incluir peixe em sua dieta: “A pesca, estranhamente, desconhecem e assim ficam privados de uma rica fonte de alimentos, fácil de obter e que existe farta e abundante. Nunca cheguei a saber a razão porque desprezam o peixe, que lhes causa tanto nojo quanto ao branco causaria vê-los comer madeira, cupins, térmitas, carrapatos e até mesmo piolhos dos quais se alimentam sofregamente.”<sup>154</sup>

Entretanto, a falta de verba para manter o posto e as resistências dos Botocudo em auxiliar nos afazeres não eram as únicas dificuldades enfrentadas pelos integrantes do SPI. Dentro da comunidade indígena existiam aqueles que não estavam dispostos a colaborar com a ação governamental e, vez ou outra, promoviam alterações radicais na rotina do posto. Como exemplo destacamos o relatório do mês de abril de 1916, no qual Hoerhann conta que a maioria dos Botocudo portou-se convenientemente no mês de abril, mas um determinado grupo, considerado por ele como: “[...]subversivo e perverso, sempre disposto a afrontar contra os integrantes do posto[...]”<sup>155</sup> portou-se de forma contrária. O grupo concentrava-se apenas em infringir o regime estabelecido e corromper os demais Botocudo já adaptados à nova realidade. O encarregado registrou o episódio acontecido na manhã do

---

<sup>153</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>154</sup> GONÇALVES, J.A. Sob o domínio dos Botocudos. In: DEEKE, José. **Blumenau em Cadernos** – Tomo XL – n. 4 – Abril 1999.

<sup>155</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de abril, 1916.



dia 23 do corrente mês: Como de costume, ele estava nas plantações de aipim, distante do acampamento à margem do rio Itajaí, onde foi verificar se os Botocudo haviam causado algum dano às culturas durante a madrugada. Era uma atividade rotineira, pois há algum tempo os indígenas colhiam o milho muito antes do total amadurecimento, em virtude de ainda não compreenderem a subsistência pela criação de animais e agricultura. Hoerhann encontrava-se distraído em suas averiguações quando:

Casualmente ergueu de repente a cabeça, deparando, mais ou menos á distancia de oito metros com o índio botocudo Jakan-déri, vulgo cara lanhada que, com o arco esticado e flecha ponta de ferro collocada no mesmo, fazia-lhe pontaria. Pondo-se de pé momentaneamente, bradou-lhe o encarregado em voz forte e ameaçadora – o que fazia. O índio, surpreendido assim em sua má intenção, desarmou incontinentemente o arco e procurou dar satisfação affirmando que queria experimentar se acertava um “toco” existente a pequena distancia, porem inteiramente fôra da pontaria que fazia. Reprehendeu-lhe severamente o encarregado dizendo que não admitiamos fazer pontaria perto de uma pessoa assim como elles não admitiam que se fizesse pontaria perto delles com nossas armas de fogo.<sup>156</sup>

No mesmo dia e um pouco mais tarde, Hoerhann soube através de uma informante indígena que Jakan-déri realmente possuía a intenção de matá-lo, só não o fez porque teve piedade, assim justificou. Mas fez questão de deixar claro que, em outra ocasião, não mais hesitaria e completaria o seu objetivo. Hoerhann, inconformado, não deixou de anotar: “E é este o índio que justamente por causa da sua inimizade contra nós, fôra tratado com toda brandura, para que se tornasse nosso amigo.”<sup>157</sup>

Hoerhann considerava que ao tratar melhor certos indivíduos, eles responderiam positivamente às concepções do SPI. Não havia a compreensão na época, de que muitos dos indígenas não estavam dispostos a modificar seu modo de vida nômade. Não perdiam a oportunidade de contrariar a ordem estabelecida no posto, para fazer com que os funcionários do órgão desistissem de sua investida em prol da “evolução” e partissem de suas terras, abandonando por completo todos os trabalhos feitos até o momento.

No mês seguinte, houve novamente problemas de indisciplina por parte dos indígenas no Posto Plate. Eduardo Hoerhann afirma que não perdeu uma única ocasião para

---

<sup>156</sup> Ibidem.

<sup>157</sup> Ibidem.

explicar-lhes à necessidade do trabalho em grupo e as vantagens adquiridas, a todos que se dedicam à labuta. Procurou também fazê-los compreender que o trabalho é o meio mais estável de subsistência, sendo assim muito mais eficaz do que a vida nômade a qual estavam adaptados. Hoerhann conta que com muita dificuldade conseguiu convencer alguns indígenas a trabalharem no serviço das roças, mas que depois de algumas horas eles se dispersavam:

Durante as primeiras horas trabalham realmente com certa seriedade, cahindo porem logo em distrações verdadeiramente infantis acabando com pilherias e em franca hilaridade, zombando de todos e pedindo que se lhes desse, alem do que se prometeu para que trabalhassem, tudo o que sua phantasia lhes fazia desejar, motivando que já sufficientemente trabalharam. Uma vez n'esta disposição para puerilidades, tornam-se simplesmente inaproveitaveis para qualquer affazer, não voltando de modo algum á seriedade, já que não se pode empregar o único meio efficaz que seria a coacção. Sempre assignalar que entre os botocudos pacificados exista na verdade um pequeno grupo que mantem uma certa compostura e que mais facilmente poderia ser modificado em seus habitos, incorporando-se gradativamente á nós e adaptando-se ao nosso meio de subsistencia.<sup>158</sup>

O grupo descrito por Hoerhann como “bem intencionado” sofria na época interferências daqueles “má índole”. Esses últimos, não queriam de maneira alguma que a maior parte da comunidade ficasse ao lado dos funcionários do Serviço. Hoerhann acredita que eles temiam perder o poder dentro de sua comunidade, e assim sendo, não teriam o apoio da maioria, caso pretendessem uma rebelião. Hoerhann também observa que é justamente esse grupo que não quer compreender a sinceridade das intenções do SPI. Salientamos que naquele tempo, a pacificação e a adaptação ao novo meio de vida era pelos menos entre a maioria das lideranças do país, como a melhor maneira de salvar os indígenas da extinção, salvá-los como indivíduos e não culturalmente. Entrementes, não era só do grupo indígena rebelde que Hoerhann registrava queixas, mas as fazia também por causa do comportamento nada exemplar dos Kaingáng intérpretes e dos próprios funcionários do órgão:

...São de pouco estímulo e apesar de constante e immediata fiscalização aproveitam todo e qualquer momento para “descansarem” não demonstrando serem munidos pelo grande vigor e entusiasmo que devia existir par imprecionar os indígenas e portanto que se convencessem da realidade do interesse proprio que há em todos nós pelo trabalho. Condição esta que por certo os levaria então mais depressa a imitar e seguir o exemplo, que ser dado de modo mais palpável possível, não tanto theorica: mas sobretudo praticamente.<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de abril, 1916. Mês de maio. 1916.

<sup>159</sup> Ibidem.

Mesmo com tantas dificuldades e decepções, Hoerhann descreve que aos poucos conseguia inculcar o espírito do trabalho nos Botocudo; uma prova disto, foi a criação do verbo “trabalhar” (lây-lây) na língua dos mesmos, que até o momento era desconhecido. Hoerhann termina o relatório mensal afirmando que precisaria esforçar-se mais para conseguir a árdua missão de adaptar os Botocudo aos trabalhos agrícolas e, como já sabia, os resultados viriam a longo prazo.

Na gravura seguinte podemos ver os Botocudo receosos entre os funcionários do SPI nos primeiros anos da pacificação.

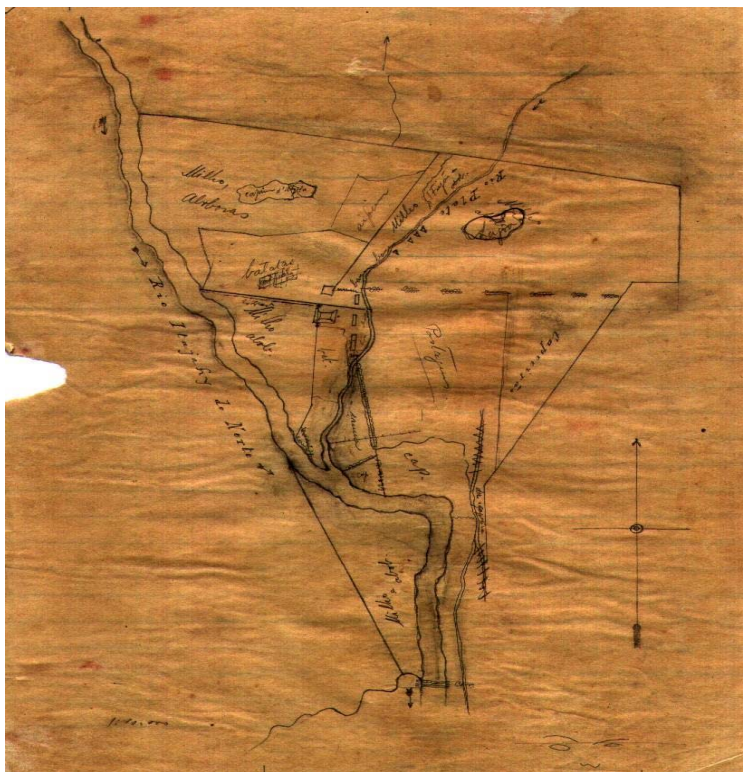


**Fig. 5:** Primeiros anos da pacificação. (Acervo: Rafael Hoerhann).

O relatório de 1917 está fora da organização trivial de Eduardo Hoerhann. Completamente manuscrito a lápis, rabiscado, com rasuras e borrões, faz parecer que a ausência de verba governamental privou o Posto Plate até de canetas e tinteiros. O que diminuiu a possibilidade de colher todas as informações acerca do relatório em questão; a escrita está praticamente ilegível e contém diversas abreviações. Entretanto é possível perceber as dificuldades em manter os Botocudo trabalhando no Posto.

No mês de abril um grupo de indígenas se rebelou e tentou impor aos funcionários do Posto que eles deveriam obter comida, mesmo sem trabalhar nas roças. Como não conseguiram resultados, graças à ação enérgica do encarregado, reuniram-se em um grupo maior para promover uma caçada de porcos selvagens. Hoerhann conta que os indígenas se ausentaram dos trabalhos gerais do posto, mas deixou registrado que o fato dele não ter impedido, ou não ter conseguido, proibir tal caçada, surtiria um efeito positivo, no sentido de acalmar “os espíritos” dos Botocudo.<sup>160</sup>

Abaixo está o mapa do Posto indígena, entre os rios Plate e Itajaí do Norte, e apresenta também a localização de suas culturas.



**Fig. 6:** Mapa do Posto Plate, 1917. (Acervo: Rafael Hoerhann).

<sup>160</sup> Cf. *Ibidem*. Mês de abril, 1917.

No mês posterior, o grupo que havia se retirado para as matas chegou ao posto trazendo grande carga de pinhões e de diversos animais abatidos. Isso proporcionou que alguns indivíduos que haviam ficado para trabalhar sentissem o desejo de terem participado da incursão e também de participar de uma nova coleta das sementes tão desejadas. Devido as várias insistências dos próprios trabalhadores do Posto Plate, conseguiu-se fazer com que a maior parte dos desejosos permanecesse ativa em seus afazeres agrícolas. Mesmo assim um pequeno grupo deslocou-se para a selva em busca de pinhão. Enquanto isso, a turma recém-chegada da primeira incursão, percebeu que seus ranchos já não ofereciam mais o abrigo necessário, o que fez sem perda de tempo, incendiar todos os ranchos para novos serem construídos. Nessa ocasião, os guerreiros foram ao encontro de Hoerhann, a fim de lhe pedir machados para a derrubada de árvores. Hoerhann descreve que aproveitou o momento para dizer que novos machados já haviam sido distribuídos para aqueles que ficaram trabalhando e que ajudaram a terminar o serviço das roças. Disse-lhes que só ganhariam novas ferramentas, se eles aprendessem a dividir as tarefas diárias com o restante do pessoal.<sup>161</sup>

Para Hoerhann, o mês de junho foi ainda pior. Ele não conseguiu fazer com que os Botocudo auxiliassem nos afazeres agrícolas, pois ficavam num freqüente vai-e-vem entre o Posto e a mata com o intuito de praticar a colheita de pinhões. Hoerhann descreveu que não seria prudente de sua parte forçá-los a nada que fosse contra suas vontades, pois dessa forma, os faria com que se ausentassem nas matas por longo período, tornando em vão todo o serviço de pacificação, às vésperas de completar três anos. No entanto foi possível contar com a ajuda voluntária das mulheres Botocudo por alguns dias, fazendo Eduardo Hoerhann baixar o decreto que só receberiam comida do Posto, aqueles que auxiliassem na lavoura e nos demais afazeres.<sup>162</sup>

Novamente, em julho, os indígenas não participaram dos trabalhos de rotina. Frente a isso, uma rês escapou dos domínios do Posto e foi encontrada flechada e agonizando dentro de um fosso no meio do mato. Hoerhann, então, mandou abatê-la e transportá-la

---

<sup>161</sup> Cf. Ibidem. Mês de maio, 1917.

<sup>162</sup> Cf. Ibidem. Mês de junho, 1917.

para o Posto. Mais tarde foi conversar com os guerreiros a fim de descobrir os autores do caso acontecido. Esses ao serem pressionados, se esquivaram, até que um jovem guerreiro confirmou ter sido Cám-rêm o protagonista. Hoerhann dirigiu-se a Cám-rêm e acusou-o diretamente, mas, Cám-rêm negou a autoria. Depois de muita insistência, o suspeito admitiu ter flechado a rês para impedir sua fuga, mas Hoerhann retrucou que tal desculpa era desprovida de base, pois mais de uma vez houve igual acontecimento, sem a necessidade de devolver o gado sem vida ao seu local de origem. O animal foi carneado e repartido para todos os indígenas presentes, porém Hoerhann fez questão de excluir Cám-rêm da divisão e justificar sua atitude neste documento:

Impunha-se este exemplo rigoroso, pois que de outro modo, jamais deshabituá-ria os bot.<sup>163</sup> Aos velhos hábitos de “caçarem” animais domésticos. Como já foi relatado, justamente visando familiarizá-los com a criação em geral, é que foi de todo abatida a carneação imediata à chegada do gado no Posto. Conserva-se por conseguinte durante algum tempo nos pastos, para depois por nós carnear e devidamente por a carne distribuída aos índios de acordo com as suas necessidades.<sup>164</sup>

Havia a necessidade de cooperação entre indígenas e funcionários, no sentido de dividir os alimentos assim como as tarefas, para uma boa convivência no Posto. O livre arbítrio não era permitido de modo algum. Mas os Botocudo sentiam constante carência de carne em sua base alimentar e ainda não compreendiam, devido a constante escassez desse alimento, o momento certo para abater o gado.

No mês de dezembro do ano de 1917 é feita uma apuração para levantamentos de dados a respeito de um ataque de bugreiros contra os Botocudo, acontecido no mês anterior em Anitápolis. Esteve no Posto Plate o feitor do SPI, Germano Rigo, que em novembro realizou uma expedição aos distritos de Lontras, Rio do Sul, Serra Negra, Barracão, Rancho Queimado, Teresópolis e Anitápolis. Dentro do núcleo colonial o feitor não havia adquirido as informações necessárias para apurar o caso devido à resistência dos populares em fornecer esclarecimentos. Conseguiu depois de muito esforço, informações a respeito do criador de gado Bernardo Vianna, morador das proximidades do Rio Chapéu.<sup>165</sup>

<sup>163</sup> A palavra “botocudos” encontra-se assim abreviada neste texto.

<sup>164</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de julho, 1917.

<sup>165</sup> Cf. Apuração do genocídio indígena. In: HOERHANN, Eduardo. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de dezembro, 1917.

Testemunhas contaram que Vianna, no mês de outubro, havia notado a falta de algumas reses de sua propriedade e logo conseguiu encontrar perto de sua propriedade, vestígios supostamente deixados pelos indígenas: uma vaca e uma novilha carneadas. Vianna voltou para a sua comunidade e reuniu uma turma de sertanejos experientes – os bugreiros. Eles chegaram em Anitápolis na noite do dia 25 de outubro e seguiram os rastros dos Botocudo até que os encontraram dormindo no acampamento. Sem perder tempo, atiraram com suas carabinas Winchester. Ao término da munição, partiram para cima dos Botocudo com golpes de facões, conseguindo matar dezenove pessoas entre homens e mulheres, além de uma criança que executaram também com golpes de facão. Os bugreiros dispersaram para um outro local distante, de modo que Germano Rigo não conseguiu maiores informações para acusar Vianna de sua cumplicidade com os homicidas. Vianna permaneceu impune<sup>166</sup>

A foto seguinte mostra a sede do Posto Plate, em meados da década de 1910, entre a bandeira nacional e os ranchos dos indígenas.



**Fig. 7:** Posto Plate. (Acervo: Rafael Hoerhann).

---

<sup>166</sup> Cf. *Ibidem*.

Em quatro anos de contato, os Botocudo ainda apresentavam resistência aos trabalhos agrícolas e iam ao Posto apenas para pedir suprimentos necessários para a sua subsistência. Todos os trabalhos realizados no Posto, na maior parte do ano, eram feitos pelos funcionários do SPI a fim de garantir o seu sustento e também o dos Botocudo. Poucas vezes, está descrito no relatório de 1918, houve a participação ativa nos trabalhos por parte dos indígenas. Esses só trabalhavam mediante várias promessas, feitas pelo encarregado do Posto, conforme podemos observar:

Como houve neste mez sobre-carregamento de trabalho nas rocas, e vendo o Encarregado que dispendo so da turma não conseguiria por termo as colheitas em tempo, principalmente à de feijao, que com mais alguns dias de chuva corria risco de perder-se inteiramente, viu-se na emergencia de recorrer ao auxilio dos indios. Sabia o Encarregado que elles não se tinham retirado dos arredores do Plate. Foi ter com os mesmos e não obstante as dificuldades, conseguiu que consigo voltassem ao Posto. Ahi fez-lhes ver claramente que se não auxiliassem as colheitas se perderiam fatalmente, o que reverteria em seu proprio prejuizo. Com habilidades e boas promessas conseguiu mais o Encarregado, que os botocudos accedessem aos seus pedidos, promptificando-se a ajudar-nos no trabalho. [...] Tornou-se assim possivel fazer toda a colheita do feijao com os indios, que o bateram e limpam na roca, transportando-o logo em seguida para o Posto. Evitou-se desta forma a perda irremediavel de oitenta saccos deste cereal. Alem disto houve ainda a vantagem de harmonizar os indios pouco a pouco com o nosso pessoal, reatando assim novamente, no decorrer de algum tempo, a velha amisade.<sup>167</sup>

Pode-se perceber que os indígenas estavam há algum tempo afastados dos afazeres diários do Posto, porém permaneciam próximos às limitações do mesmo. Mais uma vez, o encarregado precisou recorrer às promessas, a fim de fazê-los auxiliar na colheita, cuja perda total era iminente. Apesar da agricultura naquela época não estar ainda incutida na cultura dos Botocudo, esses, talvez por receio de passar fome, saíram de seus ranchos para terminar a colheita antes que a plantação se perdesse.

Em meados do mês de maio de 1918, os Botocudo justificaram a sua ausência nos dias restantes do corrente, argumentando que precisariam cuidar dos preparativos de sua festa anual. Novamente eles estariam distanciados dos afazeres do Posto. Porém não hesitaram em pedir ao encarregado do Posto que lhes desse todos os mantimentos necessários para que nada lhes faltasse no escoar de seus festejos. Um grupo de homens faria os cochos necessários para a fabricação da bebida alcoólica consumida nos ritos, enquanto que outro se encarregaria de buscar mel e os demais ingredientes para a confecção

---

<sup>167</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de março, 1918.



da bebida. Sobre estas reivindicações não poderíamos de deixar de registrar a insatisfação de Hoerhann: “Sendo os botocudos intransigentes no que diz respeito a esta festa, deixou o Encarregado de contrariar-os com insistencias inuteis, satisfazendo aos seus pedidos. Assim, pois, ausentaram-se os indios do Posto, não podendo ser aproveitados nos affazeres agricolas deste mez.”<sup>168</sup>

Podemos ver na fotografia seguinte, a festa do ritual da inserção dos botoques nos meninos. Os dois cochos para o fabrico da bebida alcoólica estão à esquerda da gravura.



**Fig. 8:** Festa tradicional. (Acervo: Rafael Hoerhann).

A festa citada no relatório era considerada a mais importante para os Botocudo, pois nela acontecia o tradicional rito de perfuração do lábio inferior dos meninos com aproximadamente três anos de idade, para a introdução do enfeite labial (botoque). Esse traço cultural caracterizou o grupo e deu origem ao nome utilizado neste texto, designação dada pelos portugueses nos tempos da colonização. A celebração durava cinco dias e sempre havia aqueles que cometiam excessos alimentícios, o que ocasionava algumas mortes. Os cochos eram utilizados para a maturação da bebida alcoólica, feita a partir de

<sup>168</sup> Ibidem. Mês de maio, 1918.

ervas, xaxim e mel. Os meninos sujeitos à perfuração de seus lábios eram embriagados e sacudidos a fim de potencializar o efeito da bebida e de não sofrerem muito com a dor iminente<sup>169</sup>.

Nem sempre havia resistência dos indígenas para trabalhar nos campos agrícolas. Às vezes, havia a conscientização – ao considerar que se dispuseram a viver de maneira sedentária – de ajudar no plantio e na colheita, assim como nos demais afazeres existentes no posto. Estes relatos poderão nos mostrar com maior clareza o cotidiano mensal do Posto Indígena Plate:

[...] Comtudo, na primeira quinzena deste mez, conseguio o Encarregado, que um grupo de índios, attendendo as sua insistências, cooperasse de modo satisfactorio, no coivramento, da roca acima mencionada. Não foi porem possível fazer com que este grupo, prosseguisse nos trabalhos subseqüentes de plantação das mesmas terras, uma vez preparadas. Com a chegada de outro grupo, que lhes contara o bom êxito de suas caçadas, despertou-se-lhes o entusiasmo inato que tem pela caça, vagueando despreocupados pelas mattas. São estes instinctos nômade e venatorios que para nós constituem o maior obstáculo em mantel-os no Posto, habituando-os a um serviço continuo nas roças.<sup>170</sup>

Mais uma vez, o SPI perde sua autoridade em virtude dos hábitos, há muito praticados pelos Botocudo. Para eles não se podia perder uma única oportunidade de adquirir caça para a subsistência. Para garanti-la, precisavam praticá-la, assim como a coleta, pois não confiavam muito, no novo modo de vida imposto pelo SPI. Percebeu-se, então, que não era possível de imediato, transformá-los em sedentários.

[...] Conseguio o Encarregado, com relativa facilidade, a cooperacao dos indios pois que com o tempo, já se convenceram da real utilidade do cultivo do milho, que para elles hoje é a maior base de sua alimentacao. Compreendem agora os botocudos que por falta de cuidado se diminuisse a producao de milho no Posto, inevitavelmente passariam fome. É de notar que os indios botocudos, vendo a pequena planta de milho se compenetraram de que esta lhes dara o alimento e, carecendo estas plantinhas de zelo para que as hervas daminhas não impecam o seu crescimento e consequentemente a producao, dispoem-se elles com certa facilidade a um esforço para cuidal-as. O mesmo já não se da com as colheitas, pois que ahi ao exemplo por nos dado supplanta o velho habito nomade de nada armazenar para o futuro. Habito este que simplifica a questao, pois entendem elles que se colhe so no momento em que se precisa.<sup>171</sup>

Depois de seis meses, Hoerhann registrou um dos avanços no trabalho do SPI. Ele acreditava que os indígenas estavam começando a compreender que era preciso ajudar na

<sup>169</sup> Cf. HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

<sup>170</sup> -----, **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de janeiro. 1918.

<sup>171</sup> Ibidem. Mês de agosto. 1918.

agricultura, para que não mais passassem fome – o que aconteceria se mantivessem o modo de vida nômade. Entretanto eles ainda mantinham a mentalidade de não estocar os excessos da produção, a fim de que esses fossem utilizados posteriormente.

Em outubro, os Botocudo ajudaram prontamente nos serviços de limpeza dos terrenos, trabalho com o qual estavam habituados, e aparece descrito como agradável para eles. Houve somente interrupção nas roçadas, devido ao fato dos indígenas terem desejado construir novos ranchos. Eles pediram a Hoerhann para que os ranchos fossem construídos ao mesmo estilo dos ranchos do pessoal do Posto, e assim, foram auxiliados. Os funcionários do SPI consertaram diversos galpões danificados e construíram mais alguns a fim de armazenarem toda a produção agrícola que aumentou consideravelmente. O comportamento dos Botocudo entre outubro e dezembro, foi assinalado como exemplar e digno de nota. Todos os afazeres realizados foram por livre e espontânea vontade, surpreendendo o encarregado do Posto.<sup>172</sup>

Até aqui todo o trabalho de Hoerhann e de seus funcionários parecia estar surtindo o efeito almejado, pois durante alguns meses, não houve resistência, por parte dos Botocudo, em auxiliar na pesada labuta cotidiana. Mas, como o comportamento dos mesmos era sempre instável, não era interessante para o SPI crer, de forma permanente, na conformação dos indígenas. Era preciso trabalhar mais duro, a fim de não criar insatisfações recíprocas, sem tentar modificar abruptamente o modo de vida Botocudo.

### **3.2. A revolta dos Botocudo no Posto Plate e a promoção da paz**

No mês de dezembro de 1918, após terminarem os serviços na roças, os indígenas informaram ao Eduardo Hoerhann que planejavam uma caçada e, assim estavam nitidamente satisfeitos em proceder. Os guerreiros partiram para o mato e bem armados, retornaram para o Posto, depois de pouco tempo. Sem hesitação, eles cercaram o Posto com um plano de assalto. Hoerhann conta que se não bem os conhecessem, não teria evitado

---

<sup>172</sup> Cf. Ibidem. Meses de outubro e novembro. 1918.

esta tentativa de agressão. Os guerreiros foram para as roças, bradando agressivamente e com grande balbúrdia, quebraram os pés de milho e ameaçaram matar todos os funcionários. Aterrorizaram-nos com gritos intermináveis até o cair da noite, quando Hoerhann buscou saber a causa daquela brusca mudança comportamental. Sem sequer ser atendido, foi obrigado a entregar aos indígenas duas reses, e alguns sacos de farinha. Hoerhann sem saber o motivo desta revolta, destacou:

É de opinião o Encarregado, ser a causa deste imotivada hostilidade, um qualquer incidentes que se tenha dado com civilizados, fora da sede do Posto. Cre ainda, que assumiram essa attitude, procurando injustamente desforra no pessoal de nosso Serviço. É muito lamentavel este facto pois sob todos os aspectos so traz desvantagens ao Posto: em primeiro lugar alterando as boas relacoes que mantinhamos com os indios, evidenciando novamente a desconfianca recipocra. Para reatar as boas relacoes anteriores a desvanecer estas defidencias, será necessario empenhar com toda paciencia e habilidade muito esforco.

Alem disso quase todos os trabalhos do Posto são interrompidos, com as medidas de garantia que devem ser tomadas nessas emergencias, com relacao ao nosso pessoal. Continua o Encarregado, envidando todos os meios no sentido de desvendar qual movel desta occurencia, tentando mais apressar a normalizacao da situacao, o que espera poder se seguir dentro de pouco tempo.<sup>173</sup>

Através desse relato é possível compreender porque se demorou quase quatro séculos para contatar os Botocudo de forma amigável. Não é à toa que foram considerados pelos colonizadores do passado como os mais imaleáveis e impossíveis de aproximação. Os Botocudo não possuíam grandes interesses em se tornarem parceiros dos colonizadores, apenas os visitavam quando eram atacados e para adquirem objetos cobiçados.

Com o “sucesso” do primeiro contado pacífico no início do século XX, os Botocudo começaram a perceber as vantagens de conviver com as pessoas estranhas que os procuraram. Auxiliando um pouco nas atividades diárias do Posto, podiam conseguir alimentos e utensílios para toda a comunidade. Mas, por outro lado, não estavam completamente dispostos a modificarem seus hábitos tradicionais, como a liberdade do nomadismo e trabalharem somente quando era necessário, em acordo com a cultura matriz. O que ajudou o SPI a fixá-los em um território comum, foi o surgimento de novas gerações indígenas dentro do Posto, mais habituadas ao modo de vida dos “civilizados.” Também havia a incerteza por parte dos indígenas, de até quando poderiam percorrer livremente as

---

<sup>173</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de dezembro. 1918.

matas. Nesta experiência com os Botocudo, o fracasso de todo o trabalho do SPI, iniciado em 1914, era sempre iminente.

A relação entre o SPI e os guerreiros Botocudo permaneceu incerta em janeiro de 1919.<sup>174</sup> Não houve colaboração dos indígenas nas atividades executadas no Posto, sendo que eles só faziam contato somente para adquirir. Quase todos os grupos que compunham a comunidade dos Botocudo permaneceram acampados no meio da floresta. Mas, não havia a notícia a respeito daqueles que se envolveram na tentativa de agressão, e por mais que Hoerhann indagasse os grupos próximos, não conseguia obter informações. Os guerreiros ausentes do Posto eram os mesmos que se protagonizaram uma carneação de bois, porcos e cavalos em 1916, do fazendeiro Francisco Rauen. Com isso, Hoerhann ficou receoso com novos ataques às fazendas locais e sozinho, foi em busca dos guerreiros rebelados.

No segundo dia de caminhada, Hoerhann encontrou duas mulheres indígenas com algumas crianças. Perguntou a respeito dos guerreiros, e obteve a resposta que eles pretendiam se vingar de alguns *kokolégma* (inimigos não-indígenas). As mulheres explicaram que há seis anos atrás, quando alguns guerreiros distraídos com as caças adquiridas foram surpreendidos por colonos locais, os quais dispararam suas armas contra eles, atingindo e matando dois indivíduos. Hoerhann ficou ainda mais apreensivo, pois acreditava que um assalto estava por vir, o que traria conseqüências extremamente negativas para o Serviço. Sem perder mais tempo, Hoerhann seguiu o caminho indicado pelas mulheres e depois de dois dias encontrou vestígios que denunciavam uma caçada a porcos selvagens. Passado mais quatro dias, foi encontrado um rancho desabitado há poucos dias, sugeria que seus moradores indígenas, estavam mantendo o nomadismo. No local Hoerhann pernoitou, seguiu viagem logo pela manhã e percebeu que os rastros indicavam uma maior proximidade com os guerreiros desaparecidos.<sup>175</sup>

Quando a busca completou onze dias, Hoerhann encontrou alguns membros do grupo Botocudo, os quais ficaram visivelmente aborrecidos com a surpresa inesperada. Ao

---

<sup>174</sup> Cf. HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de janeiro. 1919.

<sup>175</sup> Cf. *Ibidem*.

serem interrogados do porquê de estarem ali, os Botocudo perguntaram, se Hoerhann não havia percebido pelos vestígios, a atividade da caça. Na verdade eles se organizavam para atacar uma fazenda local, uma vez que estudavam as melhores posições para a investida, fizeram caminho para facilitar a fuga, cavaram diversas trincheiras e tomaram os cuidados pré-assalto como de costume. Confirmaram a Hoerhann, sem receios, toda a história contada pelas mulheres e igualmente, todos os detalhes do plano de vingança que estava por acontecer. Hoerhann os convenceu para esperarem mais algum tempo antes do ataque, pois ele queria ir até a fazenda para conversar com o proprietário.<sup>176</sup>

Hoerhann chegou na localidade depois de algumas horas e, ao conversar com Antonio de Haro Varella confirmou que estava no distrito de Curitibanos. Varella contou todos os prejuízos adquiridos através dos anos de ataques sofridos por parte dos Botocudo, principalmente a perda de animais, flechados constantemente. Narrou também a sua versão, do episódio de 1913 que vitimou dois indígenas – versão muito semelhante a dos guerreiros e das mulheres Botocudo. Varella ainda contou que no ano de 1916 um agregado seu estava trabalhando em casa, quando, de repente, recebeu uma flechada, atingindo rente ao tórax e perfurando somente o braço esquerdo. Depois de prolongada palestra, quando notou que o fazendeiro desejava muito viver em paz com os indígenas, Hoerhann propôs ao homem um encontro com os temidos guerreiros, “visando travar um conhecimento de ambas as partes, para, para que assim, de uma vez para sempre, fossem banidos de memória as antigas causas de inimizade, estabelecendo-se, d’ora em diante, uma sincera e duradoura amizade.”<sup>177</sup>

Quando Hoerhann voltou às matas, logo encontrou o grupo indígena que o observava a pouca distância da fazenda. Transmitiu-lhes que Varella ansiava recebê-los em sua moradia, e assim foram convencidos em ir até o local; permaneceram no mato apenas os mais idosos e os mais desconfiados. Quando chegaram na fazenda, o anfitrião mandou trazer uma grande porção de charque, a qual foi distribuída aos indígenas pelo encarregado do Posto. Ao perceberem o clima de descontração, inúmeros Botocudo perderam a timidez

---

<sup>176</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>177</sup> *Ibidem*.

e foram até o lugar onde receberam uma rês carneada. Hoerhann, satisfeitiíssimo com o resultado da pacificação, concluiu em seu relatório:

Tornára-re o Snr. Varella, um bom amigo e grande admirador do nosso Serviço, imensamente grato pelo optimo resultado dos abnegados esforços não poupados pelo Encarregado, que, dest'arte lh'ó tinha posto a salvo de grandes perigos e de mui consideraveis prejuizos, não só por esta occasião, como tambem para o futuro. O fazendeiro tambem Supprio ao Encarregado, com viveres necessarios, seguindo elle com os indios para o matto, encetando a longa penosa viagem de volta ao Plate. Após, nove e meio dias de longa e ardua viagem, conseguiu chegar o Encarregado, com o grupo de botocudos, ao acampamento do Posto.

Ficaram as innumeradas provações e esforços recompensados porem com o bello triumpho alcançado pelo nosso Serviço, que assim, mais uma vez, estabeleceu sincera e franca amisade onde só reinava o espirito de odio e de vingança seculares. Evitou-se deste modo, não só grandes prejuizos materiaes como tambem a perda inútil de vidas preciosas.<sup>178</sup>

A normalidade atingiu o Posto no mês de maio. Os indígenas participaram com admirável assiduidade e boa disposição ao labor até meados do corrente, quando houve uma nova manifestação do descontentamento por parte de alguns Botocudo. Através da experiência obtida nestes cinco anos de pacificação, está registrado nos relatórios, que basta pedir aos indígenas para fazerem serviços com os quais não estavam habituados, é motivo para eles se refugiarem nas matas. Os Botocudos afirmaram que deveriam receber toda a colheita de milho, pois em sua concepção, somente eles colheram o milho. Como não foram atendidos, tentaram a força retirar o milho do armazém, mas não foram bem sucedidos na investida. Depois muitos deles se esconderam no interior da mata e Hoerhann não interveio nesta atitude:

Sendo esta a melhor sahida, como sempre nestas emergencias, até hoje, deixou-os ir em paz o Encarregado pois, segural-os no Posto, mesmo que isto se conseguisse, de nenhum proveito seria para o serviço, pois, não só os indios não trabalhariam, como ainda perturbariam o trabalho da turma, obrigando-a a estar sempre de sobre-aviso.

Julga o Encarregado ser esta a attitude mais prudente, porque depois de algum tempo de privações no matto, voltam os indios com melhores intenções para conosco, uma vez que novamente se convençam de que sómente no Posto, conseguem alimentação tão regular e facilmente.

Será uma méra questão de tempo, que os fará finalmente comprehender que, com más intenções nada conseguem, sendo para elles de muito maior conveniencia attender-nos em tudo ao emvez de peramvularem pela floresta passando privações de toda especie.<sup>179</sup>

A partir dessa citação fica claro que o SPI catarinense possuía consciência do que estava fazendo. Isso no sentido dos seus idealistas acreditarem piamente em sua causa,

---

<sup>178</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>179</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de maio. 1919.

incorporada pelo espírito missionário. Entediavam eles, que para os indígenas, não havia outra saída para a sobrevivência, a não ser a assimilação dos novos valores adotados para o processo de integração na sociedade brasileira.

Devido a sua doutrina<sup>180</sup> positivista, o SPI teve mais dificuldades do que a Igreja cristã na conversão dos indígenas, pois descartava de seus métodos o uso do sobrenatural. O cristianismo logrou sucesso em um determinado período de nossa história porque sua persuasão baseada na culpa, no sofrimento, na vida ordeira, na crença escatológica e na possibilidade de existência póstuma em um mundo perfeito, era muito mais eficiente do que a argumentação utilizada pelos líderes do SPI. Sugerir que a vida campestre seria mais vantajosa do que o tradicional nomadismo praticado por milênios, não era de fato uma tarefa simples. O que forçou os indígenas a abandonar seus costumes, gradativamente foi, conforme a análise anterior, a incerteza no futuro. O crescimento das colônias era irreversível.

Em julho, ainda em 1919, está presente no relatório, um acontecimento que pode ter desencadeado a demarcação das terras indígenas acontecida somente depois de sete anos: ocorreu na povoação de Hamônia uma exposição agrícola, na qual estava prevista a visita do governador do Estado Hercílio Pedro da Luz e seu alto escalão de funcionários. No relatório há a versão de que o governador não enxergava com bons olhos a atuação do SPI em Santa Catarina. Porém Hoerhann considerou ser o momento ideal para fazê-lo mudar de opinião e demonstrar-lhe o quão era importante definir a demarcação das terras para os indígenas, a fim de proporcionar maiores progressos econômicos ao Estado. Hoerhann então seguiu para a comunidade de Hamônia acompanhado por um grupo de cem Botocudo o qual seria apresentado ao governador. Porém, Hercílio Luz por razões maiores, foi impossibilitado de comparecer ao evento. Para representá-lo, seu secretário da Fazenda e Obras Públicas, Adolfo Konder, compareceu na ocasião.<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> Entendemos *doutrina* como conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso, político ou filosófico.

<sup>181</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de julho, 1919.



Os indígenas foram acampados nas proximidades e todas as providências foram tomadas, a fim de evitar o descontentamento por parte dos mesmos. Adolfo Konder, Alfredo Luz (filho do governador), Henrique Lessa (juiz federal em Florianópolis), deputado Vitor Konder, alguns militares e demais funcionários com cargos de menor expressão, foram convidados para conhecer os indígenas. Em princípio, a impressão foi positiva por parte de todos os presentes, eles se interessaram pelos trabalhos de pacificação e também pela compleição física dos indígenas. Adolfo Konder deu sua opinião a esse respeito, que foi registrada por Eduardo Hoerhann:

Depois de uma exposição nitida e detalhada da actual situação dos indios botocudos e dos problemas a resolver, declarou o Snr. Dr. Secretario da Fazenda, que, tendo-se convencido, de visu, do enorme alcance da obra já feita e ainda por completar, envidaria todos os esforços, junto ao Snr. Dr. Governador, afim de que seja dada uma solução urgente á doação de uma reserva de terras para os botocudos e de um maior auxilio estadual para os serviços no Posto Rio Plate.

Cumpré assignalar aqui, o facto quase incrível que até pessoas residentes neste Municipio, só depois de terem visto os indios, como declararam, se convenceram que realmente existem no Estado, grande numero de indios bravios, pacificados ha poucos annos pelo nosso Serviço.<sup>182</sup>

O mais interessante do relato é a total desinformação por parte dos populares residentes nas províncias e cidades próximas ao Posto Plate. Para essas pessoas, os indígenas eram conhecidos apenas pela oralidade transmitida por seus ancestrais, foi impressionante para elas, constatar a continuidade da existência dos Botocudo nas redondezas de seu município. É possível pensar que os Botocudo durante, o auge de seus ataques, concentravam-se apenas nos núcleos coloniais próximos de sua zona de nomadismo, não penetrando nos centros urbanos. Quando se espalhava a notícia de novas investidas aos fazendeiros, os habitantes das zonas urbanas provavelmente ignoravam a possibilidade de serem os indígenas os promotores. Pensavam que os Botocudo, há muito estavam extintos.

Através da leitura dos relatórios, acerca dos primeiros cinco anos da experiência de pacificação, é possível perceber a instabilidade comportamental dos indígenas, De acordo com o SPI, ainda era muito cedo para notar avanços de “civilidade.” Isso era uma tarefa,

---

<sup>182</sup> Ibidem.

cujos resultados só seriam alcançados a longo prazo. A permanência dos indígenas no Posto oscilava entre cem a duzentos indivíduos nos anos de 1916 a 1919.

No próximo capítulo, descreveremos e analisaremos as atividades do SPI registradas nos relatórios de 1920 a 1926. Em 1926 aconteceu a criação oficial da Reserva Indígena Duque de Caxias.

## CAPÍTULO IV – A DÉCADA DE 1920 NOS RELATÓRIOS: COTIDIANO E A CRIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DUQUE DE CAXIAS

### 4.1 – O Posto Duque de Caxias perante sua decadência

Este último capítulo, assim como o anterior, foi baseado principalmente na utilização dos relatórios do SPI. Aqui veremos a continuidade dos serviços prestados pelo órgão em prol de sua ideologia e bem-estar dos indígenas, de 1920, à oficialização da Reserva Indígena Duque de Caxias, ocorrida em 1926.

O SPI, de um modo geral, estava vivenciando uma de suas maiores crises, iniciada em 1915, devido à tentativa governamental de sanar suas dívidas internas. Sob essa condição, entidades consideradas menos importantes, como é o caso do SPI, não recebiam o auxílio necessário para a sua manutenção, e os salários dos funcionários envolvidos, sofriam amiúdes atrasos. Sem dinheiro, as promessas utilizadas para a persuasão dos indígenas raramente eram cumpridas, o que acarretava o aumento da desconfiança sobre as boas intenções do Serviço.

Segundo o encarregado do posto indígena, o auxílio no plantio de feijão, foi insignificante por parte dos Botocudo em janeiro de 1920, ocasionando no mês o não término da atividade. Mais digno de nota é que os auxiliares colocavam tantas sementes em tão poucas covas, que o encarregado se viu forçado a afastá-los da plantação: “boa parte de semente fôra inutilizada pelos indios, que procuraram ‘terminar mais depressa’ o plantio de que tinham sido encarregados.”<sup>183</sup> Os Botocudo não faziam questão de disfarçar a sua insatisfação em realizar qualquer labuta que não lhes agradassem, e usavam tal estratégia de embate a fim de ficarem livres dos afazeres nada estimulantes. Contudo, no mês de março eles se destacaram pelo seu prestável auxílio e, com isso receberam calorosos elogios:

---

<sup>183</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de fevereiro. 1920.

Cumpra chamar especial atenção para o importante auxílio que os índios botocudos nos prestaram na colheita do milho e no seu transporte para os depósitos, muitas vezes, de consideráveis distâncias. Basta dizer que sem seu auxílio, não se poderiam realizar tão grandes colheitas em tempo tão diminuto, evitando-se deste modo quanto possível os danos ocasionados ao milho secco, nas roças, pelas maitacas e ratos. Os índios fazem do transporte de milho em grandes balaios, uma verdadeira prova de força e resistência. Dotados que são de formidável força muscular e incrível resistência, trabalhando além disto com vontade e alegria, estimulando um ao outro, fácil, é avaliar como neste penoso trabalho o seu auxílio é de grande vantagem pra nós. Os índios portaram-se otimamente durante este mez, nada havendo de anormal a registrar.<sup>184</sup>

Nesta citação os indígenas auxiliaram, com alegria e disposição, promovendo o contentamento de Hoerhann. O encarregado possuía apenas uma linha de pensamento, direcionada para a disciplina e o trabalho, o que o impedia de compreender a dificuldade dos Botocudo em mudarem seus hábitos tradicionais para o ideal de evolução positivista. O ofício diário no Posto era pesado. Os funcionários não podiam sozinhos garantir o sustento de mais de trezentas pessoas. Quando os Botocudo eram mal sucedidos em suas tradicionais atividades como a caça e a coleta, buscavam alimentos no Posto, onde o encarregado quase sempre negava àqueles que não trabalhavam. Diante de promessas de melhores condições de vida, chegavam a um acordo, o qual era quebrado com o passar do tempo, geralmente porque o SPI, por carência de verbas, não pôde cumprir.

No mesmo mês, o governo estadual pretendeu comprar da Companhia Hanseática as terras que circundavam o Posto Plate (margem esquerda do rio Hercílio até a margem direita do rio Plate.). Mas, o preço sugerido por tal companhia ultrapassava em muito as condições dos cofres públicos. As terras já estavam sendo ocupadas e utilizadas pelo SPI, porém sofriam freqüentes ocupações de colonos recém-fixados. Fazia-se necessário a criação de um acordo para que esses acres se tornassem patrimônio do Estado a modo que pudessem ser definidos e, assim, usufruídos pelo SPI. O posto indígena cada vez mais se encontrava cercado por núcleos coloniais, onde cada vez menos era tolerada a presença de indígenas “visitantes”. Esses, que em um período anterior perderam grandes porções de seu território tradicional pelas ocupações desenfreadas, estavam sofrendo uma redundância depois de aldeados.

---

<sup>184</sup> Idem. Mês de março, 1920.

No trecho do documento a seguir, vê-se a intenção do SPI em legalizar uma propriedade para os indígenas e conseguir firmar um acordo com a companhia colonizadora:

Acontece porem que tem actualmente o referido Posto dentro da area pertencente à citada Companhia, no angulo entre a margem esquerda do Plate na sua confluencia com o rio Hercilio e margem esquerda deste, em terreno fronteiro a este, na margem direita e na mesma margem em areas fronteiras aos limites das culturas do Posto, a N.O. do mesmo, areas preparadas pelo nosso Serviço que calculo em 37.043 metros quadrados, dos quase 4.876 metros quadrados em pastagem, achando-se compreendidos nessa area diversas cercas, um estabulo toscos, mangueira para animaes e os ranchos dos indios botocudos; sendo que nessas pastagens, as unicas de que o Posto ali pode dispôr, e que se mantem a criação dos mesmos e onde se conserva o gado que deve ser abatido para a alimentação dos indios. Nessas condições penso indispensavel que esta Inspectoria procure entrar em algum accordo com a Directoria da referida Companhia Hanseatica no sentido de ser essa area já beneficiada pelo Serviço e que o mesmo tem installações e pastagens de que necessita, cedida ao mesmo, por compra; ou quando tal não seja possivel pela exorbitancia do preço pedido, então desapropriada por utilidade publica, mediante indemnisação por parte do Serviço; que, dada a pequena extenção de tal area, não importará em quantia consideravel.<sup>185</sup>

Não obstante, não eram só desgraças que pairavam no cotidiano do Posto Plate. O major Alípio Bandeira, grande conhecedor da causa indígena e dos trabalhos do SPI, visto que foi um de seus fundadores, visitou a localidade no mês de abril. Sendo bem recebido pelos indígenas, pois muito conheciam seus feitos, recebeu por parte dos mesmos, vários pedidos de roupas quentes e cobertores, dos quais tinham falta, para melhor suportarem o frio que estava próximo. Os Botocudo, assim como os indígenas em geral que entraram em contato com os brancos, não possuíam resistência às doenças, das quais a gripe foi a que mais produziu vítimas de acordo com os registros estudados.<sup>186</sup>

Bandeira, antes de sua despedida confirmou mais de uma vez que cumpriria, dentro de suas possibilidades, todas as promessas feitas aos indígenas, e deixou clara também a ótima impressão que teve do Posto. Comprometeu-se em reportar à diretoria central todas as dificuldades que vivenciava o Posto Plate, entre outros, os trabalhos incompletos por falta de materiais adequados. Em menos de um mês, os utensílios e roupas prometidas pelo major Bandeira foram entregues pelo primeiro oficial da diretoria do Serviço, Humberto de Oliveira:

<sup>185</sup> PAULA, J. **Carta a Eduardo Hoerhann**. 1920.

<sup>186</sup> Cf. HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de março. 1920.

Veio ter novamente á Santa Catharina, depois de transcorridos tantos annos, trazendo grande quantidade de roupas e cobertores, que o Srn. Major Alipio Bandeira, verdadeiro e dedicado amigo dos indios, cumprindo tão promptamente as suas promessas, conseguira, obter para os indios deste Posto.

Permaneceu no Posto, até os primeiros dias deste mez, e grande foi a sua satisfação em vendo, pela primeira vez os indios que com tanto ardor quisera converter em amigos. Examinou depois, com mais vivo interesse todas as dependencias, plantações e colheitas, com prazer notou a progresso alcançado em um lapso de tempo relativamente curto conhecendo as difficuldades e obstaculos vencidos, cuja monta tão bem sabia avaliar de propria experiencia.<sup>187</sup>

A diminuição do número de óbitos no Posto devido a uma epidemia de gripe, foi notada em poucos meses após a visita de Bandeira, devido aos cobertores e roupas recebidos. Agradecidos e sabendo da condição de militar do major Bandeira, considerados por pelos Botocudo como um guerreiro, “em homenagem a este facto, exhibiram entusiasticamente toda sua habilidade em o manejo do arco e flecha.”<sup>188</sup>

Um pequeno esforço movido pelo interesse e pela boa vontade de poucos fazia enorme diferença para os indígenas quase desamparados pelo Estado que promoveu o seu encontro em 1914. Alípio Bandeira, ex-aluno de Benjamin Constant um dos maiores divulgadores do positivismo no Brasil, conseguiu pôr em prática um pouco de seu humanismo adquirido na Escola Militar do Rio de Janeiro:

Como já fôra dito ao Srn. Humberto de Oliveira, a remessa de roupas e de cobertores, não podia ter sido feita em occasião mais propicia.

Não só os indios doentes, em primeiro lugar, como tambem todos os outros, poderão se protejer convenientemente contra os rigores do frio.

Contribuirá isto mui poderosamente, para que os doentes se restabeleçam e que os demais não se esponham ao resfriamento e consequentemente não sejam atacados de grippe.

A expectativa deprimente e a situação precaria dos indios, ficaram melhoradas pelo modo mais efficaz possivel.

Pedimos-vos portanto Srn. Doutor Inspector, que vós vos digneis transmittir á Dignissima Directoria e especialmente ao grande amigo do Posto, o illustre Snr. Major Alípio Bandeira, os nossos effusivos e mais sinceros agradecimentos em nome dos indios botocudos deste Posto.<sup>189</sup>

Alípio Bandeira não só promoveu a sua caridade no Posto Plate, como também nacionalizou seu nome ao mudá-lo para Posto Indígena Duque de Caxias, pois o patrono do Exército Brasileiro era conhecido, antes de tudo, como pacificador. Hoerhann acolheu de

---

<sup>187</sup> Ibidem.

<sup>188</sup> Ibidem. Mês de abril. 1920.

<sup>189</sup> Ibidem.

bom grado esta decisão, talvez por ele ser bisneto, pelo lado materno de Luís Alves de Lima e Silva:

Pedimos, pois, Srn. Doutor Inspector, vos digneis transmittir á D.D.Directoria do nosso Serviço, os mais sinceros e cordeaes agradecimentos do Encarregado do Posto Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, para o qual o nome do glorioso e inolvidavel Duque de Caxias, significa uma tão elevada e honrosa distincção, que sempre servirá, com todo o ardor, pela patriotica causa que esposou.<sup>190</sup>

Ações como a do major Bandeira, eram um dos poucos estímulos para se manter a ideologia de integração dos indígenas à sociedade urbana, promovida pelo governo federal, pois qualquer pedido feito à diretoria central levava meses para ser atendido, isso, na melhor das hipóteses. Em agosto há novamente a solicitação de um extintor para matar formigas, a qual já havia sido feita no final do ano anterior. A saúva era uma das piores pragas por causa de seu potencial de destruição às colheitas, e a cada ano notava-se o crescimento populacional do artrópode. O meio para diminuir a proliferação era rudimentar, consistia em matá-las com água fervida e através da queima dos formigueiros. Métodos ineficazes, pois os formigueiros considerados extintos em pouco tempo se restabeleciam.<sup>191</sup>

Outro problema enfrentado pelo posto indígena, era a falta de pessoal especializado e disposto para trabalhar entre os indígenas, longe dos centros urbanos, receber pouco e sofrer com o freqüente atraso salarial:

Já de annos para cá, como vos foi communicado Snr. Doutor Inspector, lucha o Posto com a falta de trabalhadores. Falta esta cada vez mais accentuada, e que vem aggravando de dia para dia a situação. Só com os maiores sacrificios tem o Posto conseguido manter uma turma regular em acceitando simplesmente qualquer individuo que se presente. Nada mais claro, que, o operario que se submete á uma diaria inferior á que poderia receber em qualquer outro affazer, ainda esperando pelo seu dinheiro e vivendo afastado dos povoados, vae para o Posto, expor-se ao convivio de indios, visando única e exclusivamente, o ócio.

É evidente que pessoal desta ordem, não só é completamente inaproveitavel como até directamente prejudicial em todos os sentidos. Não obstante todas estas circunstancias, tornou-se ainda imprescindivel neste mez, elevar a diaria destes mesmos operarios, á Reis 3\$000, pois que, do contrario, o Posto teria ficado sem um unico trabalhador.<sup>192</sup>

<sup>190</sup> HOERHANN, E. **Carta à Diretoria do SPI no Rio de Janeiro**, 1920.

<sup>191</sup> Cf. Idem. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de agosto. 1920.

<sup>192</sup> Ibidem. Mês de outubro. 1920.

Podemos notar que os baixos salários eram desestimulantes para o ingresso de novos trabalhadores no Posto, assim como também era desestimulante a distância dos centros urbanos e principalmente, o convívio com indígenas. Hoerhann compreendia que essa não era uma tarefa para pessoas comuns, e via-se obrigado a aceitar dentro do Posto trabalhadores excluídos de outros empregos, devido à vadiagem e indisciplina. O encarregado sabia que muitos consideravam o trabalho do SPI na região como algo que deveria se remunerava muito bem, afinal, conviver com os Botocudo, era de fato uma tarefa inusitada. A maioria daqueles que buscavam trabalho possuía preconceitos em trabalhar com os indígenas.

Em 1921, na mesma missiva citada, Hoerhann descreveu a decadente situação do Posto que há muitos anos estava sem auxílio governamental. Devido a isso, o Posto enfrentava grandes dificuldades financeiras e aproveitou para implorar à sede principal do SPI no Rio de Janeiro, por materiais, ferramentas, tratores, medicamentos, vestuário, etc. Sua meta desde 1917, era cultivar arroz no local, o preço era caro demais. O cereal era muito apreciado pelos indígenas, indispensável na mesa dos funcionários, e seria de grande economia se houvesse a possibilidade de cultivá-lo no Posto. No entanto devido à necessidade da aquisição de tratores e outros materiais, não foi possível produzir esta cultura, pois necessitaria mobilizar todo o pessoal disponível para preparar os terrenos nas atividades de drenagem e nivelamento.<sup>193</sup>

Outra situação absurda era a falta de um moinho a qual impossibilitava a produção necessária de fubá no Posto. Para o consumo interno, era preciso ao menos produzir nove sacos de fubá por semana e não havia condições para a compra do produto nas fazendas próximas. O moinho mais próximo localizava-se no Ribeirão do Kreutz, a trinta e três quilômetros do posto indígena, ou seja, a ida e a volta levavam dois dias de viagem, sendo que dez horas eram feitas de canoa, passando por corredeiras e rochedos do rio, e quatro horas de carroça. Três sacos de milho eram conduzidos de cada vez e fazia-se este trajeto três vezes por semana. Era necessária também, a mobilização de dois canoeiros contratados para essa atividade. Tudo isso poderia ser evitado com a implantação de um simples

---

<sup>193</sup> Cf. HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.



moinho, não muito caro, que promoveria uma grande economia para o SPI. Esses são exemplos resumidos das quinze páginas dos pedidos de Hoerhann para manter o funcionamento do Posto Indígena Duque de Caixas.

No trecho seguinte o encarregado deixou registrada sua desilusão ao perceber que a tarefa assumida não teria o êxito esperado, se o problema da ausência de verbas não fosse imediatamente resolvido:

A situação destes índios actualmente, pode ser nitidamente resumida em poucas palavras: impossível é que se continue exigindo dos botocudos se abstenham da pratica de assaltos aos civilizados, para saciarem a sua fome e conseguir roupa para o frio, negando-lhes não só todos os recursos para suppril-os com o que mais necessitam como ainda alem disso, querel-os obrigar a um trabalho do qual ainda não têm ainda completa compreensão por estar inteiramente, fóra dos seus hábitos.<sup>194</sup>

Hoerhann sempre esteve ciente, desde o seu engajamento no SPI, das dificuldades as quais iriam enfrentar. Sabia também que hábitos não se modificam de um dia para outro e, portanto, deixava claro em seus relatórios sua insatisfação pela demora em atingir sua meta. Por outro lado, culpava indiretamente o governo pela trivial falta de apoio, pois estava convicto que com mais verbas à sua disposição, poderia completar seu trabalho em um tempo reduzido. Hoerhann temia constantemente perder parte de sua tarefa alcançada, ao considerar que nesta época, ainda acreditava-se piamente, que a integração era o melhor caminho para se evitar a extinção dos Botocudo. Um trabalho penoso para os reais idealistas do SPI e, principalmente, para os indígenas, pois como Hoerhann observou, a nova realidade estava inteiramente fora de seus hábitos tradicionais.

Um incidente ocorrido em março quase gerou uma chacina entre duas famílias de Botocudo, se não fosse a intervenção do encarregado. Com a falta de ranchos para comportar todos os indígenas, diversos grupos acamparam na orla do mato, próximos às pastagens do Posto. Um guerreiro atirou uma flecha para o alto e ela ficou presa no galho de uma enorme figueira. O guerreiro resolveu derrubar a árvore, que estava a uma pequena distância de uma das famílias acampadas, para reaver a sua arma. Equivocadamente, cortou o grosso tronco em ângulo contrário, permitindo que a árvore caísse com seus pesados

---

<sup>194</sup> Ibidem.

galhos sobre várias pessoas. Apenas um jovem, Cuitá, foi atingido com gravidade. Cuitá perdeu os sentidos e teve o crânio fraturado em dois lugares, além de numerosas escoriações. Ele foi transportado para o Posto, sem muita esperança para a reversão do quadro. Frente a isso o irmão de Cuitá tentou matar Córi, o descuidado lenhador. As famílias de Cuitá e Córi, que há tempos não nutriam simpatia entre si, entraram em conflito dispostas a entrar em um conflito sangrento. O encarregado conseguiu fazer com que as famílias mudassem de idéia, convencendo-as a perceber a imensa desgraça que acometeriam. Hoerhann separou-as para a execução das tarefas cotidianas do Posto. Com a recuperação de Cuitá, no mês seguinte, as arestas entre os dois grupos cessaram, mas, por precaução elas foram mantidas trabalhando separadas uma da outra por mais de trinta dias.<sup>195</sup> Esse é mais um exemplo de que, apesar de ter se passado sete anos desde o primeiro contato pacífico com os Botocudo, a promoção da paz era constantemente requisitada: indígenas em atrito com regionais, com trabalhadores do SPI e com seu próprio povo.

#### 4.2. Anos melhores

Em meados de dezembro de 1921, Hoerhann partiu, junto de dois guerreiros Botocudo, para a capital do Estado de Santa Catarina, onde houve uma conferência com o governador a fim de resolver a questão das terras e da falta de apoio governamental. Lá foram expostos todos os problemas do Posto Indígena Duque de Caxias Mas o primeiro oficial da Diretoria do SPI, Humberto de Oliveira, declarou publicamente que ainda permanecia incapacitado, pois a encampação das terras de propriedade da Cia. Colonizadora Hanseática não estava definida. Contudo, afirmou que a demarcação definitiva das terras destinadas à criação da reserva indígena estava prevista para o ano de 1922.<sup>196</sup>

O governador Hercílio Luz sensibilizou-se com a exposição das infindáveis adversidades enfrentadas pelo Posto e prometeu pagar, dentro de trinta dias, todos os

---

<sup>195</sup> Cf. HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Meses de março e abril. 1921.

<sup>196</sup> Cf. *Ibidem*. Mês de dezembro. 1921.

auxílios atrasados, os quais somavam, na época, nove milhões de réis. O governador também abriu um crédito especial de três milhões de réis que foram pagos no ato ao encarregado, como auxílio para o corrente ano. Ademais, após ter reconhecido o importante trabalho realizado pelo SPI catarinense em prol do desenvolvimento das colônias, Hercílio Luz encarregou-se de promover um aumento de seis milhões de réis no auxílio anual prestado pelo Estado ao Serviço. No êxtase de tantas promessas, Hercílio Luz ainda encontrou tempo para admirar os indígenas presentes na ocasião:

S. Exa. mostrou o mais vivo interesse pelos indios botocudos que o encarregado consigo tinha trazido, julgando-os os typos de indios mais bellos e fortes que até ahi tinha visto. Mandou fornecer a ambos, por conta do Estado, roupas, ferramentas e outros brindes. Por ocasião da despedida foi o encarregado abraçado e felicitado cordealmente pelo Sr. Governador, que declarou que poderia voltar para o seu Posto, levando toda a certeza de informar-se-ia, d'ora em diante, com maior interesse, da continuação regular de todos seus serviços, serviços estes que auxiliaria sempre com todo seu apoio.<sup>197</sup>

Não há, no relatório de 1922, qualquer informação a respeito do cumprimento das promessas feitas pelo político. Não chegou o dinheiro esperado, nem ao menos o veneno para exterminar formigas, pois o procedimento para isto ainda permaneceu o mesmo durante todo o ano. Em compensação foi o período mais tranquilo desde então, no sentido da realização das tarefas rotineiras por parte do Botocudo no Posto e pela ausência de hostilidades entre os dois lados: funcionários e indígenas.

No mês de junho foi construída uma grande moradia definitiva para os indígenas: “mostravam sempre o mais franco entusiasmo e foram este mez, deveras incansaveis no serviço muito penoso da extração de tabatinga; serviço este aliaz, compassado e monotono que não coadunava com a índole d'elles.”<sup>198</sup> Assim, os indígenas não mais precisariam queimar seus ranchos, pois seriam mais resistentes. Uma prática comum de sua cultura a qual agora estava sofrendo uma pequena modificação.

Não diferente, a maior parte do ano de 1923 pode ser considerada serena em relação aos anos anteriores a 1922, embora no relatório anual faltem os meses de janeiro, setembro,

---

<sup>197</sup> Ibidem.

<sup>198</sup> Ibidem. Mês de junho. 1922.

outubro e novembro. Mas ao verificarmos a ausência de registros de quaisquer alterações na rotina do Posto, pelo contexto anual, pôde-se especular a serenidade<sup>199</sup>, assim como também podemos sugerir que nenhum acordo com a companhia colonizadora foi definido e nem a chegada da ajuda anual orçamentária, sob a responsabilidade do governo estadual. Como pôde observar o editor do jornal *Der Urwaldsbot*, Eugen Fouquet, ao deixar registrado seu parecer acerca dos trabalhos prestados pelo SPI e a miséria vivenciada:

O que o Sr. Hoerhann conseguiu, não apenas beneficiou os índios, mas também aos colonos que desde então trabalham despreocupados, vivendo em paz. Se os Botocudos, que viviam em pé de guerra, não tivessem sido pacificados, a colonização do alto Itajaí não teria progredido tanto nos últimos dez anos.

Mas agora, o serviço ao índio está enfrentando um período crítico por culpa do governo, que não lhe repassa as verbas necessárias. Há muito tempo os pagamentos estão sendo feitos de forma irregular e às vezes nem chegam, e isto está resultando numa grande desordem. Para o sustento da estação, o governo federal concedeu uma verba de cinco Contos e o governo estadual um complemento de três Contos anuais. A soma não é muito alta considerando a desvalorização da moeda. Apenas serve para o mais urgente, como o modesto salário do dirigente da estação, os salários dos empregados, que são em média doze, o abastecimento de mantimentos, vestimentas e utensílios para os índios que somam trezentas pessoas, e o que é necessário para a conservação do empreendimento<sup>200</sup>.

Como foi comentado no segundo capítulo deste trabalho, o SPI em nível nacional sofreu com a redução das verbas necessárias entre os anos de 1915 a 1924, quando o pagamento das dívidas internas foi efetuado. E é isso que iremos conferir com a análise do relatório de 1924 no parágrafo seguinte.

Chegou de fato o terceiro ano no qual os Botocudo “compreenderam” a necessidade de cooperar no trabalho para seu auto-sustento e melhor convivência em grupo. Exceto alguns nos quais precisavam coletar a sua essencial semente dos pinheirais, não há ocorrências significantes sobre a resistência em não trabalhar. Eles participaram assiduamente, no ano de 1924, das construções de grandes celeiros cuja matéria-prima, são as palmas para a confecção dos telhados, encontradas a oito quilômetros de distância e mato adentro. O encarregado do Posto reconheceu o valor deste auxílio prestado e registrou que sem eles a árdua tarefa não se finalizaria. Uma estratégia usada para manter os

---

<sup>199</sup> Cf. Idem. Ano de 1923.

<sup>200</sup> FOUQUET, E. A decadência da prestação do serviço ao Índio em Blumenau. Tradução de Annemarie Fouquet Schünke Publicado originalmente no jornal *Der Urwaldsbote* 28 jul. 1923. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau.. Tomo XL, Abril/1999. n. 4. p.9.

Botocudo no trabalho registrada no relatório, era a promessa de que, em breve, fabricariam melado, uma vez que havia freqüentes reclamações por parte dos guerreiros Botocudo de que suas mulheres e prole desejavam comer doçuras. A promessa era cumprida, pois todo o melado produzido no Posto era distribuído para os indígenas. Era o único produto que não era comercializado, em virtude dos indígenas consumirem o melado e o açúcar mascavo de forma compulsiva. Neste ano de 1924,, outro ponto favorável para a assídua ajuda dos Botocudo no ofício, foi a escassez de pinhões nos planaltos, impedindo a ausência no Posto, de um contingente considerável. Entretanto, as desagradáveis ocorrências limitaram-se nos estados sanitários dos funcionários do SPI e dos indígenas, entre estes últimos às moléstias mais comuns são geofagia, malária, conjuntivite e a gripe:

os índios que foram tão violentamente atacados pela irrupção inesperada da gripe, no mez proximo passado, graças aos incessantes desvelos e energica medicação, restabeleceram-se na sua quase totalidade. Não se pôde, porem, apesar de todas as medidas empregadas, e do mais rigoroso isolamento, evitar que além destes, ainda outros índios fossem contagiados pela mesma molestia, que lhes é tão traiçoeira e que já tantas victimas colheu entre as gentes de sua tribu. No correr deste mez, foram tratados e medicados trinta e seis doentes, dos quaes alguns em estado bem grave.<sup>201</sup>

Quando os indígenas estavam saudáveis, muitas vezes não existia a paciência por parte dos Botocudo em aguardar o total amadurecimento das canas, como já foi relatado nesta pesquisa. O problema maior era que eles arrancavam a haste da cana com a raiz, impossibilitando o reaproveitamento dos brotos. Hoerhann conta que, apesar das constantes recomendações, os indígenas alegavam que ele não poderia culpá-los uma vez que Hoerhann não presenciou o flagrante desta atitude. Hoerhann tentava explicar, que a cana-de-açúcar não possuía a finalidade para ser chupada, deveria ser utilizada apenas, para a confecção de melado e açúcar mascavo. Outro argumento dos Botocudo em favor da depredação das plantações de cana, é de que a maior parte da produção, amiúde se perdia por causa das fortes geadas Então para os indígenas, não havia sentido na proibição de degustar a cana em sua forma natural. Nesse ponto o encarregado não deixa de lhes dar razão e justifica:

Referem-se os índios aos grandes prejuizos que de facto houve durante mais de dois annos, em que não foi possivel fabricar assucar nem melado, por faltar ao Posto uma caldeira de cobre apropriada. E

---

<sup>201</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de junho. 1924.

assim foi que os botocudos se acostumaram a saquear os canaviais, saque este que tem aumentado espantosamente. Com a insaciabilidade que lhes é peculiar, tanto homens, como mulheres e menores, não só para chupar a canna na ocasião, como também para leval-a escondida, no dia seguinte, para outros indios no matto ou para chupal-a durante o dia, nas roças, interrompendo com isto o trabalho.<sup>202</sup>

A falta de pequenos utensílios para a realização dos mais simples afazeres era suficiente para os líderes do SPI perdessem na argumentação, para se evitar um caso desagradável como este exemplificado na nota anterior. Muitas coisas que se pretendia realizar não eram concretizadas, simplesmente, como se pode notar, porque a maioria das promessas feitas pelo governo, no calor da emoção, não eram cumpridas. Fazendo com que o SPI se auto-sustentasse de maneira precária e utilizasse argumentos pouco convincentes para os indígenas, a fim de mantê-los trabalhando. Nunca existiu um milagre para manter a persuasão – tática-chave da ideologia do SPI – mantenedora da disciplina e da compreensão. Os indígenas trabalhavam demasiadamente para o próprio sustento e o de suas famílias, mas, provavelmente, não consideravam o modo de vida imposto, muito superior ao tradicional, pois as únicas vantagens eram a ausência da fome e da arriscada vida no meio da selva, cercada por povoados em desenvolvimento. Na cultura original dos Botocudo, não existia a vadiagem, como o próprio Hoerhann observou, eles trabalhavam quando precisavam e descansavam após o encerramento de suas atividades dentro da comunidade.

O SPI, como entidade em nível nacional, não possuía o poder de sensibilizar o governo – para garantir o mínimo de verbas para sua sobrevivência – apesar de seu trabalho ser reconhecido por alguns governantes contemporâneos a ele. Um exemplo disso, é o pronunciamento feito pelo deputado Basílio de Magalhães na Câmara em 1924, a respeito dos Botocudo instalados em Santa Catarina e das distorções de informações promovidas pela imprensa:

Que os botocudos de Santa Catharina foram e estão pacificados, graças ao benemerito joven que traz nas veias o sangue de Caxias e que lá dirige o Posto do Serviço de Proteção – não fui eu só quem o afirmou: foi tambem o digno representante daquelle Estado Sr. Adolpho Konder  
A noticia dada pelo *Jornal de Joinville* e reproduzida em Curityba pelo *Diario da Tarde* de julho ultimo não é verdadeira. Não foram os Botocudo que se revoltaram em meados deste anno, no

---

<sup>202</sup> Ibidem. Mês de agosto, 1924.

município de Blumenau: - foram trabalhadores nacionaes, que por motivo de atrazo no recebimento de seus salarios (imagine-se um atrazo de seis mezes para os pobres jornaleiros, neste tempo de carestia!), se amotinaram irreflectidamente e atacaram o allemão Straube, funcionario do Serviço de Protecção. A isso que se reduz o tão explorado e tão macaqueado “levante de indios botocudos” em Santa Catharina.

Mas (coisa curiosa!) emquanto brasileiros detrahem o Serviço de Protecção e não teem uma palavra de louvor para o joven e intrepido heróe da conquista das mattas de Santa Catharina – tecem-lhes rasgados elogios aos estrangeiros esclarecidos que habitam e mourejam naquella região. Além de um artigo inserto no *Deutsche Zeitung Der Kompas*, de Cutityba, em 22 de Abril de 1916, e *Der Urwaldsbote*, de Blumenau, em 7 de Novembro de 1922 e em números anteriores, referiram aos episodios de pacificação com effusivos aplausos a Eduardo de Lima e Silva. Do Sr. José Deeke, director da colonia “Hansa” e autor do livro *Das Munizip Blumenau und seine Entuicklingeschhe*, existe um relatorio publicado no corrente anno com o titulo *Die Botokuden am Rio-Plate* que é a mais completa e veridica narração feita por penna alienigena, da redução dos indios catharinenses. A Eduardo de Lima e Silva dedicou D. Emma Deek, esposa do Sr. José Deeke, bellissima poesia em allemão,<sup>203</sup> sob a epigraphe *Katanghara*, publicada há pouco em um almanack de Blumenau.<sup>204</sup>

O ano de 1925 chegou sem a definição governamental à demarcação da área indígena, completando pelo menos seis anos desde a primeira esperança desse caso insolúvel. Cada vez mais, o Posto se via cercado de núcleos coloniais e os indígenas sequer podiam “dar um passo” que já estavam “invadindo” as grandes porções de terras das companhias colonizadoras. Mesmo com a pacificação, prestes a completar onze anos, ainda era impossível evitar que os Botocudo visitassem seus antigos territórios tradicionais:

Como já vos comuniquei, Sr. Dr. Inspector, por telegramma, fui informado pelo director da Companhia Colonisadora Hanseatica, de que os indios botocudos, em meizados deste mez, tinham apparecido varias vezes, nos pinheiraeas do Alto Rio Krauel, molestando com suas visitas, os novos colonos allemães alli localizados. Tomei immediatamente todas as providencias ao meu alcance, a fim de que se não repetissem taes visitas importunas, e para que cessasse este intoleravel estado de cousas, que facilmente poderá gerar as mais indesejaveis e graves consequencias. Prendendo-se estas occurrencias, intimamente á velha e sempre protelada questão de terras para os indios, cuja urgente solução é de vital interesse para todo o Serviço aqui, julgo de meu dever, enviar-vos, Sr. Dr. Inspector, em separado, um memorial, relatando todos os pormenores, em que transcreverei, para melhor e mais exacta orientação vossa, as reclamações escriptas por mim recebidas, bem como prestar-vos-ei contas das medidas por mim tomadas, unicas possiveis e adequadas, afim de dirimir, se bem que provisoriamente, tão calamitosa emergencia.<sup>205</sup>

A situação dos indígenas começa a se agravar devido a falta de territórios para suas incursões. Como foi relatado anteriormente, os Botocudo possuíam poucas terras para circularem livremente. Ademais, o que não dispunham no Posto, iam buscar nas fazendas particulares e assim, não eram bem recebidos pelos colonos locais, que logo tomavam

<sup>203</sup> Ver anexo nº 6.

<sup>204</sup> MAGALHÃES, B. (discursos pronunciados na Câmara). **Em defesa do indio e das fazendas nacionaes**. 1924.

<sup>205</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Protecção aos Índios**. Mês de março. 1925.

providências reclamando a situação com Hoerhann. Eduardo Hoerhann aproveita o momento na citação acima, para implorar por uma resolução rápida e eficiente para a questão das terras ainda não demarcadas para os indígenas.

Em abril, repetiram-se as incursões para os pinheirais do alto do rio Krauel e começaram a indisposição dos Botocudo para trabalhar. Auxiliaram somente no corte de cana-de-açúcar, pois, conforme já explicado, essa colheita era o indicativo para a produção de melado e açúcar mascavo. Mesmo assim, um grupo de Botocudo permaneceu ausente por quase todo o mês, investindo nas visitas aos novos colonos regionais, para fazerem inúmeros pedidos. Hoerhann conseguiu fazer com que o grupo retornasse ao Posto a fim de se evitar a repetição das visitas, mas:

Evidentemente, porem, não pode o Encarregado garantir, que d'ora avante, não mais se verifiquem esses desagradáveis attritos entre colonos e botocudos, pois, a tal absurdo chegamos, que o indio não pode ultrapassar o perimetro do Posto, por um passo sequer, sem invadir lotes de colonos estrangeiros.

Fica, portanto, mais uma vez patente, do mais flagrante modo, o quanto é imprescindível e urgente, a demarcação definitiva de terras devidamente amplas, para os indios, como aliás sabeis perfeitamente, Sr. Dr. Inspector, que durante tantos annos esgotastes todas as medidas, no sentido de obter para esta sediga questão, uma solução urgente e favoravel.<sup>206</sup>

E, para finalizar o relatório do mês, Hoerhann concentrou sua reclamação no comportamento de algumas mulheres Botocudo, as quais não estavam mais interessadas em se manterem sob a ordem estabelecida no Posto:

Tambem quanto aos indios, assim chamados “internos”, nada há que dizer de favoravel, principalmente das mulheres. Com excepção de uma única, as outras, casadas no Posto há tres annos, talvez instigadas pelos eternos rebeldes e descontentes, e insubmissos recalcitrantes, entenderam de dar largas ao seu insopitavel pendor para a preguiça, abandonando seus maridos e seguindo furtivamente, com os outros, para os pinheirais. Os maridos, por ordem do Encarregado, foram ao encalço de suas mulheres, trazendo-as immediatamente, de volta para o Posto. Desde este tempo, negam-se com invencivel obstinação, a fazer qualquer trabalho, por minimo que seja, mesmo o serviço de casa e cosinha, que faziam regular e quotidianamente.<sup>207</sup>

O ano 1925 marcou do recomeço da insatisfação por parte de alguns grupos de Botocudo. De janeiro a julho estão registradas nos relatórios, diversas formas que os

---

<sup>206</sup> Ibidem. Mês de abril. 1925.

<sup>207</sup> Ibidem.



indígenas encontravam para se esquivar dos afazeres. A forma mais eficiente para manter distância do Posto Duque de Caxias eram as inconstantes e incontroláveis incursões aos pinheirais. Hoerhann registra que arranjavam as mais variadas justificativas para não se ocuparem com o penoso labor do dia-a-dia: fingiam estar doentes, ou cuidar dos enfermos, diziam que precisavam fazer o preparativo de sua grande festa – não acontecida há muitos anos – entre inúmeras desculpas. Outra constância, além dos saques às plantações, era o abatimento desnecessário de animais criados no Posto. O caso da morte da melhor novilha, foi atribuída ao indígena Vaipônema, que esquartejou o animal, levou sua carne para o mato, mas quando escondeu seus ossos à beira do rio, esqueceu-se de um cesto que lhe pertencia: “Não obstante ter ficado claramente provado, ter sido elle o auctor desta má acção, e fallar-lhe o Encarregado com toda calma e brandura, negou-a insolente e teimosamente, afirmando obstinadamente ter sido o.....’tigre’.”<sup>208</sup>

Quando pacificação recém completou onze anos, aconteceu um episódio entre os indígenas e os funcionários do SPI que poderia ter finalizado de vez a atuação prestada pelo órgão nesta localidade. Com a chegada de diversos e grandes grupos de Botocudo ao Posto, somados em duzentos e seis indivíduos, ficavam cientes que nenhum funcionário poderia lhes impedir de fazer o que quisessem. Quando se reuniam em grande contingente, paravam imediatamente todas as suas atividades e impediam que elas fossem realizadas por outrem. Um grande grupo subtraiu vários objetos dos operários do SPI, mas que foram logo recuperados dentro do acampamento indígena. Os guerreiros alertados da recuperação mobilizaram-se e foram atrás daqueles que a promoveram não perdendo tempo em ameaçar de morte os responsáveis. Incansavelmente, os guerreiros afirmavam que os funcionários só estavam com vida, devido a sua generosidade e piedade em não querer matar todos os residentes “civilizados.” A revolta durou apenas alguns dias, até quando os espíritos dos indígenas se desinflamaram. O encarregado não conseguiu obter respostas que justificassem o comportamento subversivo dos Botocudo.<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> Ibidem. Mês de agosto. 1925.

<sup>209</sup> Cf. Ibidem. Mês de setembro. 1925.

Também está presente no relatório do mês de agosto de 1925, o primeiro caso de homicídio culposo ocorrido no Posto: uma criança foi morta por asfixia promovida pela própria tia. A criança de dez anos chamada de Zãgnpópên, estava sob o cuidado de sua tia, Cángregñ, em virtude do falecimento de sua mãe vitimada pela gripe. O menino foi flagrado comendo barro, como era comum entre as crianças Botocado, e, irritada, Cángregñ resolveu cessar definitivamente este seu hábito, sufocando-a com grandes quantidades de barro. Outras mulheres tentaram salvar Zãgnpópên, mas não conseguiram retirar, em tempo, o barro da sua garganta. Perplexos com o fato, todos os indivíduos da comunidade Botocado cortaram relações com Cángregñ, que era mãe de oito filhos.<sup>210</sup>

#### **4.3. A criação da Reserva Indígena Duque de Caxias**

O ano de 1926 começa com a visita do deputado Adolfo Konder<sup>211</sup> e sua comitiva ao Posto Indígena Duque de Caxias, no início do mês de março. Quando chegaram ao local, foram recebidos por guerreiros que os cercaram, armados de flechas e tacapes. O guerreiro mais idoso quebrou uma flecha de guerra (ponta de metal) e uma de caça (ponta de madeira) em um gesto simbólico que significa: “Fazemos a paz contigo, submetemo-nos ao teu poder”. Em seguida, a comitiva partiu para a sede do posto ao encontro de Eduardo Hoerhann, para firmar o recebimento de mais vinte mil hectares destinados aos indígenas.

Na gravura seguinte, o deputado está no centro, sentado à mesa, no evento de três de março de 1926.

---

<sup>210</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>211</sup> Adolfo Konder tornou-se governador do Estado de Santa Catarina, em setembro de 1926.



**Fig. 9:** Visita de Adolfo Konder. (Acervo: Rafael Hoerhann).

Com essa visita o jornalista Ramos deu seu parecer:

O Posto “Duque de Caxias” é sem contestação, uma fazenda modelo, trabalho do selvicola, trabalho de um brasileiro illustre e abnegado, Eduardo de Lima e Silva que livrando os colonos das arremetidas selvagens dos botocudos, os aldeou no Plate, onde em menos de um decennio, demonstrou, praticamente, o que é tudo, a possibilidade da civilização do aborigene mais atrazado da selva brasileira. Mais atrazado sim, porque entre os tupys-guarany não existe tribu como a dos botocudos, cujo rudimentar modo de viver, chegou ao ponto de desconhecer a pesca, as IGARAS (canoas).<sup>212</sup>

Em relação aos indígenas, o jornalista os dividiu em dois grupos distintos: o dos moços trabalhistas e o dos velhos anti-trabalhistas. O primeiro era formado por um grupo de aproximadamente setenta rapazes na faixa etária de catorze a dezoito anos, criados e educados no aldeamento. Tal grupo fazia todos os trabalhos no Posto: roçadas, capinagens, plantios e outras ocupações da vida agrícola pastoril. Os integrantes usavam roupas somente dentro do Posto, abandonando-as quando seguiam para os acampamentos. O segundo grupo era formado por cerca de trezentos indivíduos. Esses indígenas não

<sup>212</sup> GUIMARÃES, O. Aldeamento “Duque de Caxias” Echos da visita do deputado Adolpho Konder. **A Cidade**. Blumenau, n. 26. 18, mar.1926. p. 1.

trabalhavam mais no Posto, não usavam roupas, permaneciam com os botoques, praticavam constantemente suas caçadas e estavam aldeados nas proximidades do Posto.<sup>213</sup>

O periódico **O Tempo** também fez uma reportagem a respeito da visita de Adolfo Konder, descrevendo sua penosa viagem até o Posto, a qual levava duas horas de canoa pelo rio. Na ocasião, após receber os agradecimentos do chefe do Posto pela visita, o deputado fez seu pronunciamento e assim foi registrado pela imprensa:

...sua exa. disse, que constata com satisfação os excellentes resultados obtidos pelo Serviço Federal, em Santa Catharina, resultados que são devidos quazi que exclusivamente á intelligencia e dedicação apostolar e ao superior patriotismo do sr. Eduardo Lima e Silva chefe desse serviço. O illustre orador prosseguiu dizendo que o sr. Lima e Silva fez uma obra altamente patriótica e profundamente humana, sendo sob muitos aspectos a sua acção evangelisadora comparavel a de Nobrega e Anchieta, apóstolos do gentio brasileiro. A seguir o dr. Konder condemnou as batidas feitas antigamente, as quaes qualificou de crime sem perdão, e que tanto depõem contra os nossos fóros de povo civilizado.<sup>214</sup>

Embora Adolfo Konder, com a melhor das intenções, tenha feito seu pronunciamento humanista e lisonjeiro aos trabalhos de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, citando-o como grandioso homem e patriota, foi um pouco além da razão cética, ao compará-lo com os missionários jesuítas. O que Hoerhann havia feito desde 1914, foi em função de sua ideologia em salvar e proteger os indígenas fisicamente e não os seus espíritos, como pregam os adeptos do cristianismo. O pacificador acreditava, na sua condição de missionário, mas não no sentido religioso de ajudar os indígenas através da catequese e da devoção em deus. A motivação de Hoerhann se baseava, sobretudo, na disciplina, na ordem e no trabalho. Ele realizava seus feitos pela força de vontade e crença no positivismo exaurido. Augusto Comte e o marechal Rondon eram os exemplos de personalidades que inspiravam Hoerhann, por isso ele não necessitou do auxílio nem da pregação de Jesus Cristo.

Em resposta aos calorosos elogios feitos na ocasião, Eduardo Hoerhann deixou sua opinião dos feitos até então realizados por aquela inspetoria, dirigindo-se ao general

---

<sup>213</sup> Cf. Ibidem.

<sup>214</sup> RAMOS, O. A excursão do dr. Adolpho Konder ao Rio do Sul. Visita ao aldeamento dos índios botocudos. **O Tempo**. Florianópolis: p. 1 7, Mar. 1926. p. 1.

Ptolomeu de Assis Brasil, presente no evento. A razão deste direcionamento de sua fala foi devido à primeira vez que um general visitou o posto e também porque foram os militares que criaram o SPI:

Não há duvida, Exmo. Senhor General, o que aqui vêdes, nada tem de grandioso.

Minha obra é, na verdade, modesta.

Mas, o facto de vossa presença hoje aqui, é um testemunho eloquente de que bem comprehendestes, com admiravel lucides, o grande alcance da mesma, para a colonisação e portanto para o progresso economico de toda esta vasta e uberrima região do Estado.

Nada mais fiz, portanto, do que cumprir um simples dever de todo cidadão brasileiro, pois, todos nós, temos o patriótico e nobilitante dever de contribuir, cada qual na medida de suas habilitações e forças, para o progresso deste nosso querido paiz.

Mas – não foi unicamente neste singelo sentimento de dever sagrado, que, há quase 17 annos atraz, me levou a fazer a pacificação destes indios.<sup>215</sup>

O Decreto n. 15 do dia três de abril de 1926 regulamentou quase cinco mil hectares para a utilização do SPI e dos indígenas. Agora o território estava protegido por lei e os indígenas teriam maior liberdade de mobilização. Aqui destacamos alguns artigos deste decreto (ver anexo n. 2):

Artigo Primeiro. Fica reservado para o usufructo dos indígenas aldeados no valle do Rio Plate, Districto de Hammonia, Municipio de Blumenau, o territorio comprehendido dentro do perimetro abaixo escripto:

Partindo do meio da medição das terras sob Nº 1701, na linha colonial do rio Itajahy-Hercilio, collocado no travessão dos lotes do rio Dollmann: pelo mesmo travessão até o marco de canto entre os lotes 1713 e 1714; pleo travessão dos fundos da linha colonial acima referida até o ultimo marco de canto do lote 1725...

Artigo Segundo. O Governo do Estado entrará opportunamente em accordo com os proprietarios cujas terras, porventura, ficarem encravadas dentro do perimetro descripto no Artigo anterior.

Artigo Terceiro. Nenhuma medição poderá ser effectuada no valle do Alto-Itajahy-Hercilio, antes de ser concluida definitivamente a medição e demarcação das terras a que se refere o presente Decreto.<sup>216</sup>

No relatório do mês de janeiro de 1927, está registrada a visita do engenheiro Alberto Knoepe, ao Posto Indígena Duque de Caxias, a fim de efetuar a demarcação das terras para os Botocudo. Mesmo com a legalização dessas terras, os trabalhos de medição, ora ou outra eram interrompidos por numerosos pretendentes dos terrenos, como assim podemos observar:

<sup>215</sup> HOERHANN, E. **Discurso pronunciado.** 3 mar. 1926. Posto Indígena Duque de Caxias.

<sup>216</sup> **Actos do Poder Executivo.** Mês de abril. 1926.

Acresce ainda que, esses mesmos açambarcadores insolente, cubiçosos de mais terras, foram, effectivamente, os mais tenazes perseguidores dos botocudos, ainda há bem poucos annos; temíveis “Bugreiros”, sujo inveterado ódio contra o aborigens persiste feroz e profundamente arraigado. Já de muito tempo tornava de absoluta necessidade fixar a divisa das terras deste Posto, afim de impedir continuassem avançando sobre o mesmo, os especuladores até o perímetro das plantações. Com a demarcação do grande território reservado aos índios deste Posto, ficará, ipso facto, traçada e aberta uma linha divisória, definitiva e legal, por todos conhecida, o que evitará a invasão da peor casta de intrusos, assegurando-nos tranqüilidade e acabando de vez com possíveis, inconvenientes e perigosíssimos attritos com os botocudos.<sup>217</sup>

Através dessa citação, podemos observar a ganância de alguns indivíduos para tentar adquirir as poucas terras restantes, as quais seriam destinadas aos Botocudo. Os gananciosos não aceitavam o fato de que boas porções de terrenos cultiváveis e valiosos teriam este fim. Hoerhann ficava indignado com tal comportamento, e buscava esforços para auxiliar o engenheiro nas medidas, visando o mínimo de interrupção possível, dos trabalhos do profissional.

Em fevereiro de 1927, Hoerhann fez uma observação a respeito das terras indígenas:

Desde a pacificação e localização nos valles dos rios Plate e Itajahy, os Botocudos, dentro das terras que lhes pertenciam desde tempos imemoriaes, não dispunham de terreno que não fosse de facto considerado “devoluto”, presa fácil, portanto, do primeiro explorador afouto ou ganancioso especulador que do mesmo se apossasse.

Na verdade, as terras ora demarcadas, já estavam perdidas para os índios deste Posto, pois que, não haviam surtido effeito as longas e trabalhosas diligencias por parte de vossa Inspectoria, visando obter do Governo Hercílio Luz, um território, com amplitude sufficiente que fosse definitivamente reservado aos índios Botocudos.

Não só deixou esse Governo de attender a todas as vossas démarches officiaes, com ainda – afim de despuoradamente favorecer um apaniguado político – cedeu ao mesmo todas as terras ainda “devolutas” ATÉ ÀS ROÇAS DO POSTO.<sup>218</sup>

Era praticamente impossível reverter a perda estabelecida das terras, no ano de 1925, pelo prefeito de Mafra Urbano Silva, em limitar a área indígena até onde houvesse plantações nos arredores do posto. Felizmente o Decreto Estadual nº 15 conseguiu anular a concessão citada pelo prefeito de Mafra:

Indubitavelmente foi este o segundo grande triumpho que o Serviço, depois da pacificação, conseguiu aqui no Estado, em prol da magna causa indígena.

Até esta data, a pacificação dos botocudos, de facto, estava por assim dizer “no ar”: o que fazer com os índios pacificados, si não havia lugar certo e definitivo no qual pudessem ser localizados!

<sup>217</sup> HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios.** Mês de janeiro. 1927.

<sup>218</sup> Ibidem. Mês de fevereiro. 1927.

Deprimente de vergonhosa situação á qual finalmente veio por termo, para sempre, o generoso e patriótico Decreto Estadual N. 15, -- que delimita uma área de nada menos de VINTE MIL a TRINTA MIL HECTARES – destinada aos índios botocudos.<sup>219</sup>

As demarcações para delimitar a área legalizada, prosseguiram durante todo o mês de fevereiro, sendo que os relatórios nada informam sobre a questão, nos meses seguintes. Estavam assim definidos, vinte a trinta mil hectares para os indígenas, que dependeriam das irregularidades geológicas e de porções de terras menos aproveitáveis.

A reserva demarcada é conhecida atualmente como Terra Indígena Ibirama e está dividida em sete aldeias: Palmerinha, Toldo, Bugio, Figueira. Com o tempo estas aldeias se desmembraram e criaram-se as aldeias Coqueiro e Sede. Essa última também se dividiu criando a aldeia Pavão. Em cada comunidade há um cacique que possui autonomia para decidir assuntos referentes à aldeia. Todos os caciques das comunidades estão subordinados ao cacique geral, que promove reuniões periódicas.<sup>220</sup>

A seguir, temos um mapa com o território tradicional dos Botocudo e a localização atual da Terra Indígena Ibirama.

---

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> Cf. VIEIRA, E. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Florianópolis/ SC: UFSC, 2004. Dissertação de Mestrado. p. 17.



**Fig. 10** - Território tradicional e Terra Indígena Ibirama – Adaptado do mapa disponível em: <[www.coladaweb.com](http://www.coladaweb.com)> Acesso em: 15 jan. 2005.

Passado quase um ano após a visita de Adolfo Konder ao Posto Indígena Duque de Caxias, a Sociedade Colonizadora Hanseática manifestou-se para não ter seus cofres prejudicados com esta decisão governamental (ver anexo n. 5):



A Sociedade, reconhecendo que a referida reserva constitui um dever sacro do governo para com os indígenas, consentiu na tomada de suas terras, esperando, porém que será indenizada razoavelmente. A indenização mais justa e mais conveniente para as duas partes seria, se fossem dados a esta Sociedade em recompensa terras devolutas, contiguas às terras que já possui. Verificou-se porém que em tais circunstâncias existe somente ainda um terreno devoluto, que, apesar de ter pouco mais ou menos o dobro da área cortada para a reserva, não vale nem a metade da mesma; pois a área anexada ao patrimônio dos Índios, estende-se quase em sua totalidade às margens do Rio Hercílio e sendo um sólo ótimo para a lavoura, fica situada bem perto e facilmente atingível pela colonização, ao passo que o terreno devoluto que poderia ser dado em troca, é muito montanhoso e, sendo o sólo pouco prestável à agricultura, fica muito retirado da zona já colonizada de maneira que para colonizá-lo torna-se necessário construir primeiro grande extensão de estrada, para chegar lá. A Sociedade porém se conformará de receber em troca o referido terreno, com condição porém, que esta recompensa seja realizada sem quaisquer onus para ella...<sup>221</sup>

A Sociedade Colonizadora não desejava ficar em desvantagem, pela perda de boas porções de terras, e por isso sugeriu convenientemente a indenização.<sup>222</sup> Porém, vale a pena salientar que o simples fato da Sociedade não ter criado empecilho para o estabelecimento da Reserva Indígena Duque de Caxias pode ser considerado como um grande acontecimento. Na verdade, há tempos os diretores da Sociedade almejavam o encerramento dos problemas gerados pela fricção interétnica entre colonos e indígenas. Uma vez os dirigentes impossibilitados de patrocinar o extermínio através da contratação dos serviços prestados pelos bugreiros, só havia a esperança de que o trabalho do SPI de confinar os indígenas e “civilizá-los” surtisse resultados positivos. Entretanto, com a redução do território onde os indígenas estavam aldeados, em virtude do avanço dos loteamentos destinados aos colonos, o problema das invasões estava recomeçando. Mas, com o acordo firmado entre o governo estadual e a Sociedade Colonizadora, uma nova era de incertezas para o SPI e os indígenas se estabeleceria.

---

<sup>221</sup> DEEKE, J. (diretor das colônias Hanseáticas). **Relatório da Sociedade Colonizadora Hanseática**, 1927.

<sup>222</sup> Em 1931 a indenização à Cia. Colonizadora ainda não havia sido realizada. Ver anexo nº 3.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a instalação dos portugueses no Brasil por volta da primeira metade do século XVI, foi preciso criar um regimento para que os súditos da Coroa pudessem se orientar no tratamento das novas terras localizadas e em relação aos seus habitantes. Os colonizadores não possuíam muitos exemplos para seguir, pois os povos nativos dessa terra estavam em um grau contrastante de cultura: aos olhos dos colonizadores, eles não possuíam rei, crença aos moldes do cristianismo e nem, ao menos, um código de leis para impor a moral, a ética e os padrões comportamentais. Para mudar esse quadro, em 1526, depois de algumas décadas de explorações, a Companhia de Jesus entrou em cena com o intuito de mostrar aos povos pagãos a direção do mundo “civilizado”, onde reinava o trabalho escravo, o comércio e as maravilhas da cristandade. Não muito convencidos disso, os indígenas que puderam evitar o contato forçado, refugiaram-se com suas comunidades para inóspitos locais, distantes dos colonizadores.

A Coroa portuguesa tencionava usar mão-de-obra barata, ou até mesmo escrava, para dar continuidade na busca de riquezas, enquanto que a Igreja percebeu nos indígenas uma infinidade de almas, as quais poderiam ser “salvas”. Não era sempre que se podia converter em novos cristãos pagadores de impostos milhares de indivíduos em um “estado de inocência”. Os interesses destas da Coroa e da Igreja muito se divergiram. Os colonizadores precisavam de escravos e não acreditavam na presença de almas dentro dos corpos destes povos “pagãos”. A Igreja indignada com tais afirmações conseguiu aumentar seu poder com o amparo da lei, no fim do século XVII. Os clérigos da Companhia de Jesus reuniram poderes religiosos, políticos e administrativos para a conversão e a manutenção dos indígenas. Era o apogeu da Cristandade com a divulgação das palavras do Senhor.

Em 1755 Marquês de Pombal pôs um fim no poderio dos jesuítas, expulsando-os das terras brasileiras, depois de dois séculos de atividades. Pombal tencionou dar igualdade aos direitos e deveres dos indígenas. Os indígenas deveriam, estar sob a tutela da Metrópole e não de uma instituição universal imune da legislação do Estado. Período em que muitas culturas indígenas se extinguíram, pois não havia autorização em divulgá-las ou perpetuá-

las. O interesse primordial de Pombal era a integração dos indígenas na sociedade, através da mestiçagem e da legitimação dos territórios ocupados, para, enfim, criar uma unidade nacional com hegemonia portuguesa. Esses ideais se concretizariam se o afastamento de Pombal, duas décadas após, não tivesse anulado o seu regimento, fazendo com que a escravidão e a violência voltassem a ser legalizadas e praticadas com veemência.

Novas tentativas de resolver o problema indígena foram feitas no século XIX sem, ao menos, surtirem resultados concretos, pois os antigos governantes imperiais não estavam dispostos a gastar energia e dinheiro com um problema que poderia ser ignorado até seu desaparecimento.

O SPI foi criado no início do século XX e pretendia expandir seus conceitos de “civilidade” entre as nações indígenas em território brasileiro. Acreditava-se, na época, que o mundo “civilizado,” nos centros urbanos ou no campo, era onde refletia a evolução do ser humano. No mundo “civilizado” não existia a selvageria anárquica, uma vez que estava garantido por um sistema político digno, com suas eficientes leis. O SPI Baseava sua filosofia no humanismo positivo, não havia nada mais patriótico e valoroso do que proteger os desamparados indígenas e nacionalizá-los. Os autênticos brasileiros não poderiam continuar vivendo nas selvas para serem caçados como animais, afirmavam os idealizadores da entidade.

Conforme foi comentado no segundo capítulo deste trabalho, Rondon em fins de 1940 possuía a convicção de tudo o que o SPI havia feito no escoar do século estava equivocado, uma vez que tardiamente, ele entendeu que os indígenas deveriam permanecer em suas comunidades, com sua cultura e seu modo de vida. O homem “civilizado” não possuía o direito de tentar mudar uma cultura e contaminá-la com todos os seus malefícios impregnados. Não há como saber se tal declaração tornou-se pública para todo o país, porém sabe-se que o SPI estava desestimulado.

Em Santa Catarina as dificuldades encontradas para a continuidade dos trabalhos do SPI, não foram diferentes do resto do país. Desde 1910 até primeiro contato em 1914, o

órgão passava por uma série de descréditos, tanto popular como governamental. Após 1914, o SPI ainda não convencia o governo da importância de manter os indígenas aldeados, por considerar que estavam “atrapalhando” o progresso das valorizadas colônias. O investimento era essencial para realizar, na prática, a teoria do projeto dos idealistas do SPI. Sem o investimento, cada mês encerrado era uma vitória conquistada com muito suor, dedicação, força de vontade e antes de tudo, crença em uma ação missioneira. A ausência de verbas era a maior dificuldade para o convencimento dos indígenas às metas de integração do SPI. Não se podia cumprir promessas, para os indígenas realizarem os trabalhos e nem fazê-los trabalhar até o esgotamento. De fato, os Botocudo não se convenceram de que o modo de vida imposto era melhor do que o próprio destino lhes reservava. Apenas possuíam o conhecimento da ilegalidade dos trabalhos dos bugreiros no interior do posto indígena. Mas essa proteção possuía um preço deveras alto: estavam em jogo a liberdade e o modo tradicional dos indígenas.

A década de vinte foi uma batalha quase infindável para a conquista de um espaço legalizado para os Botocudo. Antes da demarcação, não podiam nem ao menos visitar seus territórios tradicionais sem pisar nos lotes preparados e ocupados pelas companhias colonizadoras. Viram suas terras serem tomadas com uma incrível velocidade e não possuíam a capacidade de lutar por elas, pois se tornaram mais adaptados à vida agropastoril. A natureza bélica do guerreiro Botocudo não resistiu à primeira geração crescida dentro do Posto Duque de Caxias. Os Botocudo estavam agora subordinados a um Estado, o qual não se comoveu com a nova realidade do povo indígena. A demarcação da área indígena não partiu da iniciativa dos governantes. Eduardo Hoerhann precisou mostrar aos governantes de Santa Catarina, que os Botocudo existiam e que precisavam de apoio governamental.

Ao realizar este trabalho, não foi nossa intenção julgar os feitos do SPI no Estado de Santa Catarina. O uso dos relatórios, reforçado por periódicos e demais documentos, foi mais uma ferramenta para expor, detalhadamente, aquilo que permanecia pouco explorado em nossa história. Como é sabido, trabalhamos com relatórios elaborados apenas por uma pessoa, a qual permaneceu na liderança do Posto Indígena Duque de Caxias por quarenta

anos. Desse modo, a maioria do que aqui foi exposto é fruto da visão de um indivíduo o que conviveu diretamente com a precária situação de uma entidade idealista e sem exemplos de outras instituições para se guiar.

Cartas foram expostas, assim como alguns jornais da época, e a ambigüidade vivida pelo SPI pôde ser constatada. Alguns políticos “interessados” na continuidade dos trabalhos do SPI, nada fizeram, apenas repassaram os problemas para seus sucessores. A melhor fase da entidade – ou seja, no seu início quando os dirigentes do SPI realmente acreditavam no Serviço – foi justamente quando o governo, de maneira desmerecida, recusou dar seu apoio. No momento em que o governo resolveu efetuar algum auxílio, era tarde demais, pois o alto escalão do SPI percebeu a contradição de tudo o que havia promovido no escoar de quatro décadas.

A pacificação promovida pelo SPI no princípio do século vinte é vista com negatividade, como algo desnecessário, uma imposição de valores que não respeitou os aculturados. Quem pode assim classificar são aqueles que sobreviveram a ela. Eduardo Hoerhann, o Katanghara, pouco antes de sua morte, deixou seu parecer a respeito da pacificação no jornal **O ESTADO** de 20 de julho de 1973: “Diante do horror com que essa experiência com os botocudos me armou, eu não voltaria a assumir a mesma tarefa que assumi no começo do século. Pacificar o índio, civilizar o índio é o crime dos crimes! Fui até amaldiçoado pela minha mãe por seguir minha missão.”

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

**Fontes primárias**

ABBOTT, Raul. [Carta] **Relação dos serviços materiais feitos pela Inspetoria de Proteção aos Índios.** 1913.

**Actos do Poder Executivo.** Mês de abril, 1926.

DANTAS, José Maria. [Carta] (inspetor do SPI/PR) **Carta a E. Hoerhann.** 31/01/1928.

**DECRETO N. 736 – DE 6 DE ABRIL DE 1936.** Rio de Janeiro, 115° da Independência e 48° da República.

**Diário Oficial de 9 de junho de 1934, p. 11.114.** In: Documento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 16° Inspetoria Regional, Estado de Santa Catarina.

HOERHANN, E. [Carta] **a Luiz Bueno da Horta Barboza.** Ibirama: Posto Duque de Caxias, 1921.

----- [Carta] **à Diretoria do SPI no Rio de Janeiro,** 1920.

----- [Carta] **a seu pai (Miguel Hörhann).** 1913.

----- **Discurso pronunciado.** 3/3/1926.

----- **Relatórios do Serviço de Proteção aos Índios.** 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925 e 1927.

**Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – Serviço de Proteção aos Índios.** Documento de instalação regional dos postos indígenas. 1911.

MAGALHÃES, Basílio de. (discursos pronunciados na Câmara). **Em defesa do índio e das fazendas nacionaes.** 1924.

PAULA, José Maria de. [Carta] **Instruções fundamentaes para o Serviço do Posto S. João.** 1914.

----- [Carta] a Eduardo Hoerhann. 1920.

SANTOS, Generino dos. [Carta] **dirigida a Manuel Tavares da Costa Miranda, chefe da segunda Seção do SPI-LTN.** 1912.

### Fontes secundárias

- BALDUS, Herbert. **Terminologia de Parentesco Kaingang**. n.4, São Paulo, 1952.
- BALDUS, Herbert. **Bibliografia Crítica de Etnologia Brasileira**. V. II. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- BOITEUX, Lucas A. **Notas para a História Catarinense**. Florianópolis: Moderna, 1911.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. 1625. In: ABREU, Capistrano; CAETANO, Baptista; GARCIA, Rodolpho (Org). Rio de Janeiro: J. Leite & Cia. 1925.
- DEEKE, José. *Die Botocuden am Rio Plate. Uhle's Jahrbuch 16 und 17. Jahrgang*, São Paulo, 1923.
- GENSCH, Hugo. *Die Erziehung eines Indianerkindes – Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage*. Berlin: 1908.
- GUÉRIOS, R. F. M. O Xokrén é idioma Caingangue. In: **Arquivos do Museu Paranaense**, IV, abril, 1945.
- IHERING, H. Antropologia do Estado de São Paulo. Revista do Museu Paulista, vol. VII, 1907.
- MABILDE, Pierre F. A. Booth. **Apontamentos Sobre os Índigenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA, 1983.
- RAMOS, O. A excursão do dr. Adolpho Konder ao Rio do Sul. Visita ao aldeamento dos índios botocudos. **O Tempo**. Florianópolis: 7 mar. 1926.
- SILVA, A.C. Simões. **A Tribo Caingangue (Índios Bugres Botocudos) – Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas, 1930.

## Entrevistas

HOERHAN, Edmar. Entrevista concedida a Eliana de Mendonça. Florianópolis. 1980.

SANTOS, Sílvio C. dos. Entrevista concedida a R. Hoerhann. Florianópolis, 1999.

HOERHANN, Eduardo de L. e S. Entrevista concedida a Rádio Blumenau e Rádio Estadual de Ibirama nas comemorações do 70º aniversário de Ibirama. Ibirama, 1968.

## Obras

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios – Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis: Um tapete de Flandres jamais visto**. In: **Estado e Controle Social**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 21, n. 40, 2001.

**Anais do Museu de Antropologia**. Florianópolis/UFSC: Imprensa universitária, 1971. (Anos diversos).

BIGIO, E. **Cândido Rondon – A integração nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000. .

BARDINE, R. Trabalhos escolares. Disponível em: [www.coladaweb.com](http://www.coladaweb.com) Acesso em 15 jan. 2005.

**Blumenau em Cadernos**. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau. Tomo XL, Abr 1999. n. 4. p.9.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CARVALHO, Delgado, RIEMER, Anna. **História das Américas**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. [Trad. Maria Galhardo] Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.



- CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora da USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- DERETTI, Miguel. **Apiúna nos meus apontamentos**. Porto Alegre: Gráfica Dom Bosco, 1970.
- FOUQUET, E. A decadência da prestação do serviço ao Índio em Blumenau. Publicado originalmente no jornal *Der Urwaldsbote* 28/7/1923. In: **Blumenau em Cadernos**. Tradução de Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau. Tomo XL, Abril/1999. n. 4. p.9.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1970.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.
- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: **Os índios e o Estado-Nação na Era Vargas**. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 39, 2000.
- História de Santa Catarina**. Curitiba: Gráfica Editora Paraná, 1970. v. 4.
- GOMES, Manoel. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.
- GRUPIONI, Luís. **Coleções e Expedições vigiadas**. São Paulo: Hucitec Ltda, 1998.
- GUIMARÃES, O. Aldeamento “Duque de Caxias” Echos da visita do deputado Adolpho Konder. In: **A Cidade**. Blumenau, n. 26. 18, mar.1926.
- HOERHANN, Rafael; TOMASINI, Daniel. Transportes e comunicações. In: KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul – Uma História**. Rio do Sul: UFSC, 2000. p. 177.
- JANKE, N. O índio deve ser encarado como ele é: como índio. In: **O ESTADO**, Florianópolis, 27, out. 1973.
- JOCHEM, Toni V. **A Epopéia de uma imigração**. Águas Mornas – SC: Ed. do autor, 1997.
- KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul uma história**. Rio do Sul: UFSC, 2000.

- LAROUSSE, Pierre. *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siecle*. Paris: Administration du Grand Dictionnaire Universel , s.d. 15v. em 2.
- LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etno-História e Sugestões para arqueólogos**. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 1994. Dissertação de mestrado.
- LINS, Ivan. **A História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional. 1967.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita – Atividades de Retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MELATTI, Delvair Montagner. **Aspectos da organização social dos Kaingáng Paulistas**. Brasília: FUNAI, 1976.
- MOISES, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.
- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe.; VIEIRA, Edna Elza. In: KLUG, João, DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul – Uma História**. Rio do Sul: UFSC, 2000.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. **O índio no mundo dos brancos**. Campinas – SP: Ed. da UNICAMP. 1996.
- PELUSO JR, Vitor A. **Rio do Sul**. Santa Catarina: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503 – 1505**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.
- RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

- ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios: Goiás 1850 – 1889**. Goiânia: UFG, 1998.
- SANTOS, J. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **A integração do índio na Sociedade Regional (o papel dos postos indígenas em Santa Catarina)**. Florianópolis: UFSC, 1970.
- **Índios e Brancos no Sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.
- **Os índios Xokleng – Memória Visual**. Florianópolis: UFSC, Itajaí: UNIVALI, 1997.
- SCHADEN, Francisco. **Notas sobre a localidade de São Bonifácio – SC: IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1940.
- SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; E SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. **José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970.
- VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Florianópolis/ SC: UFSC, 2004. Dissertação de Mestrado.
- WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, J.; e NORA, P. **História – Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- WHITE, Hayden. **Meta-História – A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1992.
- ZIMMERMANN, P. Os índios em S. Catharina no município de Blumenau. O valle do rio Hercílio. Uma expedição interessante. **O ESTADO**, Florianópolis: n. 64, 27, jul.1915.
- ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão**. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

ANEXOS